

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE DIREITO

ANA BEATRIZ ROSA DE LIMA

**A RUPTURA DO DIREITO À PRIVACIDADE DOS RÉUS PENAIIS: DA MÍDIA  
SENSACIONALISTA À LEI DE MEGAN**

FLORIANÓPOLIS  
2018

ANA BEATRIZ ROSA DE LIMA

**A RUPTURA DO DIREITO À PRIVACIDADE DOS RÉUS PENAIIS: DA MÍDIA  
SENSACIONALISTA À LEI DE MEGAN**

Monografia submetida ao Curso de Graduação em  
Direito da Universidade Federal de Santa Catarina,  
como requisito para a obtenção do título de Bacharel  
em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Morais da Rosa.

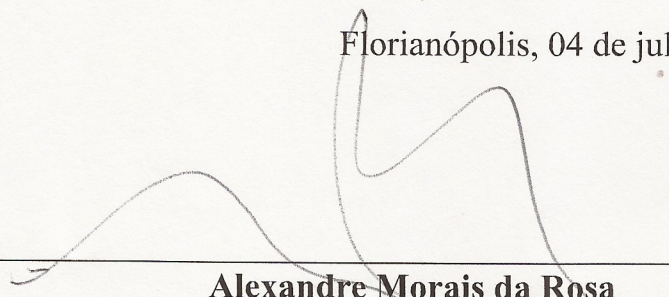
FLORIANÓPOLIS  
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

TERMO DE APROVAÇÃO

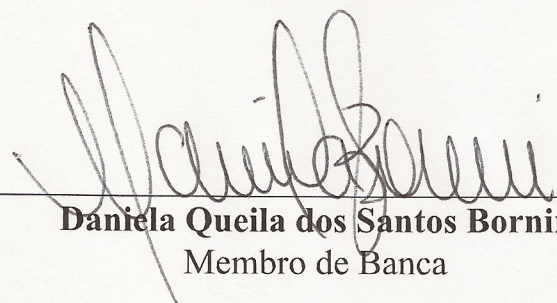
O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “**A ruptura do direito à privacidade dos réus penais: da mídia sensacionalista à Lei de Megan**”, elaborado pela acadêmica **Ana Beatriz Rosa de Lima**, defendido em 04/07/2018 e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10 (Dez), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

Florianópolis, 04 de julho de 2018.



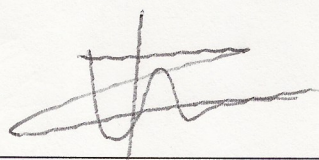
---

**Alexandre Moraes da Rosa**  
Professor Orientador



---

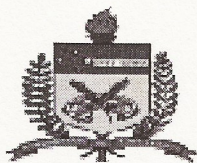
**Daniela Queila dos Santos Bornin**  
Membro de Banca



---

**Deivid Willian dos Prazeres**  
Membro de Banca





**Universidade Federal de Santa Catarina**  
**Centro de Ciências Jurídicas**  
**COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E**  
**ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA**

Aluno(a): Ana Beatriz Rosa de Lima

RG: 5.940.991 - SSP/SC

CPF: 098.246.949-78

Matrícula: 13203169

Título do TCC: A ruptura do direito à privacidade dos réus penais: da mídia sensacionalista à Lei de Megan

Orientador(a): Alexandre Moraes da Rosa

Eu, Ana Beatriz Rosa de Lima, acima qualificada; venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido.

Florianópolis, 04 de julho de 2018.

*Ana Beatriz R. de Lima.*

**Ana Beatriz Rosa de Lima**

*À minha mãe, por me querer sempre por perto,  
mas por sempre saber a hora de me deixar  
continuar caminhando sozinha.*

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Iara Rosa de Lima, e ao meu pai, Hermes Ivan de Lima, por terem não só aceitado, mas também incentivado, todas as minhas decisões nos últimos cinco anos de graduação (na verdade nos últimos 22 anos da minha vida), por enxergarem na minha "teimosia" um sinônimo de foco e determinação. Obrigada por terem permitido me tornar a pessoa que sou.

Ao meu irmão, Eduardo Rosa de Lima, pelo apoio, carinho e compreensão. Entre "tapas e beijos", a gente se entende. Obrigada por estar sempre ao meu lado.

À minha avó, Elza Alaíde Rosa, por me dizer a mesma frase há 22 anos, que quando dita em certas ocasiões fazia com que eu voltasse a acreditar no que eu poderia fazer: "*you were born to shine*".

Aos meus tios e tias, em especial à Moema Rosa de Souza e ao José Carlos Carles de Souza, por serem, desde sempre, exemplos de pessoas e, sobretudo, exemplos na área de formação a qual escolhi seguir.

À amiga-irmã Maria Victória Jaeger Gubert, me faltam palavras para agradecer pelos últimos cinco anos. Obrigada por ter me acompanhado em uma das melhores fases da minha vida, fosse no Brasil, na Itália ou em qualquer outro lugar do mundo. Obrigada por ser a primeira pessoa em quem eu confiava a leitura desse trabalho. Não foi fácil chegar até aqui, mas com certeza faria tudo de novo com você ao meu lado. Conte sempre comigo.

Aos amigos Bruna Letícia Trupel, Caroline Luize Callai Pereira, Cláudia Patrícia Rosal, Eric de Maman Silveira, Vagner Kretiska Medeiros, Vanessa Kretiska Medeiros, e todos os outros que alegam meus dias e os tornam mais leves, obrigada por toda a paciência, carinho e por sempre estarem presentes para me incentivar, ouvir e ajudar.

Aos amigos do gabinete do Desembargador Volnei Celso Tomazini, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por terem me ensinado não só Direito Penal e a sua teoria/prática, mas também por me ensinarem sobre amizade, confiança, dedicação e trabalho em equipe. À todos que, ao passarem pelo meu caminho, fizeram a diferença durante os meus últimos três anos de TJ, muito obrigada pelas tardes regadas de aprendizado, bom humor, apelações criminais e *habeas corpus*.

Aos integrantes da banca, e em especial ao meu orientador, Alexandre Morais da Rosa, pela atenção, pelos ensinamentos e por toda paciência, mas, principalmente, por ser exemplo de profissional e de pessoa.

Por último, mas não menos importante, àqueles que a vida me tirou cedo demais. À minha companheira e primeira melhor amiga, Danny, pelos 15 anos de amor, companhia e fidelidade. E aos meus avós Alire Davi de Lima, Elsa Etelvina de Lima e Piraguahy Rosa. Poucos no mundo sabem da infinidade de coisas que eu abriria mão para ter vocês aqui de volta, nem que fosse "só mais um pouquinho", fosse para fazer minha bicicleta caber no carro, fosse para me ensinar a fazer a melhor coxinha do mundo, ou fosse para me ajudar a completar os meus álbuns de figurinhas da copa do mundo.

*"Acostumado a 'ver correr sangue', o povo  
aprende rápido que 'só pode se vingar com  
sangue'".*

Michel Foucault.



## RESUMO

O presente trabalho traça um panorama geral do fenômeno de cadastro de criminosos sexuais – denominados *sex offenders* – nos Estados Unidos, tendência essa que tem se espalhado por diversos outros países do mundo, inclusive no Brasil. Primeiro, demarca uma linha entre o direito à privacidade e a influência das mídias, de forma que seja possível evidenciar a tenacidade da separação entre a sanção penal – aquela que vem acompanhada do devido processo legal – e a sanção social – a que é esperada pelo público, sedento pela "justiça". Expõe um dos mais polêmicos bancos de dados em atividade hoje no mundo: a questionada Lei de Megan, aprovada nos Estados Unidos em 1994, trazendo casos concretos onde tal lei mostrou, na prática, violar diversos direitos fundamentais dos condenados. Elenca as legislações correlatas ao tema, em nível nacional e internacional, bem como os projetos de lei em trâmite nos Estados brasileiros. Analisa a relação controversa dos bancos de dados, públicos ou não, e o quão perigosos podem ser se acessados de maneira indevida, além das vedações legais a respeito da implementação dos mesmos no Brasil. Por fim, observa os empecilhos da execução penal brasileira e o quanto um cadastro em um banco de dados pode ser considerado uma pena perpétua, vedada pelo nosso ordenamento pátrio.

**Palavras-chave:** Privacidade. Processo Penal. Influência das mídias. Sanção penal *versus* sanção social. Bancos de dados. Pena perpétua. Lei de Megan.

## ABSTRACT

This academic provides an overview of *sex offender* phenomenon in the United States, a trend that has spread to several other countries in the world, including Brazil. First, it delineates a line between the right to privacy and the influence of the mass media, showing the tenacity of the separation between the criminal sanction – that which is accompanied by due legal process – and the social sanction – that is public, thirsty for "justice". It exposes one of the most questionable database in the world today: the controversial Megan's Law passed in the United States in 1994, bringing concrete cases where this law, in practice, has violated several fundamental rights of the convicted people. It drafts legislations related to the topic, at the national and international level, as well as the bills in progress in the Brazilian states. It analyzes the controversial relationship of databases, public and non-public, and how dangerous they may be if accessed improperly, in addition to legal prohibitions regarding their implementation in Brazil. Lastly, it observes the obstacles to Brazilian criminal execution and how much be registered in a database can be considered a perpetual penalty, which is prohibited by our constitution.

**Key-words:** Privacy. Criminal Procedure. Media influence. Criminal sanction *versus* social sanction. Database. Perpetual penalty. Megan's Law.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
1 O DIREITO À PRIVACIDADE, A INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS E OS CRIMES SEXUAIS .....	14
1.1 Uma breve análise do direito à privacidade .....	15
1.2 A sanção social <i>versus</i> a sanção penal .....	21
1.3 Os crimes sexuais sob a ótica midiática .....	30
2 A LEI DE MEGAN AMERICANA: EFETIVIDADE, CUSTOS E FALHAS .....	36
2.1 As violações, os custos para o Estado e a real função da Lei de Megan americana .....	37
2.2 A relação dos Estados Unidos e outros países estrangeiros com os bancos de dados .....	43
2.3 A (in)aplicabilidade da Lei de Megan no ordenamento jurídico brasileiro .....	50
2.4 Além da pena perpétua: casos onde a Lei de Megan provou ser fomentadora de “espetáculos penais” .....	55
3 OS BANCOS DE DADOS E A PENA PERPÉTUA .....	62
3.1 A violação ao sigilo por parte dos bancos de dados .....	63
3.2 Os empecilhos da execução penal nos moldes do sistema brasileiro .....	67
3.3 Os bancos de dados penais como caracterizadores de uma sanção penal perpétua .....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	81

## INTRODUÇÃO

No dias atuais, viver é atuar. É fugir da invisibilidade, tentar fazer-se visto, muitas vezes, da forma que for possível. As mídias estão cada vez mais presentes, impressas ou virtuais, seja informando, moldando, selecionando ou manipulando. E é a própria mídia a principal fomentadora do “espetáculo”. Ela seleciona os suficientemente “aptos” para os papéis principais e esconde sob os panos aqueles que não preenchem seus “requisitos”, ou entregam aos mesmos papéis de sub-relevância no espetáculo.<sup>1</sup>

E os limites desse espetáculo? Onde começam? Onde terminam? A privacidade dos atores principais – que muitas vezes não ocupam esse papel por vontade própria – onde fica? Todos (ou, ao menos, quase todos) concordamos que as pessoas têm sim direito à privacidade, este, inclusive, garantido pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso X: “*são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação*”. Entretanto, esse inciso se aplica a quem? A todos os cidadãos, as pessoas respondem, de pronto. Será mesmo?

No primeiro capítulo, pretende-se traçar uma linha entre o direito à privacidade e a influência das mídias, de forma que seja possível evidenciar a tenacidade da separação entre a sanção penal – aquela que vem acompanhada do devido processo legal<sup>2</sup> – e a sanção social – a que é esperada pelo público, sedento pela “justiça”, sendo esta última a grande fomentadora para criação de legislações como a Lei de Megan.

Os direitos fundamentais são (ou melhor, deveriam ser), queira a Sociedade ou não, para todos. Entretanto, o sensacionalismo midiático, que soma-se ao perigoso senso comum, potencializa na Sociedade o sentimento de insegurança e, o pior de todos, o de impunidade. Desse modo, os que se auto intitulam “cidadãos de bem”<sup>3</sup> encontram no clamor social a

---

<sup>1</sup> CASARA, Rubens R. R.. **Processo Penal do Espetáculo**. Disponível em:

<<http://justificando.cartacapital.com.br/2015/02/14/processo-penal-espetaculo/>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

<sup>2</sup> Segundo Guilherme de Souza Nucci, “*o devido processo legal guarda suas raízes no princípio da legalidade, garantindo ao indivíduo que somente seja processado e punido se houver lei penal anterior definindo determinada conduta como crime, cominando-lhe pena. Além disso, modernamente, representa a união de todos os princípios penais e processuais penais, indicativo da regularidade ímpar do processo criminal*”. NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. Rio de Janeiro: Forense, 16ª ed., 2017, p. 2.

<sup>3</sup> Segundo Fernanda Mambrini Rudolfo, “é necessário, pois, que se busque a naturalização dos direitos, que se lute pela compreensão de que, quando a Constituição proíbe a tortura, está proibindo que se torture qualquer pessoa, não apenas o ‘cidadão de bem’”. Aliás, cidadão de bem é aquele que amarra alguém em poste para linchar? Ou a este também se permite a exceção da tortura? Quem seleciona os destinatários das ‘benesses’ estatais, tal como a própria integridade física? Os ‘cidadãos de bem’? Trata-se de conceito tão perigoso quanto falho. Veja-se que era justamente esse o nome da revista publicada pela Ku Klux Klan no século passado: *Good Citizen*”.

justificativa para fazer prevalecer sua bondade ao direito de punir do Estado – *jus puniendi* – e fazer uso de seus próprios critérios de punição, advindos de sua própria consciência.<sup>4</sup>

São os que os “cidadãos de bem” convencionaram chamar de “bandidos” os principais alvos do espetáculo no qual o processo penal foi transformado. Afastada as garantias fundamentais, a condenação do acusado se adianta, surgindo antes mesmo da sentença judicial. Mesmo se ao final do “jogo” o réu for inocentado judicialmente, a capa do jornal do dia seguinte não será um pedido de desculpas ao acusado, dizendo que estavam errados ao colocar sua foto em todas as bancas com uma manchete que lhe imputava algum crime. Seu rosto, querendo ele ou não, inocentado ou não, já virou mercadoria para ser vendida, estampada nas capas de jornais e revistas pela cidade, ou até mesmo pelo país todo.

Assim, apresentar-se-ão conceitos e casos que escancaram a influência das mídias na transformação do processo penal em uma ferramenta de justiça social e entretenimento, criando um método de punição que vai além do previsto nos Códigos: novas formas de dar publicidade à humilhação social – uma publicidade, muitas vezes, irreversível.

Além disso, será evidenciada a nítida diferenciação de tratamento entre os condenados por crimes sexuais e os condenados por outros crimes feita pela mídia e – consequentemente – pelos cidadãos em geral.

O segundo capítulo pretende expor um dos mais polêmicos bancos de dados em atividade hoje no mundo: a controversa Lei de Megan, aprovada nos Estados Unidos em 1994. Lei de Megan é uma denominação dada para um conjunto de leis que obrigam as autoridades a disponibilizem para a população uma lista contendo informações dos condenados por crimes sexuais. Os Estados americanos decidem individualmente quais as informações que serão disponibilizadas no registro, e bem como será disseminada essa lista. As informações mais comuns que constam são o nome, endereço, foto, a pena do condenado e a natureza do crime. Essas informações são facilmente encontradas em sites da internet de acesso simples, gratuito e livre, mas elas também podem ser publicadas em revistas, distribuídas em panfletos, ou divulgadas em qualquer outro meio.

---

RUDOLFO, Fernanda Mambrini. **A era em que defensorar se torna ilícito**. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2015/10/21/a-era-em-que-defensorar-se-torna-ilicito/>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

<sup>4</sup> CORRÊA, Gasparino. **Quer você queira ou não, os direitos humanos são para todos**. Disponível em: <<http://justificando.com/2015/07/31/quer-voce-queira-ou-nao-os-direitos-humanos-sao-para-todos/>>. Acesso em: 09 fev. 2018.



A Lei, que recebeu o nome em homenagem a Megan Kanka, veio com o objetivo de “resguardar” e “informar” os cidadãos sobre os possíveis “criminosos” que moram ao redor de sua vizinhança. Entretanto, anos após seu surgimento, a lei não está cumprindo nem ao menos sua “finalidade”. Os crimes sexuais não diminuíram. Em contrapartida, o valor anual para se conseguir manter os bancos de dados atualizados e funcionando em todos os mais de 50 Estados americanos são assustadores.

Em seguida, far-se-á uma análise da aplicabilidade de uma lei semelhante em diversos ordenamentos jurídicos, não só o brasileiro, mas também em países como Itália e Portugal. No Brasil, tal hipótese já foi aventada por ocasião do Projeto de Lei do Senado – PLS, n. 338, de 2009, que pretendia alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90) com o objetivo de tornar acessíveis ao público informações de condenados por crimes sexuais contra crianças.

Outro ponto preocupante – talvez o maior de todos – será levantado. O que mais alarma, além da violação de direitos e dos valores altíssimos gastos para os resultados duvidosos alcançados com a manutenção de bancos de dados como a Lei de Megan, é o efeito reverso que vem sido causado por tal lei nos Estados Unidos. Com o objetivo declarado de prevenir crimes, ela vem provocando alguns tantos.

Por fim, o terceiro e último capítulo irá dedicar-se a outro ponto controverso, envolvendo a divulgação de dados pessoais e informações de condenados. Hoje, na teoria, o sistema jurídico brasileiro afirma não possuir penas perpétuas<sup>5</sup> ou que ultrapassem a pessoa do apenado<sup>6</sup>. Entretanto, na prática, não é bem a verdade.

Isso porque a mídia não é, sozinha, responsável pelas repetidas violações da privacidade de réus penais. Existem diversos bancos de dados (públicos ou não) que guardam e fornecem informações – muitas vezes, extremamente específicas e pessoais – de réus, na maioria dos casos, que nem julgados foram ainda, ou seja, não se tem nem uma sentença penal a respeito dos fatos imputados ao mesmo.

Há casos em que o mesmo Estado garantidor, que deveria proporcionar uma execução penal da forma menos gravosa possível ao apenado, proporcionando condições para a

---

<sup>5</sup> Art. 5º, inciso XLVII, alínea "b", da Constituição Federal.

<sup>6</sup> Art. 5º, inciso XLV, da Constituição Federal.

harmônica integração social do condenado<sup>7</sup>, é quem cria empecilhos para que essa execução penal se dê da forma correta.

Desse modo, analisar-se-á a relação controversa dos bancos de dados, públicos ou não, e o quão perigosos os mesmos podem ser se acessados de maneira indevida. Afinal, são mecanismos de prevenção ou instigadores de vingança?

O objeto principal da presente pesquisa é o fenômeno da divulgação de dados pessoais de apenados e a violação de direitos fundamentais, com o objetivo de demonstrar que a divulgação de informações detalhadas e pessoais de réus em processos penais pelas mídias em geral dificulta – quando não impossibilita – a adequada execução da pena, em caso de eventual condenação judicial, além de caracterizar invasão de privacidade. Para isso, será utilizado o método de abordagem indutivo, sendo empregado, como técnica de pesquisa, levantamentos de material bibliográfico, análise de reportagens, levantamentos de dados e análise legislativa.

A hipótese principal trazida por este trabalho é de que a divulgação, tanto pela mídia como por outros meios de comunicação, de informações detalhadas e pessoais de réus e condenados em processos penais dificulta a execução da pena dos mesmos, caracterizando a invasão de privacidade.

Já a hipótese secundária é de que os bancos de dados, tal como a Lei de Megan, supostamente são para a proteção dos cidadãos, mas não cumprem sua função nos países onde foram instalados, gerando mais gastos ao governo do que resultados efetivos.

Registra-se que o tema aqui trazido é um assunto de debate recente. Pouco material acadêmico foi produzido especificamente sobre a Lei de Megan, estando a maior parte da bibliografia disponível em sites jornalísticos, blogs, etc, tendo sido os mesmos selecionados de forma que não houvesse o comprometimento da credibilidade da informação trazida no presente trabalho acadêmico.

---

<sup>7</sup> Art. 1º, Lei n. 7.210/84: "a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado".

## 1 O DIREITO À PRIVACIDADE, A INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS E OS CRIMES SEXUAIS

Com o avanço e uso rotineiro de mídias sociais, websites, blogs e diversos outros meios de informação digital, os conceitos no que tange ao direito à privacidade vêm sendo alterados.

Tal direito fundamental possui uma evidente importância, inclusive em razão da Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso X, afirmar que *"são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação"*.

A relevância de tal direito é tão nítida que a própria pessoa, mesmo que deseje, não pode renunciar a ele. Defendê-lo, em tempos onde se uma notícia ou fato atinge a rede, não há mais volta, é uma tarefa árdua. Mentiras, quando jogadas online, passam a ser verdades.

Em épocas de exposição, o direito à privacidade, ainda que irrenunciável, está sendo relativizado, sendo comum a ocorrência de situações onde tal exposição chega a níveis, muitas vezes, irreversíveis. Afinal, a internet não possui a memória curta como os seres humanos. Nem mesmo o Poder Judiciário pode conter a divulgação de dados e assegurar aos envolvidos o "direito ao esquecimento".<sup>8</sup>

No entanto, divulgar e expor-se na internet é uma opção de cunho pessoal. Ou, ao menos, deveria ser. Conforme será demonstrado na presente monografia, o direito fundamental à privacidade vem sendo afastado, inclusive, pelo próprio Estado, que deveria ser seu garantidor e defensor.

Percebe-se, desse modo, que nos dias atuais

essa garantia não tem sido respeitada, e pior: nem mesmo pelos profissionais que deveriam protegê-las. Isso porque o país está passando por um período em que a ânsia punitivista tem falado mais alto do que os direitos duramente conquistados por meio do Estado Democrático de Direito. Sem dúvida, a mídia é uma das responsáveis por isso, pois se utiliza, em diversas situações,

---

<sup>8</sup> O denominado "direito ao esquecimento" está sendo discutido em Recurso Extraordinário (RE) 1010606, com repercussão geral reconhecida, onde o STF terá que decidir uma controvérsia que envolve princípios fundamentais da Constituição: o direito ao esquecimento, fundado no princípio da dignidade da pessoa humana, a inviolabilidade da honra e direito à privacidade *versus* a liberdade de expressão e de imprensa e direito à informação. "Na esfera civil, discutiu-se a possibilidade de serem reavivados fatos criminosos do passado e que já teriam sido esquecidos pela sociedade. Em 2004, por exemplo, o programa "Linha Direta Justiça" veiculou informações sobre homicídio praticado em 1958 e que, à época, teve grande repercussão social. Discute-se a colisão entre os princípios constitucionais da liberdade de expressão e do direito à informação com aqueles que protegem a dignidade da pessoa humana e a inviolabilidade da honra e da intimidade". LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 1197.

de informações prematuras na intenção de vender verdades absolutas, as quais têm destruído a vida de muitas pessoas que respondem a processos criminais.<sup>9</sup>

De início, para realizar a abordagem acerca do direito à privacidade no que tange ao processo penal, é de evidente relevância localizar e conceituar esse direito, que sofreu inúmeras relativizações e mudanças no decorrer da história.

### 1.1 Uma breve análise do direito à privacidade

Os direitos da personalidade, que formam um grupo de suma importância de direitos, são aqueles essenciais ao pleno exercício e gozo dos demais bens jurídicos. Os mesmos não possuem conceito na legislação, inexistindo definição expressa no texto legal. Tal tarefa foi designada, então, à doutrina, mas sem um conceito unânime.

Isso se deve, em parte, à complexidade em delimitar tais direitos, que sofrem variações quando observados sob a ótica de grupos variados na Sociedade. São, portanto,

o primeiro bem pertencente à pessoa, sua primeira utilidade. Através da personalidade, a pessoa poderá adquirir e defender os demais bens (...). Os bens que aqui nos interessam são aqueles inerentes à pessoa humana, a saber: a vida, a liberdade e a honra, entre outros.<sup>10</sup>

Para Maria Helena Diniz, os direitos da personalidade tratam-se de direitos *"absolutos, intransmissíveis, indisponíveis, irrenunciáveis, ilimitados, imprescritíveis, impenhoráveis e inexpropriáveis"*.<sup>11</sup>

Assim, tais direitos são essenciais, vitalícios e intransmissíveis, que protegem valores inatos ou originários da pessoa humana, como a vida, a honra, a identidade, o segredo, a liberdade e outros.<sup>12</sup> São, por consequência, inerentes à pessoa, fundamentais para garantir a proteção da dignidade humana, esta última que pode ser considerada, inclusive, *"algo anterior aos direitos, como o tronco do qual nascem os direitos. E, ao mesmo tempo, a realização desses direitos é que proporciona a dignidade da pessoa"*.<sup>13</sup>

---

<sup>9</sup> SEIXAS, Maria Cláudia de; GASPAROTO, Gustavo dos Santos. **O poder midiático e a relativização do direito à privacidade**. 2017. Disponível em: <<https://www.revide.com.br/editorias/servico-das-leis/o-poder-midiatico-e-relativizacao-do-direito-privado/>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

<sup>10</sup> SZANIAWSKI, Elimar. **Direitos de personalidade e sua tutela**. São Paulo: RT, 2002, p. 35.

<sup>11</sup> DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro, V. I**. 22. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 122-123.

<sup>12</sup> BITTAR, Carlos Alberto. **Os Direitos da Personalidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 01.

<sup>13</sup> VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. **Processo Penal e Mídia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 140-141.

Sendo um valor inerente à personalidade humana, concedendo unidade aos direitos e garantias fundamentais,<sup>14</sup> a dignidade independe de qualquer atributo da pessoa de forma individual, acompanhando todos os indivíduos como forma de assegurar e expressar o mínimo essencial para afirmar que alguém faz parte da categoria que chamamos de "humano".

Entretanto, ser um valor inerente ao ser humano não significa que o mesmo seja sempre atendido, mesmo quando inserido como princípio fundamental na Constituição Federal, em seu artigo 1º, inciso III. Tanto que, apesar de positivado em diversos dispositivos legais, a dignidade da pessoa humana, em suas diversas formas de expressão, vem sendo amplamente discutida e, muitas vezes, afastada arbitrariamente.

Segundo os ensinamentos de Luís Roberto Barroso,

Nas últimas décadas, a dignidade humana tornou-se um dos maiores exemplos de consenso ético do mundo ocidental, sendo mencionada em incontáveis documentos internacionais, em constituições nacionais, leis e decisões judiciais. No plano abstrato, poucas ideias se equiparam a ela na capacidade de encantar o espírito e ganhar adesão unânime. Contudo, em termos práticos, a dignidade, como conceito jurídico, frequentemente funciona como um mero espelho, no qual cada um projeta os seus próprios valores. Não é por acaso, assim, que a dignidade, pelo mundo afora, tem sido invocada pelos dois lados em disputa, em matérias como aborto, eutanásia, suicídio assistido, uniões homoafetivas, *hate speech* (...) A lista é longa.<sup>15</sup>

Quando tratamos especificamente ao direito à privacidade, uma das manifestações dos direitos da personalidade, podemos afirmar que a tutela da intimidade sempre existiu, porém, somente de maneira genérica. Apenas com a Constituição Federal de 1988 é que foram tuteladas, de maneira formal, a intimidade e a privacidade.

A Constituição de 1988, em seu artigo 5º, inciso X, resguarda a vida privada e a intimidade, assegurando sua inviolabilidade, assim como o cabimento de indenização material ou moral decorrente de sua violação. Entretanto, apesar da previsão constitucional, tal direito, dentre os direitos da personalidade, sem dúvidas, é um dos direitos que mais foram relativizados nas últimas décadas.

Isso porque, desde os primórdios, *"ao se comunicar e interagir com os seus pares, o ser humano abdicou de sua própria individualidade, abandonando aos poucos o seu estado de natureza para assinar o pacto social e viver harmoniosamente em sociedade"*.<sup>16</sup> Sendo

<sup>14</sup> MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 33ª. ed. São Paulo: Atlas, 2017, p. 18.

<sup>15</sup> BARROSO, Luís Roberto. **A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial**. Belo Horizonte: Fórum, 2014, p. 9-10.

<sup>16</sup> PRAZERES, Deivid Willian dos. **A criminalização midiática do sex offender: a questão da Lei de Megan no Brasil**. Florianópolis: Empório do Direito, 2016, p. 23.



assim, o direito à privacidade manifestou-se, de início, protegendo estruturas como o domicílio e a correspondência. Com o tempo e o desenvolvimento de novas tecnologias, em razão da evolução, popularização e uso massivo do acesso à internet, passou-se a iniciar uma mudança significativa na gama de proteções de tal direito.

A intimidade, nos dias atuais, virou espetáculo. O indivíduo moderno busca desesperadamente a aprovação alheia, criando um “(...) *verdadeiro mercado de personalidades, no qual a imagem pessoal é o principal valor de troca*”<sup>17</sup>, já que estamos vivendo em uma época em que o objetivo é obter “(...) *reconhecimento nos olhos alheios e, sobretudo, o cobiçado troféu de ser visto. Cada vez mais, é preciso aparecer para ser*”.<sup>18</sup>

Com isso, a privacidade virou exceção e, para mantê-la, requer-se certo esforço. Em épocas onde somos regidos por fenômenos de mídia e comportamento trazidos pelas redes sociais – tais como Instagram, Facebook, Snapchat –, reality shows invasivos, no estilo "Big Brother", além de revistas destinadas exclusivamente à fofocas, as pessoas abdicam espontaneamente da sua privacidade, em troca de destaque, fama e reconhecimento.

Assim, apesar da dificuldade em conceituá-la, ainda mais depois do fenômeno de popularização da internet e das mídias sociais, a privacidade nada mais é do que a oposição da vida pública, sendo que

esta é a que desenrola perante aos olhos da comunidade. Assim, é conhecida de muitos e pode ser conhecida de todos. A vida privada é a que se desenvolve fora das vistas da comunidade. É a que se desenvolve fora das vistas do público, perante, eventualmente, um pequeno grupo de íntimos. Compreende, portanto, a intimidade, isto é, a vida em ambiente de convívio, no interior de um grupo fechado e reduzido, normalmente, ao grupo familiar.<sup>19</sup>

Nos Estados Unidos,

uma importante contribuição para a definição do conceito de privacidade foi dada pela Corte dos EUA na segunda metade do século XIX. Especificamente, no ano de 1890, o juiz L. Brandies, da Suprema Corte, formulou um conceito hipotético sobre “o direito de ficar só” (right to be let alone), baseado no princípio da propriedade. Uma posterior evolução doutrinária elucidou que o conceito de privacidade não se fundamenta no princípio da propriedade, mas no princípio da “inviolabilidade da personalidade”.<sup>20</sup>

Na Inglaterra, não se possui uma conceituação e uma tutela específica quando o assunto é a privacidade. As leis são adaptadas aos casos concretos, conforme a necessidade.

---

<sup>17</sup> SIBILIA, Paula. **O Show do Eu - A intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 235.

<sup>18</sup> SIBILIA, Paula. **O Show do Eu - A intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 111.

<sup>19</sup> VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. **Processo Penal e Mídia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 145.

<sup>20</sup> PAESANI, Liliana Minardi. **Direito e Internet: Liberdade de Informação, Privacidade e Responsabilidade Civil**, 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 36.

Entretanto, há uma proibição genérica quando se trata da divulgação de informações pessoais privadas sem que haja o consentimento dos interessados, sem que exista o chamado interesse público.<sup>21</sup>

Já ao contrário, na França, a legislação é clara ao tratar da privacidade, sendo que o Código Civil francês prevê o direito individual de respeito a própria vida privada, além de existir um tipo penal que pune com pena de detenção de até um ano, além de multa de no máximo trezentos mil francos, aquele que atentar contra a intimidade alheia.<sup>22</sup>

No ordenamento jurídico brasileiro, em um conceito mais atual, Liliana Minard Paesini aponta que a privacidade, com o tempo, passou a corresponder ao direito que toda pessoa tem de dispor com exclusividade sobre as próprias informações, mesmo quando disponíveis em bancos de dados.<sup>23</sup>

Entretanto, na Sociedade de hoje, o maior desafio não é mais apenas conceituar a privacidade, e sim delimitar a sua esfera. Isso porque a privacidade vem sendo, de certo modo, relativizada, além de considerada por alguns uma exceção, não mais a regra, graças à internet, que *"popularizou-se no mundo após ser comercializada para o público em geral, consolidando-se como a principal ferramenta de comunicação utilizada pelo homem na sociedade moderna"*.<sup>24</sup>

Sendo assim, apesar de seu caráter individual, em realidade, o direito à privacidade possui, também, um caráter social, muitas vezes esquecido, colaborando para a manutenção de limites de uma Sociedade perante um indivíduo.

Todo ser humano, nas suas relações sociais, tem o direito de reservar para si um espaço próprio, que seja só seu, no qual ele possa resguardar-se de uma exposição pública, do conhecimento alheio, aquilo que só a ele interessa. Tem o direito de resguardar-se em uma esfera privada, distante da vida pública.<sup>25</sup>

Hannah Arendt afirma, ainda, que

a distinção entre as esferas públicas e privadas, encarada do ponto de vista da privacidade e não do corpo político, equivale à diferença entre o que deve ser exibido e o que deve ser ocultado. Somente a era moderna, em sua rebelião contra a sociedade, descobriu quão rica e variegada pode ser a esfera do oculto nas condições da intimidade.<sup>26</sup>

<sup>21</sup> VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. **Processo Penal e Mídia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 110.

<sup>22</sup> VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. **Processo Penal e Mídia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 120.

<sup>23</sup> PAESANI, Liliana Minardi. **Direito e Internet: Liberdade de Informação, Privacidade e Responsabilidade Civil**, 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 35.

<sup>24</sup> PRAZERES, Deivid Willian dos. **A criminalização midiática do sex offender: a questão da Lei de Megan no Brasil**. Florianópolis: Empório do Direito, 2016, p. 35.

<sup>25</sup> VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. **Processo Penal e Mídia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 142.

<sup>26</sup> ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983, p. 82.

O desafio é agravado mais uma vez quando confrontamos o direito à privacidade de alguém com o direito à informação de outrem. A linha que separa tais direitos é tênue, sendo o direito à privacidade nada mais do que um delimitador natural do direito à informação.<sup>27</sup> Entretanto, em uma Sociedade cada vez mais imediatista, onde as notícias chegam de forma praticamente instantânea, é extremamente delicado delimitar a esfera da vida privada de uma pessoa.

O direito à informação é tão importante para o Estado democrático de direito que podem, inclusive,

ser impostos limites à normal esfera de privacidade até contra a vontade do indivíduo, mas em correspondência à sua posição na sociedade, se for de relevância pública. Nesses casos, será possível individualizar, se há interesse público em divulgar aspectos da vida privada do indivíduo. O interesse será relevante somente com relação à notícia cujo conhecimento demonstre utilidade para obter elementos de avaliação sobre a pessoa como personalidade pública, limitando, desta forma – e não eliminando – a esfera privada do próprio sujeito.<sup>28</sup>

Dito isso, percebe-se que, quando presente o chamado "interesse público", o direito à privacidade de um grupo de indivíduos pode ser relativizado, em prol do direito à informação do restante da Sociedade. Entretanto, a indicação do interesse público é um conceito amplo e impreciso, como grande parte dos conceitos relacionados aos direitos da personalidade.

Assim, tais situações necessitam ser observadas e interpretadas sob a luz de um caso concreto, ponderando-se o interesse público em divulgar tal informação, diante da impossibilidade do legislador trazer definidas em lei todas as possibilidades que envolvam o interesse público acima do pessoal.

Ainda, é mister salientar que esse interesse público da notícia não pode ser confundido com “curiosidade pública”. Assim, a difusão de fatos da vida privada das pessoas, quando não haja qualquer liame no interesse e formação da opinião pública, não será lícito, devendo, *in casu*, ceder o interesse social aos bens personalíssimos protegidos juridicamente.<sup>29</sup>

Apesar de se tratarem de direitos importantes para a Sociedade, as dificuldades de delimitação entre o público e privado ocorrem, em grande parte, pois, apesar de serem tuteladas na Constituição, a tutela da privacidade vem protegida de maneira fragmentada – inclusive, insuficiente – no ordenamento brasileiro.

---

<sup>27</sup> PAESANI, Liliana Minardi. **Direito e Internet: Liberdade de Informação, Privacidade e Responsabilidade Civil**, 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 34.

<sup>28</sup> PAESANI, Liliana Minardi. **Direito e Internet: Liberdade de Informação, Privacidade e Responsabilidade Civil**, 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 34.

<sup>29</sup> VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. **Processo Penal e Mídia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 139.



dos indivíduos. Daí a razão premente da tutela, pelo ordenamento positivo, da intimidade e dos demais bens personalíssimos da pessoa.<sup>34</sup>

Não há dúvidas, assim, que o direito à privacidade está recebendo maior atenção em razão, principalmente, das suas atuais controvérsias e relativizações, fato que fez com que os juristas avançassem em direção a mais uma área na qual o direito ainda não caminhava: a internet.

## 1.2 A sanção social *versus* a sanção penal

Já não é de hoje que a execução penal atrai a atenção da população. Toda notícia que se relaciona com o processo penal, por sua natureza, já é um chamariz que atrai os olhos de quem a acompanha. Apesar da necessidade, em regra, do processo ser público, essa publicidade tem tomado proporções perigosas.

A Constituição Federal de 1988, ao tratar dos direitos individuais e coletivos, em seu extenso artigo 5º, garante a livre manifestação de pensamento<sup>35</sup>, a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas<sup>36</sup>, além da publicidade dos atos processuais<sup>37</sup>. Entretanto, tais direitos constitucionais entram em conflito cada dia mais, em razão da facilidade e rapidez de uso dos meios de comunicação.

Quando se trata de publicidade processual, adentramos em uma área repleta de conflitos entre direitos e garantias fundamentais. Em épocas passadas, a pena, que era pública, contrastava com um processo secreto, tanto para o povo como para o próprio acusado. Porém, a necessidade de um processo de acesso franqueado torna-se essencial para a garantia da independência e imparcialidade do órgão julgador, além de assegurar a ampla defesa e o contraditório, visando garantir, assim, a plena igualdade de oportunidades processuais entre as partes.

A demanda por informação a respeito do processo, assegurada pela Carta Magna, pode, então, conflitar com o direito à intimidade dos envolvidos em um procedimento criminal. Os noticiários, jornais, e outros diversos métodos de difusão de informações, muitas vezes não se resumem a apenas narrar a história que lhes é apresentada, mas também a descrevem minuciosamente o acusado, elaborando um perfil, apontando traços de personalidade e criando estereótipos.

---

<sup>34</sup> VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. **Processo Penal e Mídia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 142.

<sup>35</sup> Art. 5º, inciso IV, Constituição Federal: "é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato".

<sup>36</sup> Art. 5º, inciso X, Constituição Federal: "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".

<sup>37</sup> Art. 5º, inciso LX, Constituição Federal: "a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem".



Toda liberdade, todavia, vem coadunada com limites. Mas delimitá-los, ainda mais entre direitos fundamentais, nunca foi – e nunca será – uma tarefa simples no ordenamento jurídico. Assim, o princípio da publicidade não pode ser entendido como a livre distribuição de informações dos envolvidos em um processo penal de maneira indiscriminada. Os excessos praticados sob o manto da liberdade de expressão, de imprensa e publicidade processual podem acarretar danos incalculáveis e violar direitos como o da ampla defesa e presunção de inocência do acusado, além de trazer prejuízos também à própria pretensão punitiva do Estado.

Isso porque a publicidade não se resume apenas na presença do público ou das mídias nos atos processuais, sendo a mesma a *"garantia para o povo de uma justiça justa, que nada tem a ocultar, e é também garantia para a própria magistratura diante do povo, pois, agindo publicamente, permite o controle democrático de sua atuação"*.<sup>38</sup>

Sob a justificativa da publicidade, os direitos fundamentais dos acusados – na maioria das vezes, o elo mais fraco da relação processual penal – são postos de lado, para que a população tenha acesso à informações e monte seu próprio julgamento, trazendo à tona a tão perigosa sanção social, que se difere claramente da sanção penalmente imposta.

Para Cezar Roberto Bitencourt, a sanção penal é *"um mal que se impõe por causa da prática de um crime: conceitualmente a pena é um castigo, embora seu fim essencial não seja, necessariamente, retributivo"*<sup>39</sup>, podendo as mesmas serem privativas de liberdade, restritivas de direitos ou até mesmo pecuniárias.

Já que previstas em lei, elas também possuem limites e seguem princípios, como por exemplo o da legalidade (a pena deve ser cominada por lei anterior ao fato); o da individualização (a pena deve ser individualizada em cada caso concreto); o da personalidade (nenhuma pena poderá passar da pessoa do condenado); o da proporcionalidade (a pena é proporcional ao crime e nos limites da culpabilidade); e o da humanidade (o Estado não pode aplicar sanções que atinjam a dignidade da pessoa humana ou lesionem a constituição físico-psíquica do condenado).<sup>40</sup> Entretanto, tal cenário de garantias e previsões legais não é o que se vê quando falamos a respeito da sanção social.

Os meios de comunicação, na ânsia por informar e franquear o acesso à informação, transmitem, muitas vezes, informações cruas, sem fontes confiáveis, dando margem para interpretações perigosas à população. Apesar de ser uma ferramenta essencial ao Estado democrático de Direito, que permite socializar conhecimento e notícias, dando chance ao

---

<sup>38</sup> SOARES, Ricardo Freire. **O Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana**. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 168.

<sup>39</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Código Penal Comentado**. 9ª ed. São Paulo: Forense Saraiva, 2015, p. 224.

<sup>40</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Código Penal Comentado**. 9ª ed. São Paulo: Forense Saraiva, 2015, p. 224.

cidadão de exercer controle sobre o cenário político-social, em alguns casos, a mídia chegou ao ponto de tomar para si o papel de julgador, passando a condenar o réu, porém, sem aguardar ou respeitar o devido processo legal.

Tal necessidade por informação gera a sanção social, que nada mais é do que uma condenação fora do âmbito jurídico, mas – muitas vezes – mais perigosa. Ela surge antes da denúncia, da citação, da resposta à acusação ou da sentença.

Não faltam exemplos de casos que comoveram a sociedade e foram julgados socialmente antes que o Poder Judiciário os julgasse sob a luz do devido processo penal. Desde o caso Nardoni<sup>41</sup>, até o caso do goleiro Bruno<sup>42</sup>, nos mostraram que os serventes da justiça, conjuntamente com a mídia, carecem de preparo para conservar o sigilo referente a tais casos a fim de não gerar ainda mais alarde na população, para que sejam afastados novos prejuízos aos acusados.

Desta feita, seria razoável que somente fatos e questões definitivamente concretas fossem divulgados, descartando-se a mera especulação, a fim de se evitar que a população vista a toga e transforme as redes sociais da qual fazem parte em um verdadeiro tribunal virtual.<sup>43</sup>

Sem dúvidas, a mídia não só usurpa o papel do juiz, mas também o papel investigativo policial, apurando os fatos de forma autônoma e sem as devidas precauções que uma investigação policial deve atentar, terminando por prejudicar a real investigação por parte das autoridades competentes.

(...) a mídia, no afã do sensacionalismo e do glamour, transformou-se numa espécie de "legisladora" penal, tendo em vista que casos criminais célebres são espetacularizados pelos meios de comunicação e acabam provocando imediatas alterações na lei penal, na imensa maioria das vezes precipitadas e desastrosas. A sua influência sobre o Poder Legislativo brasileiro na elaboração das leis penais se tornou inegável.<sup>44</sup>

A intervenção midiática no papel policial ficou evidente no caso Eloá. Marcado por diversas controvérsias a respeito da atuação da polícia, o sequestro e cárcere privado da jovem Eloá Cristina Pereira Pimentel pelo seu ex-namorado, Lindemberg Fernandes Alves, o mais

---

<sup>41</sup> ESTADÃO. **Confira o histórico do caso de Isabella Nardoni**. Disponível em <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,confira-o-historico-do-caso-de-isabella-nardoni,527680>>. Acesso em: 05 mai. 2018.

<sup>42</sup> ESTADÃO. **Entenda o caso do goleiro Bruno**. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/rio/entenda-caso-do-goleiro-bruno-20975301>>. Acesso em: 05 mai. 2018.

<sup>43</sup> PRAZERES, Deivid Willian dos. **A criminalização midiática do *sex offender*: a questão da Lei de Megan no Brasil**. Florianópolis: Empório do Direito, 2016, p. 38.

<sup>44</sup> MASCARENHAS, Oacir Silva. **A influência da mídia na produção legislativa penal brasileira**. In *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 83, dez. 2010. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8727&revista\\_caderno=3](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8727&revista_caderno=3)>. Acesso em: 20 mai. 2018.

longo já registrado pela polícia do Estado de São Paulo, teve uma participação marcante da mídia.

Isso porque a jornalista Sônia Abrão, em seu programa *A Tarde É Sua*, entrevistou Eloá e Lindemberg por telefone, ao vivo, durante o cárcere privado. A produção do programa, usando de investigação própria, conseguiu com parentes do sequestrador seu número de telefone. O que de início era uma entrevista, foi além e transformou-se em uma tentativa de negociação entre o sequestrador e a apresentadora.

Em conversa com Lindemberg, a apresentadora assumiu, ao vivo, nítida posição de intermediadora das negociações, conforme se depreende de alguns trechos da dita "entrevista":

**Lindemberg:** Você viu a “merda” que deu no Rio de Janeiro ... Se eles invadirem eu vou atirar nela!

**Sônia Abrão:** Mas eles não vão invadir, Lindemberg. Eles não têm essa intenção de maneira nenhuma. É aquilo que eu tô falando pra vocês, a polícia tá vendo de perto o sofrimento dos seus parentes, o sofrimento dos parentes da Eloá. Você acha que eles vão querer provocar uma morte aí dentro? De jeito nenhum, de jeito nenhum, tá? Eles não vão nem se aproximar mais. (...)

**Sônia Abrão:** Ninguém vai atirar em você, pelo amor de Deus, não pensa isso não, a gente quer um final feliz para essa estória. Isso não sou eu que estou aqui no ar falando não, todo mundo que tá aí embaixo, a polícia não tem interesse em tirar a vida de ninguém, muito pelo contrário, não tem porque tirar a sua vida, Lindemberg. Pelo amor de Deus, não pensa isso não. Faz isso que você está falando: ela desce primeiro com os dois revólveres descarregados, certo? E você vai descer na sequência com as mãos pra cima. Você não tem nenhuma outra arma com você, você só tem esses dois revólveres, é isso?(...)

**Sônia Abrão:** Sei, me fala uma coisa. Ele deixou muito claro que não tem intenção de fazer mal nenhum, nem a ele mesmo, né? Agora você esta preparada pra descer com calma, ele vai entregar, segundo ele nos disse...

**Eloá:** Na melhor hora, ele vai me liberar.

**Sônia Abrão:** Ele vai entregar as duas armas descarregadas na sua mão, você tem condições emocionais de descer, de entregar....

**Eloá:** Está tudo sob controle...

**Sônia Abrão:** E avisar a polícia que ele vai descer na sequência indefeso, desarmado e com as mãos pra cima.<sup>45</sup>

É evidente que a emissora, em busca de audiência – a média diária do programa era de dois pontos no IBOPE, sendo que alcançou cinco pontos durante a entrevista – colocou em risco o trabalho policial nas negociações, além de ter transformado a adolescente Eloá, com 15 anos à época dos fatos, juntamente com seu sequestrador, na atração principal do programa *A Tarde É Sua*.

---

<sup>45</sup> Transcrições extraídas da Ação Civil Pública do Ministério Público Federal em face de TV Ômega LTDA. Disponível em: <[https://www.conjur.com.br/dl/entrevista\\_elo.pdf](https://www.conjur.com.br/dl/entrevista_elo.pdf)>. Acesso em 05 mai. 2018.

A interferência da mídia em um caso como esse, além de ser perigosa, é inconstitucional. Em razão disso, o Ministério Público Federal do Estado de São Paulo moveu ação civil pública contra a TV Ômega, estação geradora da Rede TV, afirmando que as entrevistas realizadas pelo programa interferiram na atividade policial em curso e colocaram a vida da adolescente e dos outros envolvidos no caso em risco.

Segundo a Procuradora responsável pela ação, Adriana da Silva Fernandes, *"o drama pessoal vivenciado pelos entrevistados, um deles, menor, foi transmitido sem nenhum respeito pela dor humana, relegando a ética a um plano secundário. Pode-se dizer que a emissora, no mínimo, colocou em risco o trabalho dos negociadores especializados da polícia e a vida da adolescente e do sequestrador"*.<sup>46</sup> Na presente ação, foi pleiteado o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de 1.500.000,00 reais.

Tal episódio gerou críticas sobre a intensa cobertura midiática de diversos veículos de comunicação em relação ao caso. O Promotor Augusto Rossini, presente nas negociações do caso, após o fim do sequestro afirmou que *"muitas vezes as negociações eram alteradas ou de alguma forma influenciadas pelo que se ouvia pelos canais televisão"*.<sup>47</sup>

O fim dessa história, como todo seu desenrolar, foi trágico e digno de uma novela dramática: a morte de Eloá com tiros disparados por Lindenberg quando a polícia invadiu o cativeiro. Não há dúvidas que a imprensa, buscando a notícia e audiência às custas da tragédia, ajudou a prolongar o episódio e dar notoriedade ao sequestrador.

Assim, é cristalino que para os participantes e indiciados em uma investigação policial ou acusados em um processo, *"o julgamento pelos meios de comunicação de massa pode atingir proporções graves irreparáveis na vida, dignidade e a honra dessas pessoas que terminam, por vezes, condenadas pela opinião pública"*.<sup>48</sup>

A mídia, controlada por uma parcela ínfima da população, demonstra que o poder econômico define o critério que determina quem estampará o jornal do dia seguinte, ou quem será o novo protagonista das manchetes criminais.

Desse modo, temos uma imprensa que, de acordo com seus interesses econômicos,

após selecionar aquele fato que entende ser mais relevante, transforma-o em conhecimento procurando chamar a atenção do grande público: comenta-o detalhadamente, classifica e julga os atores do crime, e a opinião pública reage exigindo a condenação, como forma de justiça. Interagindo, o meio informativo divulga a opinião pública - exigência de justiça por ela mesmo incitada, contra o infrator da lei.<sup>49</sup>

<sup>46</sup> Disponível em: <[https://www.conjur.com.br/dl/entrevista\\_elo.pdf](https://www.conjur.com.br/dl/entrevista_elo.pdf)>. Acesso em 05 mai. 2018.

<sup>47</sup> ENTREVISTA, Hoje em Dia, São Paulo: Record. Programa de TV. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=IRhkZZII5EE>>. Acesso em: 05 mai. 2018.

<sup>48</sup> VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. **Processo Penal e Mídia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 20.

<sup>49</sup> VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. **Processo Penal e Mídia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 58.

E, a partir daí, *"a imprensa deixa de exercer sua função principal - que é disseminar informações - e desvia-se de sua finalidade cívica para exercer exclusivamente uma atividade de cunho comercial, em que o sucesso é mensurado pela obtenção do maior índice de audiência"*.<sup>50</sup>

Essa mídia, claramente elitizada, torna protagonistas uma parcela específica da população: na maior parte dos casos, àqueles que já são conhecidos por viverem de forma marginalizada. E, por ser um aparelho que prima essencialmente pelo lucro, o fenômeno midiático surgiu juntamente com o capitalismo e tem se desenvolvido acompanhando as regras ditas pelo referido sistema econômico.<sup>51</sup>

Os personagens que integram essa forma de notícia são mulheres e homens estereotipados, carregados de valores morais, com marcas fixas como vilões, mocinhos, prostitutas, homossexuais, ladrões e policiais, pessoa vil. A mídia aponta, estampa, acusa o infrator - agora reconhecido publicamente como tal na sociedade -, que, por sua vez, deverá responder pelo que lhe é atribuído, como um caminho sem volta.<sup>52</sup>

A *"justiça paralela feita pelos órgãos informativos"*<sup>53</sup> é a responsável, então, por aplicar – sem contraditório, ampla defesa, ou qualquer outro princípio processual penal – a sanção social. Essa, ao contrário da sanção penal, não tem previsão legal, não possui causas de extinção, nem mesmo prazo de duração: perdurará enquanto a memória humana conseguir recordar.

Esse é um outro fator que, sem dúvidas, agravou a situação com o passar do tempo. A memória humana não é mais limitada ao seu potencial biológico. Os bancos de dados, que serão abordados no último capítulo do presente estudo, garantem com que as sanções aplicadas não sejam jamais esquecidas.

Outro aliado da sanção social, sem dúvidas, é o sensacionalismo. Este é responsável por integrar o telespectador na notícia, cativando-o, envolvendo-o de tal modo que as barreiras entre o real e imaginário são confundidas.

A valorização da violência, o interesse pelo crime e pela justiça penal é uma prática enraizada na mídia, que encontra seu melhor representante no jornalismo sensacionalista. Utilizando-se de um modo próprio da linguagem

<sup>50</sup> PRAZERES, Deivid Willian dos. **A criminalização midiática do sex offender: a questão da Lei de Megan no Brasil**. Florianópolis: Empório do Direito, 2016, p. 25.

<sup>51</sup> PRAZERES, Deivid Willian dos. **A criminalização midiática do sex offender: a questão da Lei de Megan no Brasil**. Florianópolis: Empório do Direito, 2016, p. 25.

<sup>52</sup> VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. **Processo Penal e Mídia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 55-56.

<sup>53</sup> VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. **Processo Penal e Mídia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 20.



discursiva, ágil, coloquial e do impacto da imagem, promove uma banalização e espetacularização da violência.<sup>54</sup>

Para demonstrar, nada mais ilustrativo do que os programas conhecidos por todos que acompanharam a televisão brasileira nos anos 2000: Cidade Alerta e Linha Direta, por exemplo, anunciavam crimes violentos, alguns com tons de mistério, criando um clima de suspense, atraindo, por consequência, a curiosidade do público. Foi, inclusive, o famoso programa Linha Direta, exibido pela Rede Globo entre os anos de 1999 a 2007, protagonista de um dos casos mais emblemáticos quando o assunto é privacidade e réus em processos penais.

O programa, em síntese, reconstituía crimes reais, buscando solucionar mistérios ainda não resolvidos. Com a exibição de fotos e dados sobre os suspeitos, o jornalístico incentivava os telespectadores a fornecer informações sobre criminosos foragidos. Inspirado em programas norte-americanos, Linha Direta misturava todos os ingredientes para o sucesso: o mistério unido com o sensacionalismo exacerbado, disfarçado de justiça social, dando a oportunidade do próprio telespectador ter o seu "momento de justiceiro".

O processo polêmico, causado pelo programa Linha Direta, foi o de Jurandir Gomes de França, acusado de ter participado da sequência de homicídios ocorridos em 23 de julho de 1993, na cidade do Rio de Janeiro, conhecidos como Chacina da Candelária. Ao final, Jurandir foi submetido a júri popular, sendo absolvido por negativa de autoria pela unanimidade dos membros do conselho de sentença.

A Rede Globo, em 2006, procurou Jurandir França para dar uma entrevista sobre o caso para o programa Linha Direta Justiça, mas o convite foi recusado, além de ter o autor mencionado seu desinteresse em ter sua imagem apresentada em rede nacional. Entretanto, o programa foi veiculado ainda em 2006, apontando o autor como um dos envolvidos na chacina, mencionando, porém, que este havia sido absolvido.

Jurandir, entretanto, pleiteou indenização ao judiciário, entendendo que a Rede Globo tornou pública novamente uma situação que já havia sido superada, *"reacendendo na comunidade onde reside a imagem de chacinador e o ódio social, ferindo, assim, seu direito à paz, anonimato e privacidade pessoal, com prejuízos diretos também a seus familiares"*.<sup>55</sup> Tal

<sup>54</sup> VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. **Processo Penal e Mídia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 55.

<sup>55</sup> **BRASIL**. Superior Tribunal de Justiça. RECURSO ESPECIAL Nº 1.334.097 - RJ (2012/0144910-7). Relator MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO, julgado em 28-05-2013. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201201449107&dt\\_publicacao=10/09/2013](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201201449107&dt_publicacao=10/09/2013)>. Acesso em: 03 mai. 2018.

divulgação teria, ainda, obrigado o autor a abandonar a comunidade onde morava, para proteger sua segurança e de sua família, em razão dos chamados "justiceiros".

A Rede Globo, em sua defesa, afirmou que Jurandir França foi um dos protagonistas do episódio, sendo que sua absolvição demonstrava a incompetente investigação realizada pela polícia. Alegou, ainda, que o simples fato da pessoa se relacionar com a notícia de interesse público já é suficiente para mitigar seu direito à intimidade, sendo então lícita a divulgação de seu nome e de sua imagem independentemente de autorização.

Em primeiro grau, o juízo entendeu que a Chacina da Candelária foi um evento de grande repercussão, entendendo por bem mitigar o direito ao anonimato e ao esquecimento em favor do interesse público sobre a notícia, negando o pleito indenizatório. Em grau de apelação, a sentença foi reformada, concedendo a indenização à Jurandir.

No ano de 2013, por unanimidade, os ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça mantiveram a decisão de segundo grau que condenou a Rede Globo ao pagamento de indenização no valor de 50.000,00 reais, reconhecendo que Jurandir Gomes de França teve sim violado seu direito ao esquecimento.

Em seu voto, o ministro relator Luis Felipe Salomão afirmou que Jurandir foi exposto contra a sua vontade, colocando em dúvida – mais uma vez – sua participação ou não nos assassinatos. Segundo ele, apesar da Chacina da Candelária ter se tornado um fato histórico,

(...) o certo é que a fatídica história seria bem contada e de forma fidedigna sem que para isso a imagem e o nome do autor precisassem ser expostos em rede nacional. Nem a liberdade de imprensa seria tolhida nem a honra do autor seria maculada, caso se ocultassem o nome e a fisionomia do recorrido, ponderação de valores que, no caso, seria a melhor solução ao conflito.<sup>56</sup>

Assim, permitir a veiculação do fato por uma segunda vez, indicando precisamente o nome e foto do autor, seria permitir a reiteração da ofensa à sua dignidade, pois *"muito embora tenham as instâncias ordinárias reconhecido que a reportagem mostrou-se fidedigna com a realidade, a receptividade do homem médio brasileiro a noticiários desse jaez é apta a reacender a desconfiança geral acerca da índole do autor, que, certamente, não teve reforçada sua imagem de inocentado, mas sim a de indiciado"*.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> **BRASIL**. Superior Tribunal de Justiça. RECURSO ESPECIAL Nº 1.334.097 - RJ (2012/0144910-7). Relator MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO, julgado em 28-05-2013. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201201449107&dt\\_publicacao=10/09/2013](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201201449107&dt_publicacao=10/09/2013)>. Acesso em: 03 mai. 2018.

<sup>57</sup> **BRASIL**. Superior Tribunal de Justiça. RECURSO ESPECIAL Nº 1.334.097 - RJ (2012/0144910-7). Relator MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO, julgado em 28-05-2013. Disponível em:

Desse modo, tais programas televisivos, sem dúvidas, atraem o telespectador. Isso porque

o crime e o criminoso ainda fascinam. O noticiário delitivo, das "páginas" vermelhas de sangue, possui uma substância dramática e cria estereótipos que diferenciam o homem bom do homem mau. A notícia não argumenta, explicitamente, quem são os bons e quem são os maus. Essas noções são trazias quando o relato se apresenta como notícia.<sup>58</sup>

Por isso, quando os órgãos de informação divulgam casos e envolvidos em processos penais, seja por meio de notícias ou programas televisivos, *"devem atuar com a maior liberdade possível, contudo, não podem violar princípios basilares do processo penal, substituindo o 'due process of law' por um julgamento sem processo, paralelo e informal, mediante os meios de comunicação"*.<sup>59</sup>

O jornalismo deve, para atender de forma satisfatória o direito à informação e publicidade, sem causar maiores prejuízos aos acusados, ser informativo, tendo como principal meta a busca do fato sem estar revestido de opiniões pessoais, valorações, resistindo ao jornalismo descompromissado, narrado de forma dramática e fragmentada.

Assim, não há dúvidas que a sanção social, aplicada ao indivíduo sem o devido processo legal, seja ele absolvido por meio do processo penal ou não, pode trazer, muitas vezes, consequências perpétuas e mais gravosas do que a própria sanção penal.

Isso porque a condenação pela imprensa é perpétua e definitiva. *"A opinião pública, influenciada pela mídia, pode ser uma ameaça aos direitos das pessoas acusadas de crimes. Como objetos de notícias são acusadas, expostas e julgadas nesse tribunal onde inexitem processo e defesa; onde há, apenas, condenação moral e civil"*.<sup>60</sup>

E, *"por mais que posteriormente sejam absolvidos na seara processual, os acusados serão estigmatizados para sempre e os efeitos da condenação do julgamento paralelo e irrecorrível promovidos pela indústria midiática serão sentidos eternamente em suas vidas"*.<sup>61</sup>

A mídia, sob o argumento de informar e prezar pela liberdade de expressão, não deve abraçar, de maneira irresponsável, a bandeira da "justiça com as próprias mãos", quando o seu dever é – ou deveria ser –, em realidade, prezar pela informação verdadeira, livre de

---

<[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201201449107&dt\\_publicacao=10/09/2013](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201201449107&dt_publicacao=10/09/2013)>. Acesso em: 03 mai. 2018.

<sup>58</sup> VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. **Processo Penal e Mídia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 18.

<sup>59</sup> VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. **Processo Penal e Mídia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 19.

<sup>60</sup> VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. **Processo Penal e Mídia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 57.

<sup>61</sup> PRAZERES, Deivid Willian dos. **A criminalização midiática do sex offender: a questão da Lei de Megan no Brasil**. Florianópolis: Empório do Direito, 2016, p. 34.

pré-julgamentos e preconceitos. Ela não deve, muito menos, selecionar por si só os crimes e situações que são dignos de clamor social, conforme se verá adiante.

### 1.3 Os crimes sexuais sob a ótica midiática

As mídias, além de usarem seu papel que deveria ser informativo para investigar e julgar, ignorando, muitas vezes, o trabalho do Poder Judiciário, dão enfoque aos crimes que elas – e, conseqüentemente, a população – consideram mais dignos de atenção. Entretanto, quais são os critérios desse enfoque?

Vivemos em uma época em que, erroneamente, é aceita uma *"flexibilização de garantias fundamentais para dar uma resposta penal cada vez mais severa aos fatos que causam grande comoção social, como por exemplo, os delitos sexuais"*.<sup>62</sup>

E, se assistirmos qualquer programa de televisão que aborde crimes, como seriados e filmes policiais, veremos que a reação do público quando se trata de criminosos sexuais é clara. Eles são odiados, temidos e evitados. Quando o detetive – fictício ou real – "captura" o infrator sexual, há uma comoção entre os telespectadores. Mas o que torna esse tipo de infratores tão piores do que os criminosos ditos "comuns?" Talvez seja uma combinação entre seus alvos e a ideia de que os criminosos sexuais não podem ser "curados".

Os alvos frequentes dos ditos *sex offenders* são vítimas consideradas vulneráveis e inocentes, em regra mulheres e crianças. Entretanto, existe uma premissa que deve ser analisada com cuidado ao generalizarmos os delitos de natureza sexual: todos os estupradores e molestadores de crianças são criminosos sexuais, mas nem todos os criminosos sexuais são estupradores e molestadores de crianças. E é nítido que a mídia faz a opção de utilizar esses dois crimes para representar todo e qualquer criminoso de ordem sexual.

Segundo Olver & Barlow e Dan Gardner, a mídia desempenha um papel de primeira ordem quando o assunto é a percepção do perigo. Ambos os autores afirmam que os crimes sexuais estão em declínio, mas o medo do público não diminuiu de maneira proporcional. Tal fato atribui-se ao pânico moral que a mídia gera na sociedade, relatando histórias

---

<sup>62</sup> PRAZERES, Deivid Willian dos. **A criminalização midiática do sex offender: a questão da Lei de Megan no Brasil**. Florianópolis: Empório do Direito, 2016, p. 19.

sensacionalistas. A mídia, como já visto, é um negócio, que, conseqüentemente, visa o lucro. E, no ramo do entretenimento, é mais rentável sensacionalizar uma história.<sup>63</sup>

#### O próprio termo "agressor sexual"

evoca o estereótipo de um homem velho usando uma capa de chuva, atraindo uma criança inocente para uma van branca e sem identificação, com a promessa de doces; no entanto, o termo legalmente designado “agressor sexual” não se refere estritamente àqueles que cometem crimes sexuais contra uma criança; na realidade, os ofensores sexuais podem incluir indivíduos que cometeram uma ampla gama de ofensas.<sup>64</sup>

Tanto o público em geral quanto os legisladores estão mais preocupados com crimes sexuais violentos, a exemplo do estupro e abuso sexual infantil, e, portanto, punem todos os criminosos considerados sexuais sob o mesmo tipo de lei punitiva. Entretanto, não é inteligente cobrir uma população tão diversa sob as leis destinadas a controlar as parcelas mais perigosas entre elas.

Em alguns estados norte-americanos, por exemplo, basta tirar fotos nuas de si mesmo – se você for menor de idade – ser ou visitar uma prostituta, urinar ou exhibir os seios em público, ter sexo consensual com outro adolescente – mesmo quando você também for adolescente –, praticar ato incestuoso, entre outras diversas condutas, para ter praticado um crime de natureza sexual.<sup>65</sup>

#### Sendo assim, é evidente que

os sujeitos que praticam certos delitos, como os denominados crimes contra os costumes, há muito tempo são os alvos prediletos dos discursos que defendem o expansionismo penal e a promulgação de leis penais cada vez mais severas como mote de salvação para todas as mazelas que compõem a vida em sociedade.<sup>66</sup>

<sup>63</sup> SALSAMAN, Andrea Paige. **Police perception of the effectiveness of Megan's Law against sex offenders**, p. 05-06. Disponível em <[http://libres.uncg.edu/ir/asu/f/Salsman,%20Andrea\\_2014\\_Thesis.pdf](http://libres.uncg.edu/ir/asu/f/Salsman,%20Andrea_2014_Thesis.pdf)>. Acesso em 19 mai. 2018.

<sup>64</sup> "The term 'sex offender' conjures to mind the stereotype of an old man wearing a trench coat luring an innocent child into a white, unmarked van with the promise of candy; however, the legally-designated term 'sex offender' does not strictly refer to those who commit sexual offenses against a child; in actuality, sex offenders can include individuals who have committed a wide range of offenses". SALSAMAN, Andrea Paige. **Police perception of the effectiveness of Megan's Law against sex offenders**, p. 04. Disponível em <[http://libres.uncg.edu/ir/asu/f/Salsman,%20Andrea\\_2014\\_Thesis.pdf](http://libres.uncg.edu/ir/asu/f/Salsman,%20Andrea_2014_Thesis.pdf)>. Acesso em 19 mai. 2018.

<sup>65</sup> BUSINESS INSIDER. **7 Surprising Things That Could Make You A Sex Offender**. Disponível em <<http://www.businessinsider.com/surprising-things-that-could-make-you-a-sex-offender-2013-10>>. Acesso em 19 mai. 2018.

<sup>66</sup> PRAZERES, Deivid Willian dos. **A criminalização midiática do sex offender: a questão da Lei de Megan no Brasil**. Florianópolis: Empório do Direito, 2016, p. 44.

Além disso, soma-se ao fato a discussão de que os criminosos sexuais são "incuráveis". Ou seja, mesmo após cumprida a reprimenda privativa de liberdade, esta última não teria o efeito repressor desejado sob o condenado, visto que muitas vezes os agressores sexuais são considerados portadores de transtornos mentais.

Em uma sociedade onde perpetuamos a falsa ideia de que quanto pior a punição, menor a probabilidade de os criminosos reincidirem, partindo-se da premissa que os infratores sexuais são incuráveis, cria-se a ideia de que a melhor solução seria incapacitá-los e excluí-los da sociedade para puni-los de maneira contínua por seus crimes.<sup>67</sup>

O Senador Magno Malta, ao relatar o parecer da Comissão de Direitos Humanos que se manifestou a respeito do Projeto de Lei do Senado n. 338, de 2009, da autoria da ex-senadora Marisa Serrano – melhor analisado no capítulo 3.3 da presente monografia –, asseverou que

a pedofilia, que pode assumir diversas modalidades e ensejar algumas das condutas perversas tipificadas como crimes no Código Penal e no ECA, de fato é um transtorno que não é necessariamente curado mediante o cumprimento de pena.<sup>68</sup>

Entretanto, tomando como exemplo a pedofilia, segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), em seu Manual de Classificação Estatística Internacional de Doenças, Lesões e Causas de Morte, a mesma é considerada um transtorno mental, no que tange às neuroses, transtornos de personalidade e outros transtornos mentais psicóticos, sob o código 302 – Desvio Sexual.<sup>69</sup> Sendo a pedofilia, a princípio, uma patologia, como pode dar-se a punição de um pedófilo?

Em verdade, a pedofilia não é crime e nem é prevista em nenhum artigo do Estatuto Repressor. Ela só é punível quando é exteriorizada, ou seja, quando essa exteriorização se encaixa em algum tipo penal. Mas, mesmo após a prática de ato que se tipifique como crime em razão de sua doença, a aplicação da sanção para um doente mental é – ou deveria ser – diferenciada.

---

<sup>67</sup> SALSAMAN, Andrea Paige. **Police perception of the effectiveness of Megan's Law against sex offenders**, p. 02. Disponível em <[http://libres.uncg.edu/ir/asu/f/Salsman,%20Andrea\\_2014\\_Thesis.pdf](http://libres.uncg.edu/ir/asu/f/Salsman,%20Andrea_2014_Thesis.pdf)>. Acesso em 20 mai. 2018.

<sup>68</sup> Disponível em <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/87942.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

<sup>69</sup> OMS. **Manual da Classificação Estatística Internacional de Doenças, Lesões e Causas de Óbito**. 1980. Disponível em <[http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/70943/ICD\\_10\\_1980\\_v1\\_pt\\_1.pdf;jsessionid=35A3D1A1ED7074ED6679C0C09762F19A?sequence=4](http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/70943/ICD_10_1980_v1_pt_1.pdf;jsessionid=35A3D1A1ED7074ED6679C0C09762F19A?sequence=4)>. Acesso em: 20 mai. 2018.

Os doentes mentais, ao cometerem crimes, recebem, via de regra, a aplicação de um instituto chamado de medida de segurança, prevista nos artigos 96 a 99 do Código Penal, sendo elas a internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou a sujeição a tratamento ambulatorial.

Assim, a doença mental é um dos pressupostos biológicos da inimputabilidade, mas, por si só, não é capaz de fundamentá-la, sendo necessário que, em decorrência dela, o sujeito não possua capacidade de entendimento.

Atualmente, o imputável que praticar uma conduta punível sujeitar-se-á somente à pena correspondente; o inimputável, à medida de segurança, e o semi-imputável, o chamado “fronteiriço”, sofrerá pena ou medida de segurança, isto é, ou uma ou outra, nunca as duas, como ocorre no sistema duplo binário. As circunstâncias pessoais do infrator semi-imputável é que determinarão qual a resposta penal de que este necessita: se o seu estado pessoal demonstrar a necessidade maior de tratamento, cumprirá medida de segurança.<sup>70</sup>

Apesar de, popularmente, existir a ideia de que a sanção de medida de segurança seria mais branda do que a pena privativa de liberdade, Cezar Roberto Bitencourt esclarece que

a medida de segurança e a pena privativa de liberdade constituem duas formas semelhantes de controle social e, substancialmente, não apresentam diferenças dignas de nota. Consubstanciam formas de invasão da liberdade do indivíduo pelo Estado, e, por isso, todos os princípios fundamentais e constitucionais aplicáveis à pena, (...) regem também as medidas de segurança.<sup>71</sup>

Ressalta-se, ainda, que as medidas de segurança, por força do artigo 97, §1º, do Código Penal, possuem duração indeterminada, mantendo-se enquanto não for constatada a cessação da periculosidade.

No entanto, não se pode ignorar que a Constituição de 1988 consagra, como uma de suas cláusulas pétreas, a proibição de prisão perpétua; e, como pena e medida de segurança não se distinguem ontologicamente, é lícito sustentar que essa previsão legal — vigência por prazo indeterminado da medida de segurança — não foi recepcionada pelo atual texto constitucional. Em trabalhos anteriores sustentamos que em obediência ao postulado que proíbe a prisão perpétua dever-se-ia, necessariamente, limitar o cumprimento das medidas de segurança a prazo não superior a trinta anos, que é o lapso temporal permitido de privação da liberdade do infrator (art. 75 da CP).<sup>72</sup>

Tratando-se da pedofilia — além de outros crimes de natureza sexual —, em verdade, o correto seria o acompanhamento clínico constante, antes que a exteriorização da doença

<sup>70</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal Vol. 1.** 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 892.

<sup>71</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal Vol. 1.** 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 893.

<sup>72</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal Vol. 1.** 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 897.



tipifique um delito. O que vemos hoje, no caso dos crimes sexuais, é que a aplicação de medida de segurança, segundo o entendimento dos tribunais pátrios, está vinculada a realização de laudo psiquiátrico atestando a capacidade de entendimento quanto ao caráter ilícito dos fatos.<sup>73</sup>

Caso o laudo ateste tal capacidade, a pena aplicada será apenas uma: a privativa de liberdade. E, após o cumprimento de tal pena, o agressor sexual estará de volta às ruas. É essa situação que tanto afeta o clamor social: a sociedade tem a certeza de que, se solto, o criminoso sexual voltará a delinquir. Tal convicção pode dever-se ao fato de que, no fim, a sociedade sabe que o condenado cumpriu uma pena tão inadequada para o delito que praticou que as chances de a (mítica) ressocialização<sup>74</sup> ter ocorrido são nulas.

Mais uma vez, o obstáculo para a correta aplicação de uma sanção ao infrator que exterioriza a pedofilia (ou qualquer outra doença) é o próprio sistema penal, onde o doente psicológico sexual é tratado de igual maneira que o criminoso sexual.

Percebe-se, então, que os crimes sexuais são um assunto delicado, sendo que fazem parte de uma área muitas vezes invadida pela comoção do público, gerada – em grande parte – pela mídia. É nítido que

a obsessão com o predador sexual do final do século XX marca uma interrupção, mesmo uma reversão, em relação ao medo do "psicopata sexual" de meados do século, na medida em que enfraquece o pólo assistencial do Estado e amputa a influência de especialistas (tais como sexólogos, psiquiatras e criminologistas), que até então modularam e mesmo limitaram a aplicação de sanções penais de sanções penais.<sup>75</sup>

E, no afã de mostrar eficiência, reprimindo esses criminosos considerados pela Sociedade mais perigosos do que quaisquer outros com penas privativas de liberdade cada vez maiores, mais severas, e com consequências, inclusive, pós-cumprimento de pena – como o caso da legislação estadunidense conhecida como Lei de Megan –, promove-se a tão buscada

---

<sup>73</sup> Nesse sentido: TJSC, Apelação Criminal n. 0011163-58.2016.8.24.0038, de Joinville, rel. Des. Volnei Celso Tomazini, Segunda Câmara Criminal, j. 23-05-2017; TJRS, Apelação Criminal n. 70068706183, de Jaguarí, rel. Des. André Luiz Planella Villarinho, Quinta Câmara Criminal, j. 20-07-2016; TJPR, Apelação Criminal n. 655240-1, de Alto Piquiri, rel. Des. Lauro Augusto Fabrício de Melo, Quinta Câmara Criminal, j. 27-01-2011.

<sup>74</sup> Segundo Alessandro Baratta, "as características deste modelo (prisional), do ponto de vista que mais nos interessa, podem ser resumidas no fato de que os institutos de detenção produzem efeitos contrários à reeducação e reinserção do condenado, favoráveis a sua estável reinserção na população criminosa". BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e crítica do direito penal**: introdução a sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 1999, p. 183.

<sup>75</sup> WACQUANT, Loic. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos - A onda punitiva**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 389-390.

justiça social que, no fim das contas, apenas desvia o foco das verdadeiras causas do delito combatido.<sup>76</sup>

---

<sup>76</sup> PRAZERES, Deivid Willian dos. **A criminalização midiática do *sex offender*: a questão da Lei de Megan no Brasil**. Florianópolis: Empório do Direito, 2016, p. 78.

## 2 A LEI DE MEGAN AMERICANA: EFETIVIDADE, CUSTOS E FALHAS

A chamada Lei de Megan, polêmica normativa que foi sancionada inicialmente no Estado de Nova Jersey em 1994, permite as autoridades locais de cada um dos 50 Estados americanos a manter bancos de dados para informar à população onde moram e trabalham os que já foram condenados por crimes sexuais.

Tal lei foi inspirada no caso de Megan Kanka, uma garota de sete anos do Estado de Nova Jersey, que foi assassinada por um ex-condenado por abuso sexual infantil, Jesse Timmendequas, que era seu vizinho na época. Jesse, no dia 27 de julho de 1994, convidou Megan para entrar em sua casa, antes de estuprá-la e assassina-lá, para após desovar seu corpo em um parque próximo. No dia seguinte, confessou o crime e conduziu a polícia até o local onde estava Megan. Após tal fato, a família da criança mobilizou-se para aprovar a referida lei, que leva o nome da garota, sob o argumento de que, se soubessem que seu vizinho era um predador sexual condenado, não teriam autorizado que Megan brincasse na rua sozinha, e tal incidente trágico nunca teria ocorrido.

Em 1996, o Congresso Americano aprovou a Lei de Megan como uma alteração ao Jacob Wetterling Crimes Against Children's Act, que já previa que cada Estado deveria manter e atualizar registros de condenados sexuais e outros crimes contra crianças. Entretanto, tal ato não autorizava o acesso das informações pelos cidadãos em geral, a não ser em algum caso específico onde fosse questão de segurança pública.<sup>77</sup>

Assim, após a promulgação da Lei de Megan, passou-se a exigir que cada Estado possuísse um registro e sistema de notificação em relação aos *sex offenders*. Em razão da autonomia dos Estados americanos, visto que cada um deles possui independência legislativa para aprovar leis, desde que elas respeitem a constituição do país, cada Estado possui procedimentos diferentes para reger tal banco de dados.

Normalmente, a informação disponível ao público consiste no nome do condenado, foto, endereço, data da prisão e crime cometido. Entretanto, Estados como a Califórnia possuem informações muito mais específicas, como data de nascimento, peso, altura, além de informações físicas como cicatrizes e tatuagens.<sup>78</sup>

---

<sup>77</sup> UNITED STATES OF AMERICA. **Jacob Wetterling Crimes Against Children and Sexually Violent Offenders Registration Improvements Act**. Disponível em:

<<https://www.congress.gov/bill/105th-congress/house-bill/1683>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

<sup>78</sup> STATE OF CALIFORNIA DEPARTMENT OF JUSTICE. **Megan's Law Home**. Disponível em <<http://meganslaw.ca.gov/>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

Tais informações, além de serem de acesso público através de websites, também podem ser disponibilizadas por meio de jornais, panfletos, ou outros meios de comunicação.

A mobilização em relação ao caso de Megan Kanka foi tão intensa que a lei foi promulgada no Estado de Nova Jersey apenas 89 dias depois da morte da garota. Hoje, todos os 50 Estados americanos possuem seus bancos de dados conforme preceitua a Lei de Megan. Jesse Timmendequas, que foi originalmente condenado à pena de morte, atualmente cumpre prisão perpétua, sem a possibilidade de liberdade condicional, após o Estado de Nova Jersey ter abolido a pena capital no ano de 2007.

## 2.1 As violações, os custos para o Estado e a real função da Lei de Megan americana

A referida lei fere – clara e assustadoramente – o direito à privacidade. Fotos, características e, inclusive, o endereço dos “criminosos”, são fornecidos para quem quiser saber. Com apenas alguns cliques no site de cada Estado americano, é possível encontrar todas as informações de uma pessoa.

Como se não bastasse, em 2017 entrou em vigor nos Estados Unidos a chamada “Lei de Megan Internacional”, que obriga os chamados *sex offenders* – denominação dada aos que já foram condenados por crimes sexuais – a terem impressas na parte de trás de seus passaportes a informação de que já cometeram infrações dessa natureza.<sup>79</sup>

Isso sem contar com as mais diversas restrições legais impostas aos mesmos. O Estado da Flórida, conhecido por possuir uma das legislações mais rigorosas quando o assunto são os condenados por crimes sexuais, por exemplo, delimita regiões e as distâncias em que os *sex offenders* devem permanecer de determinados lugares. As proximidades de escolas, bibliotecas, parques e até mesmo pontos de ônibus estão proibidas para os condenados estabelecerem residência.<sup>80</sup>

Na Califórnia, os ditos *sex offenders* são obrigados a manter atualizadas suas informações anualmente, sob pena de prisão.<sup>81</sup> No Estado da Louisiana, eles precisam, ainda, efetuar o pagamento de uma taxa anual de US\$ 60,00 à agência estatal em que o registro é

<sup>79</sup> U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Passports and International Megan's Law**. Disponível em <<https://travel.state.gov/content/travel/en/News/passports/passports-and-international-megans-law.html>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

<sup>80</sup> UNITED STATES OF AMERICA. **The 2017 Florida Statutes, Title XLVII, Chapter 948: PROBATION AND COMMUNITY CONTROL**. Disponível em <<http://www.leg.state.fl.us/statutes/>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

<sup>81</sup> UNITED STATES OF AMERICA. **California Penal Code**, §290.018, "a". Disponível em: <<https://leginfo.legislature.ca.gov/faces/codesTOCSelected.xhtml?tocCode=PEN>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

solicitado, para que se realize a manutenção do referido banco de dados.<sup>82</sup>

Além de violar o direito íntimo à privacidade, publicizando de maneira desmedida, e muitas vezes eternamente, uma condenação por determinado crime, a Lei de Megan ainda é responsável por limitar a liberdade de ir e vir dos condenados, mesmo após a pena juridicamente imposta já ter sido devidamente cumprida. Prova disso é o surgimento de moradias em bairros exclusivos para os denominados *sex offenders*, conforme se mostrará adiante.<sup>83</sup>

Tantas violações somam-se ao fato de que ser rotulado como *sex offender* é mais fácil do que parece. Engana-se quem acredita que a Lei de Megan pune somente os que abusam de crianças indefesas ou cometem seus delitos de maneira altamente reprovável.

De acordo com a legislação de alguns Estados, para receber o título de criminoso sexual e passar a constar nos bancos de dados regidos pela Lei de Megan, basta tirar fotos nuas de si mesmo – se você for menor de idade – ser ou visitar uma prostituta, urinar ou exibir os seios em público, ter sexo consensual com outro adolescente – mesmo quando você também for adolescente –, praticar ato incestuoso, entre outras diversas condutas.<sup>84</sup>

Casos como o de Jacob C., que foi registrado como *sex offender* no Estado de Michigan aos 11 anos de idade em razão de ter tocado nas genitais da irmã, não são incomuns. Jacob restou, em função do registro, proibido de morar com a vítima, o que resultou em sua ida para um lar adotivo.

Em razão de ser uma condenação em uma Corte Juvenil, o registro de Jacob não era de acesso público, o que mudou quando ele completou 18 anos de idade. Quando a informação de que Jacob era um suposto criminoso sexual tornou-se pública, os pais de seus colegas de turma lutaram para que ele fosse expulso do colégio.

Ao se mudar para a Flórida, Jacob casou-se e teve uma filha, a qual não pode ficar com a guarda após seu divórcio, mesmo que sua esposa não tivesse condições de sustentá-la. Em 2011, aos 26 anos, ele finalmente conseguiu ter seu nome excluído do banco de dados por

---

<sup>82</sup> "D. The offender shall pay to the appropriate law enforcement agencies with whom he is required to register, except for the campus law enforcement agency of an institution of postsecondary education, an annual registration fee of sixty dollars to defray the costs of maintaining the record of the offender. The payment of such a fee shall be made in accordance with any rule regarding indigency adopted by the judges of the judicial district court in the jurisdiction or as determined by criteria established by the Department of Public Safety and Corrections". Disponível em <<http://www.legis.la.gov/Legis/Law.aspx?d=79161>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

<sup>83</sup> Vide capítulo 2.4 da presente monografia.

<sup>84</sup> HUMAN RIGHTS WATCH. **No Easy Answers: Sex Offender Laws in the US**. Disponível em <<https://www.hrw.org/report/2007/09/11/no-easy-answers/sex-offender-laws-us>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

um suposto "crime" que cometeu aos onze – mas somente no Estado de Michigan, e não na Flórida.<sup>85</sup>

O caso de Jacob não é o único. Sob a luz da legislação norte-americana, não parece existir muita diferença entre tais crimes de menor relevância e os cometidos pelos chamados "predadores sexuais", muitos dos quais perpetram seus delitos com traços de violência e barbárie. Pelos olhos da Sociedade, todos são igualmente culpados.

Todas essas violações são bancadas pelos Estados americanos. E não custam pouco.

Pesquisas realizadas em quinze Estados americanos mostraram que os valores investidos são altíssimos. Em tais Estados, as despesas totais agregadas atribuíveis à implementação e manutenção da Lei de Megan foram estimadas em quase US\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de dólares) por ano.

Do total de despesas anuais, os custos de pessoal são de aproximadamente US\$ 3.500.00,00 (três milhões e quinhentos mil dólares), a manutenção do cadastro é de US\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil dólares), gastos com equipamento e suprimentos de US\$ 130.000,00 (cento e trinta mil dólares) e outras despesas de quase US\$ 100.000 (cem mil dólares).<sup>86</sup>

Outro ponto controverso que tange aos objetivos e justificativa utilizada para manter a Lei de Megan em funcionamento é de que se os pais de Megan Kanka soubessem que seu vizinho era um condenado por crime sexual, teriam tomado as devidas precauções e Megan ainda estaria viva.

Entretanto, quando analisamos os casos como um todo, o infrator, na maioria significativa deles, está dentro de casa. Um estudo realizado no Estado de Nova Jersey e publicado no ano de 2008,<sup>87</sup> mostrou que em apenas 16% dos casos o perpetrador da conduta criminosa era um estranho. Praticamente metade das vítimas são abusadas por membros da família, enquanto outros 34% por pessoas conhecidas e de seu convívio social. Já o número de vítimas que residiam com quem as abusava chegou ao percentual de 77%.

---

<sup>85</sup> HUMAN RIGHTS WATCH. **Raised on the Registry: the Irreparable Harm of Placing Children on the Sex Offender Registries in the US**. Disponível em <<https://www.hrw.org/report/2013/05/01/raised-registry/irreparable-harm-placing-children-sex-offender-registries-us>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

<sup>86</sup> NEW JERSEY DEPARTMENT OF CORRECTIONS. **Megan's Law: Assessing the practical and monetary efficacy**. Disponível em: <<https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/grants/225370.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

<sup>87</sup> NEW JERSEY DEPARTMENT OF CORRECTIONS. **Megan's Law: Assessing the practical and monetary efficacy**. Disponível em: <<https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/grants/225370.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

Sendo assim, *"apesar de casos notórios como o de Megan atraírem mais atenção, as crianças são mais abusadas sexualmente por parentes e amigos de confiança do que por estranhos à espreita"*.<sup>88</sup>

Tal cenário não é diferente no Brasil. Em 2011, uma pesquisa realizada no Hospital das Clínicas da USP revelou que sete a cada dez crianças vítimas de abuso sexual foram agredidas pelo pai ou pelo padrasto. Parentes como tios são os terceiros agressores mais comuns, sendo que pessoas desconhecidas representam somente 3% dos casos.<sup>89</sup>

Isso sem levar em consideração que tais crimes, *"(...) por envolverem pessoas do mesmo grupo familiar, vêm marcados pelo 'segredo', o que dificulta sua notificação e faz com que os dados disponíveis nos órgãos oficiais correspondam apenas a uma parcela da realidade"*.<sup>90</sup>

Quanto às taxas de reincidência, o mesmo estudo realizado em Nova Jersey revelou que registrar criminosos sexuais tornou mais fácil localizar os infratores quando cometem um crime sexual. Entretanto, ao analisar as taxas de detenção, o estudo não localizou diferenças significativas entre os dados coletados antes e depois da aprovação do registro de agressores sexuais.

O que se tem visto, em verdade, é que, ao invés de reduzir a ocorrência de delitos de natureza sexual, a Lei de Megan promove uma falsa sensação de segurança à comunidade em geral, enquanto os infratores registrados carregam em suas costas o rótulo de *sex offender*, dificultando – senão inviabilizando – sua reinserção na comunidade, sendo marginalizados e muitas vezes compelidos a praticar delitos de outra natureza.

Assim,

ao serem expostos à comunidade, portanto, os infratores registrados pela "Lei de Megan" são compulsoriamente marginalizados e compelidos ao isolamento social, o que (...) cria o terreno fértil para a reincidência de delitos sexuais. (...) Deste modo, a "Lei de Megan", paradoxalmente, termina por ampliar o risco e aumentar a probabilidade de criminosos

---

<sup>88</sup> PORTER, Jill. **The danger of Megan's Law: giving parents false sense of security**. The Free Lance-Star, Virginia, 9 jan. 1995. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?id=QOgyAAAAIBAJ&sjid=vAcGAAAAIBAJ&hl=pt-BR&pg=2335%2C1198555>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

<sup>89</sup> CHILDHOOD BRASIL. **Maioria das crianças sofre abuso sexual do pai ou padrasto**. Disponível em: <<http://www.childhood.org.br/maioria-das-criancas-sofre-abuso-sexual-do-pai-ou-padrasto>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

<sup>90</sup> FERREIRA, Maria Mariante, AZAMBUJA, Maria Regina de. **Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 46.



reincidirem delituosamente, desestimulando o seu processo de recuperação e reinserção social.<sup>91</sup>

Diante de tais fatos, a eficiência da Lei de Megan foi, como era de se esperar, contestada em alguns pontos, inclusive pelas autoridades policiais americanas. Em um estudo<sup>92</sup> que buscou observar os resultados de tal lei em diversos departamentos policiais do Estado da Carolina do Norte, Andrea Paige Salsman, da University of North Carolina at Greensboro, no ano de 2014, procurou elencar alguns pontos a respeito dessa suposta efetividade, com base em entrevistas com diversas autoridades policiais.

Segundo o estudo supracitado, ao serem perguntados a respeito da periculosidade dos *sex offenders*, ficou evidente que as autoridades policiais os consideram, na teoria, muito perigosos. Mas admitem, por outro lado, que a taxa de reincidência entre os mesmos é baixa quando comparada a de outros crimes.

Para a maioria dos agentes entrevistados, a Lei de Megan é útil como uma ferramenta de conscientização da população, permitindo que a comunidade "*seja um par de olhos extra quando a lei não pode se fazer presente. O envolvimento da comunidade é um plus*".<sup>93</sup> Assim, os bancos de dados públicos seriam responsáveis por fazer com que a população realize uma "autotutela", acessando as informações e ficando atenta com quem reside em sua vizinhança.

A opinião geral é de que existe sim a possibilidade de que os agressores sexuais estejam sendo "controlados" em razão do temor à Lei de Megan, mas também é sabido na comunidade policial que tal lei pode estar alimentando uma "fobia desnecessária". "*Estamos nos tornando maníacos por crimes sexuais*"<sup>94</sup>, afirmou um dos agentes policiais entrevistados.

Os efeitos práticos de tal lei, ainda de acordo com as autoridades policiais da Carolina do Norte, levaram ao isolamento do agressor sexual, dificultando a reintegração na Sociedade. Isso porque a polícia identificou que certos cidadãos usam tais informações disponibilizadas

---

<sup>91</sup> PRAZERES, Deivid Willian dos. **A criminalização midiática do sex offender: a questão da Lei de Megan no Brasil**. Florianópolis: Empório do Direito, 2016, p. 63.

<sup>92</sup> SALSMAN, Andrea Paige. **Police perception of the effectiveness of Megan's Law against sex offenders**. Disponível em: <[http://libres.uncg.edu/ir/asu/f/Salsman,%20Andrea\\_2014\\_Thesis.pdf](http://libres.uncg.edu/ir/asu/f/Salsman,%20Andrea_2014_Thesis.pdf)>. Acesso em 21 mai. 2018.

<sup>93</sup> "It allows the community to be an extra set of eyes when law enforcement can't be there. Community involvement is such a plus". SALSMAN, Andrea Paige. **Police perception of the effectiveness of Megan's Law against sex offenders**. Disponível em: <[http://libres.uncg.edu/ir/asu/f/Salsman,%20Andrea\\_2014\\_Thesis.pdf](http://libres.uncg.edu/ir/asu/f/Salsman,%20Andrea_2014_Thesis.pdf)>. Acesso em 21 mai. 2018.

<sup>94</sup> "In my opinion, we have become sex offender crazy". SALSMAN, Andrea Paige. **Police perception of the effectiveness of Megan's Law against sex offenders**. Disponível em: <[http://libres.uncg.edu/ir/asu/f/Salsman,%20Andrea\\_2014\\_Thesis.pdf](http://libres.uncg.edu/ir/asu/f/Salsman,%20Andrea_2014_Thesis.pdf)>. Acesso em 21 mai. 2018.

com o fim de protegê-los para assediar os condenados sexuais e suas famílias. Tal atitude, inclusive, gerou algumas manchetes sanguinolentas nos últimos anos.<sup>95</sup>

Para alguns dos policiais, o maior problema ainda é, como já citado, a própria definição de crime sexual no ordenamento jurídico americano. Tal definição seria excessivamente "preto no branco", sem fazer muita diferenciação entre quem praticou ato sexual consensual com um menor sem conhecer de tal condição e quem, com uso de violência física ou psicológica, forçou alguém a praticar tais atos. São todos igualmente *sex offenders* sujeitos a registro nos bancos de dados normatizados pela Lei de Megan.

Outra preocupação demonstrada foi a respeito das pessoas que não possuem meios para se defender, e terminam condenadas e colocadas no registro. Dito isso, chega-se a uma conclusão lógica: os indivíduos com menor poder econômico tem maior probabilidade de permanecer nos registros, visto que não possuem recursos para combater as acusações, evidenciando que muitos indivíduos não têm acesso aos meios legítimos de defesa. Isso porque, conforme será tratado adiante, buscar a exclusão de nomes dos cadastros da Lei de Megan já virou um ramo da advocacia estadunidense.<sup>96</sup>

Quando incentivados a opinar sobre quais mudanças na Lei de Megan poderiam surtir efeitos positivos, seis dos dez agentes entrevistados não alterariam a lei. Os outros concordam que soa injusto, por exemplo, punir um indivíduo por um relacionamento consensual que ocorreu enquanto ambas as partes ainda eram menores de idade, devendo existir uma atenuante para aqueles que cometem crimes sexuais sem intenção maliciosa.

De fato, as autoridades policiais americanas, no geral, apesar da ciência dos seus malefícios, ainda acreditam na efetividade da Lei de Megan, principalmente no que tange à sua função de informar a população e deixá-la alerta. Entretanto, sabe-se também que não é algo que impede os agressores sexuais de voltarem a delinquir. Afinal,

o fato de você ser multado por excesso de velocidade significa que você não vai mais acelerar? (...) Você está lidando com pessoas, não há maneira absoluta de restringir suas ações antes de prendê-las ou condená-las à pena de morte. (...) Essa resposta parece indicar que os criminosos sexuais são, por natureza, desviantes, e uma lei é pouco mais que uma coleira; pode controlar alguns infratores (como os chihuahuas), mas outros são mais perigosos (pit bulls). Além disso, é impossível saber quando um novo infrator irá "morder", assim como é impossível saber quem cometerá um crime. (...) talvez a Lei de

---

<sup>95</sup> Vide capítulo 2.4 da presente monografia.

<sup>96</sup> Vide capítulo 2.2 da presente monografia.

Megan não impeça novos crimes sexuais. As pessoas não são facilmente controláveis, mas são capazes de causar danos terríveis umas às outras.<sup>97</sup>

Percebe-se que a Lei de Megan pode ser usada contra indivíduos que a própria Sociedade não classifica como *sex offenders*. Além disso, claramente pode levar ao isolamento do agressor sexual, dificultando a reintegração. Mesmo assim, apesar dessas consequências, a polícia da Carolina do Norte ainda classificou a Lei de Megan como pragmática, quase como "um mal necessário", não deixando de ser um meio cuja real função é atender e controlar o clamor social.

## 2.2 A relação dos Estados Unidos e outros países estrangeiros com os bancos de dados

Nos Estados Unidos, além dos pontos controversos já lançados até o momento, a Lei de Megan despertou outras áreas da economia. A tentativa de exclusão de nomes dos registros da referida lei já se tornou, inclusive, área de especialização de diversos escritórios de advocacia no país.

Isso porque os condenados devem ficar registrados no banco de dados de Nova Jersey – não só em Nova Jersey, mas também em outros Estados americanos – pelos restos de suas vidas. O requerimento judicial de remoção do nome do sistema é medida excepcional, prevista no art. 2C:7-2, "f", da Lei de Megan de Nova Jersey:

Exceto conforme previsto na subseção g. desta seção, uma pessoa obrigada a registrar-se sob este ato pode solicitar ao Superior Tribunal de Justiça do Estado que rescinda a obrigação mediante prova de que a pessoa não cometeu um delito dentro de 15 anos após a condenação ou soltura de um local correcional por qualquer termo de prisão imposta, o que ocorrer mais tarde, e não é suscetível de representar uma ameaça para a segurança dos outros.<sup>98</sup>

Já no Estado da Califórnia,

---

<sup>97</sup> "Does the fact you will get a speeding ticket mean you will not speed? (...) You're dealing with people, there is no absolute way to curtail their actions short of locking them up or the death penalty. (...) This response seems to indicate that sex offenders are, by nature, deviant, and a law is little more than a leash; it can control some offenders (like Chihuahuas), but others are more dangerous (pit bulls). Further, it is impossible to know when a new offender will "bite," just as it is impossible to know who will commit a crime. (...) perhaps Megan's Law may not prevent new sex crimes. People are not easily controllable but are capable of doing terrible harm to one another". SALSAMAN, Andrea Paige. **Police perception of the effectiveness of Megan's Law against sex offenders**. Disponível em: <[http://libres.uncg.edu/ir/asu/f/Salsman,%20Andrea\\_2014\\_Thesis.pdf](http://libres.uncg.edu/ir/asu/f/Salsman,%20Andrea_2014_Thesis.pdf)>. Acesso em 21 mai. 2018.

<sup>98</sup> "Except as provided in subsection g. of this section, a person required to register under this act may make application to the Superior Court of this State to terminate the obligation upon proof that the person has not committed an offense within 15 years following conviction or release from a correctional facility for any term of imprisonment imposed, whichever is later, and is not likely to pose a threat to the safety of others". NEW JERSEY STATE POLICE. **Megan's Law**. Disponível em: <[http://www.nj.gov/njsp/spoff/megans\\_law.html](http://www.nj.gov/njsp/spoff/megans_law.html)>. Acesso em: 27 mai. 2018.

há alguns condenados que podem solicitar a exclusão de suas informações do site. No entanto, se a ofensa for referente a crime de agressão sexual, ou delito de abuso sexual infantil, a exclusão deverá ser concedida se não houver nenhuma outra ofensa registrável, ou crime de condenação por pornografia infantil. (...) A partir de 1 de janeiro de 2012, a exclusão não pode mais ser concedida, a não ser que o nível de risco pessoal seja baixo, ou moderadamente baixo, de acordo com os critérios estabelecidos pelo departamento de justiça da Califórnia. De qualquer maneira, exige-se o registro obrigatório de todos os condenados por crimes sexuais cuja informação é pública.<sup>99</sup>

Assim, o mercado advocatício americano claramente avançou para mais essa área, atendendo a necessidade de advogados nesse ramo jurídico. Os condenados registrados podem, então, requerer a exclusão de seus dados do registro, caso não tenha cometido nenhuma infração em 15 anos desde a data de sua condenação original ou desde quando foi liberado da prisão. A moção pedindo para ser removido da Lei de Megan deve ser apresentada no condado onde o infrator reside e, por consequência, está registrado.

Alguns escritórios especializados, ainda, oferecem o serviço de, juntamente com a moção, anexar uma avaliação psicológica detalhada e abrangente, conduzida por um psicólogo licenciado, com o fim de demonstrar à Corte que o infrator não mais representa uma ameaça para os outros na comunidade e que atende a todos os requisitos, inclusive psicológicos, para ser removido dos bancos de dados da Lei de Megan.<sup>100</sup>

Outros escritórios oferecem auxílio para retificar as informações constantes no cadastro. No Estado de Nova Jersey, por exemplo, os criminosos são classificados em "graus", de acordo com sua periculosidade, podendo variar do grau um até o três. Quanto mais alto o grau, maior a quantidade de notificação pública e requisitos a serem atendidos pelo condenado.<sup>101</sup>

---

<sup>99</sup> HEIL, Danielle Mariel. **Lei de Megan nos EUA – Pânico e consultas frenéticas: combate ativo e suficiente?** Disponível em <<http://emporiiodireito.com.br/leitura/lei-de-megan-nos-eua-panico-e-consultas-freneticas-combate-ativo-e-suficiente>>. Acesso em 27 mai. 2018.

<sup>100</sup> "With the help of our experienced team of lawyers, we will file this motion on your behalf along with a detailed and comprehensive psychological evaluation conducted by a licensed psychologist. This report is included with the Motion and is submitted to the Court to show that the offender is not a threat to others in the community and otherwise meets all of the requirements, psychologically speaking, to be removed from Megan's Law". Disponível em <<https://schneiderfreibergerlaw.com/criminal-law/sexual-offenses/removal-from-megans-law/>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

<sup>101</sup> Disponível em <<https://www.lslawyers.com/megans-law-tier-classification-attorneys.html>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

A notificação de grau um geralmente se limita a alertar as autoridades policiais na área. Tal notificação é limitada pois a probabilidade de reincidência de tais criminosos é considerada baixa. Se alguém for considerado um infrator de grau dois, isso significa que eles supostamente possuem um risco moderado de voltar a delinquir. A notificação para infratores deste grau inclui, geralmente, as agências policiais locais e as instituições educacionais. O grau três tem a maior quantidade de notificações públicas, pois são os criminosos considerados com alto risco de reincidência. Todas as notificações acima mencionadas serão aplicadas a eles e o infrator, ainda, será colocado no registo online de *sex offenders* de Nova Jersey.

Claramente, tais classificações podem ter grande impacto na vida do condenado após sair da prisão. Sendo assim, o objetivo do infrator é sempre estar no grau mais baixo possível. Esse grau, entretanto, é determinado pelo Promotor de Justiça, que fará uso de uma escala para determinar certa pontuação. Após, o *sex offender* será notificado com a decisão de seu grau, e informado que possui o direito de contestar sua classificação em até 14 dias.

Se realizada a contestação, em audiência, o Estado, por meio do Promotor de Justiça, e o infrator terão a oportunidade de apresentar seus argumentos a respeito da (in)adequação do grau previamente estabelecido, sendo que, após, a Corte determinará se a classificação dada pelo Estado anteriormente é apropriada ou não.

Mas não é só no mercado advocatício que tal legislação apresentou interferência. A Lei de Megan, inclusive, afeta o mercado imobiliário americano. Com o frenesi de consultas e vigilância que atinge o país, não é raro que as casas próximas a áreas onde residem *sex offenders* sofram com a queda de valor.

Os economistas americanos Leigh Linden e Jonah Rockoff estimaram que, quando um condenado por crime sexual registrado nos bancos de dados da Lei de Megan se muda para a vizinhança, as casas da região diminuem de valor em 4% (aproximadamente US\$ 5.500,00). Tais resultados, segundo os autores, demonstram que os cidadãos possuem um desgosto significativo por viverem próximo a um criminoso sexual.<sup>102</sup>

Esta lei (Lei de Megan) ampliou de forma dramática e universal a importância das questões de divulgação de imóveis. Devido à crescente conscientização da sociedade sobre o problema e os efeitos que ele pode ter

---

<sup>102</sup> FRANCIS, David R.. **Megan's Law Hits Local Property Prices**. Disponível em <<http://www.nber.org/digest/jun06/w12253.html>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

sobre a conveniência de uma propriedade, fica claro que os avaliadores devem abordar essas questões em seus relatórios.<sup>103</sup>

Existe, ainda, uma discussão no ramo imobiliário se o corretor de imóveis tem o dever de informar aos potenciais compradores de que na região reside um condenado por crime sexual. Atualmente, somente 16 Estados isentam totalmente os licenciados imobiliários das responsabilidades de divulgação. Entretanto, a falta de uma legislação específica acerca da Lei de Megan e da obrigação – ou não – dos corretores divulgarem tais informações geram debates.

Isso porque uma parcela entende que, por ser um banco de dados público e de fácil acesso via internet, o interesse de pesquisar tais referências seria do próprio comprador. Outros afirmam que o corretor de imóveis tem, em razão da profissão, obrigação de informar todos os dados e possíveis vícios a respeito da residência e/ou da vizinhança.

Os tribunais americanos não ficaram em silêncio a respeito do assunto. No ano de 1994, em um tribunal no Texas, foi considerado falha da corretora não ter divulgado a informação de que um suposto molestador de crianças havia vivido anteriormente na casa a qual estavam vendendo. Isso teria, segundo a Corte, violado o chamado Texas Deceptive Trade Practices Act. No caso, o corretor sabia que o antigo morador havia sido julgado e absolvido de acusações de abuso de menores, mas não disse aos compradores, que haviam perguntado sobre os proprietários anteriores. Os compradores receberam indenizações para compensá-los por suas perdas, bem como aproximadamente US\$ 100.000,00 (cem mil dólares) por danos morais, apesar de nunca terem realizado a mudança para a casa.<sup>104</sup>

Em contrapartida, no ano de 2000, o tribunal de Nova York negou provimento a um processo apresentado pelos compradores de uma residência em face dos vendedores, pois os primeiros não teriam sido avisados pelos segundos que um criminoso sexual condenado vivia do outro lado da rua. Ao final, a Corte decidiu que os vendedores não possuíam o dever de divulgar tal informação, visto que a mesma não havia sido ocultada em momento algum e estava disponível para os compradores através de, na época, simples consultas em jornais ou na própria delegacia de polícia.<sup>105</sup>

---

<sup>103</sup> "This law has dramatically and universally amplified the significance of real estate disclosure issues. Because of society's growing awareness of the problem and the effects it can have on a property's desirability, it is clear that appraisers should address these issues within their reports". BELL, Randall. **The Impact of Megan's Law on Real Estate Values**. Disponível em: <<http://www.landmarkresearch.com/PDFs/MegansLaw.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

<sup>104</sup> Disponível em <<https://www.leagle.com/decision/19941372885sw2d48711328>>. Acesso em 27 mai. 2018.

<sup>105</sup> Disponível em <<https://www.leagle.com/decision/2000476278ad2d1981195>>. Acesso em 27 mai. 2018.

Atualmente, com o acesso facilitado à internet, a obtenção das informações contidas nos bancos de dados da Lei de Megan tornou-se ainda mais fácil do que antigamente. Com alguns poucos cliques, todas as informações a respeito do condenado estão na palma da mão da população.

Além de disponibilizados na internet, os dados podem ser enviados mediante notificação para as pessoas que moram na localidade onde o *sex offender* fixar residência, ou até mesmo distribuídos por meio de folhetos, cartazes, reuniões de bairro e campanhas na vizinhança. A Lei autoriza em alguns Estados, ainda, que o infrator seja submetido ao constrangimento de se identificar, por exemplo, usando um adesivo em seu carro ou utilizando uma roupa diferenciada que identifique sua condição de criminoso sexual.<sup>106</sup>

Entre tantas polêmicas, os debates a respeito da Lei de Megan não se restringiram aos Estados Unidos. Inclusive, conforme se verá adiante, é um tema em alta e discutido até mesmo no Brasil.<sup>107</sup> Os Estados Unidos são um dos vários países que possuem seus criminosos sexuais registrados, e o único país além da Coreia do Sul onde esses registros são públicos. Já as outras nações possuem registros mantidos apenas para acesso das autoridades policiais ou mediante solicitação.<sup>108</sup>

Na Coreia do Sul, os *sex offenders* são registrados desde 2000. Aquele que praticar qualquer ofensa sexual contra uma criança está sujeito ao registro, devendo relatar quaisquer alterações nas suas informações em até 30 dias, sendo que a polícia verifica os dados constantes no cadastro anualmente.<sup>109</sup>

Os norte coreanos possuem um estruturado sistema de registro e notificação de ofensores sexuais, fazendo uso, como os Estados Unidos, de um site para consulta pública. O período de tempo em que as informações de um infrator são disponibilizadas no site está vinculado ao período de encarceramento recebido pelo infrator em razão do delito praticado.

Muitos países que ainda não possuem legislações como a Lei de Megan estudam ou já estudaram a possibilidade de implementação. Em Portugal, em meados de 2012, iniciou-se

---

<sup>106</sup> UNITED STATES OF AMERICA. 2011 **Louisiana Laws Revised Statutes**. TITLE 15 — Criminal procedure RS 15:542.1 — Notification of sex offenders and child predators. Disponível em <<https://law.justia.com/codes/louisiana/2011/rs/title15/rs15-542-1/>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

<sup>107</sup> Vide capítulo 2.3 da presente monografia.

<sup>108</sup> Disponível em <<https://smart.gov/pdfs/GlobalOverview.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

<sup>109</sup> Disponível em <<https://smart.gov/pdfs/GlobalOverview.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2018.



uma discussão a respeito, por parte da então ministra da justiça Paula Teixeira da Cruz, para implantar medidas que permitissem a rápida localização de pedófilos pelo público em geral.<sup>110</sup>

Após anos de insistência da ex-ministra, em 2015, o governo português trabalhou em cima da ideia, autorizando a criação de um banco de dados onde as autoridades policiais e judiciárias, os serviços de reinserção social e as comissões de proteção de crianças e jovens, dentro do exercício das suas competências, teriam acesso direto à lista com informações dos condenados por crimes sexuais. Entretanto, pais ou responsáveis de menores de 16 anos podem pedir informações às autoridades policiais se desconfiarem que determinada pessoa consta no cadastro. A resposta, porém, só será dada após aprovação, pela polícia, de um pedido fundamentado.<sup>111</sup>

No Reino Unido, em 2000, o sequestro e assassinato de Sarah Payne, na época com oito anos de idade, marcou o início das discussões a respeito da necessidade de implementação de uma legislação nos moldes da Lei de Megan. Da mesma forma que ocorreu com Megan Kanka, o assassino de Sarah já possuía condenações anteriores por sequestrar e agredir menores.

Em julho de 2000, Sarah desapareceu enquanto brincava com seus irmãos próximo da casa onde residia seus avós. Após 17 dias de buscas, o corpo da menina foi localizado alguns quilômetros distante de onde desapareceu. Roy Whiting, morador da região na época dos fatos, está cumprindo pena de 40 anos de prisão pelo crime.<sup>112</sup>

Tal ocorrido fez com que os pais de Sarah, inspirados na Lei de Megan americana, implantassem a ideia da possibilidade de qualquer pessoa perguntar formalmente à polícia se alguma pessoa específica possui registro por crimes sexuais na Inglaterra e no País de Gales. Os agentes policiais, de forma confidencial, poderão revelar detalhes sobre o condenado à pessoa responsável pela criança, se acharem que compartilhar tais informações é de interesse para a segurança do menor.

---

<sup>110</sup> PUBLICO. **Ministra da Justiça é favorável à referência de pedófilos através de *chips***. Disponível em <<https://www.publico.pt/2012/05/25/sociedade/noticia/ministra-da-justica-e-favoravel-a-referenciacao-de-pedofilos-atraves-de-chips-1547661>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

<sup>111</sup> MOLEIRO, Raquel. **Lista de pedófilos de acesso restrito**. Disponível em: <<http://www.asjp.pt/2015/03/14/lista-de-pedofilos-de-acesso-restrito/>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

<sup>112</sup> THE SUN. **What is Sarah's Law? Sarah Payne's murder in 2000 led to the child sex offender disclosure scheme**. Disponível em <<https://www.thesun.co.uk/news/4036966/sarajs-law-sarah-payne-murder-child-sex-offender-disclosure-scheme/>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

Os escoceses também possuem um sistema semelhante, o qual nomearam de "Keeping Children Safe", permitindo aos pais, tutores e responsáveis de menores de 18 anos, que perguntem às autoridades competentes se alguém do círculo de contato de seus filhos possui histórico de crimes ou ofensas sexuais contra crianças.<sup>113</sup>

Na Irlanda do Norte, de maneira mais restrita e informal, as informações a respeito dos criminosos sexuais podem ser compartilhadas de forma controlada pela polícia, quando se fizer necessário, com o fim de proteger algum menor.<sup>114</sup>

Quando o assunto é a Lei de Megan e os países da América do Sul, temos como referência a Argentina, que aprovou, em julho de 2013, sua lei de registro de criminosos sexuais, após intensa mobilização das famílias de diversas vítimas de estupro, lideradas pela organização conhecida como "Madres del Dolor".

A ideia é que tal registro esteja vinculado a um banco de dados de DNA a nível nacional, sendo que os infratores serão obrigados a fornecer e manter atualizado seu endereço residencial. Entretanto, as informações constantes em tal registro devem ser utilizadas somente para fins de aplicação da lei. A própria regulamentação estabelece que o banco de dados *"facilitará exclusivamente o esclarecimento de fatos sujeitos a investigação judicial em assuntos relacionados a crimes contra a integridade sexual, com a finalidade de identificar os responsáveis"*.<sup>115</sup>

Diante de tantos exemplos espalhados pelo mundo, não é de se surpreender que a ideia de uma Lei de Megan para o ordenamento jurídico brasileiro tenha sido cogitada e, em alguns Estados e com algumas alterações, implementada, conforme será esmiuçado no tópico seguinte.

---

<sup>113</sup> POLICE SCOTLAND. **Supporting Children and Young People**. Disponível em: <<http://www.scotland.police.uk/keep-safe/young-people/supporting-children-and-young-people/sex-offender-community-disclosure-scheme/>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

<sup>114</sup> CITIZENS INFORMATION. **Sex Offenders Register**. Disponível em <[http://www.citizensinformation.ie/en/justice/criminal\\_law/criminal\\_trial/sex\\_offenders\\_register.html](http://www.citizensinformation.ie/en/justice/criminal_law/criminal_trial/sex_offenders_register.html)>. Acesso em: 30 mai. 2018.

<sup>115</sup> THE BUBBLE. **After Long Wait, Argentina Puts Regulation on National Sex Offender Registry into Practice**. Disponível em <<http://www.thebubble.com/after-long-wait-argentina-puts-regulation-on-national-sex-offender-registry-into-practice/>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

### 2.3 A (in)aplicabilidade da Lei de Megan no ordenamento jurídico brasileiro

Assim como em outros países, uma lei similar à Lei de Megan já foi discutida no Senado Federal brasileiro. O Projeto de Lei do Senado n. 338, de 2009, que foi arquivado no ano de 2015, levantou a questão da criação de um cadastro de pedófilos no país.

De autoria da ex-Senadora Marisa Serrano, o projeto de lei visava alterar a Lei n. 8.069/90, conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente, com o fim de prever o direito de acesso público a informações sobre os condenados por crimes contra a liberdade sexual dos protegidos por tal lei.

O projeto de lei em questão previa alterações no título VII do Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo que o mesmo passaria a vigorar com o acréscimo do Capítulo III, no seguintes termos:

Do acesso público a informações sobre condenados por crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente.

Art. 258-A. Qualquer pessoa tem direito de acesso a banco de dados sobre condenados em processo judicial transitado em julgado por qualquer dos crimes previstos nos arts. 240, 241, § 1º, inciso I, 241-D desta Lei e nos arts. 213 e 214, combinados com o art. 224, *a*, e art. 218, do Código Penal, que conterà as seguintes informações:

- I – nome completo;
- II – data de nascimento;
- III – endereço residencial;
- IV – endereço do local onde trabalha ou estuda, quando for o caso;
- V – crime pelo qual foi condenado;
- VI – fotografia em cores.

§1º Todo condenado pelos crimes referidos no *caput* deste artigo, após o cumprimento da pena, deverá manter atualizadas as informações constantes dos respectivos incisos junto ao juízo da execução competente, sob pena de responsabilização nos termos desta Lei, salvo se já alcançado pela reabilitação (art. 93 do Código Penal).

§2º O banco de dados a que se refere o *caput* deste artigo ficará acessível em sítio eletrônico na Internet e trará informações dos condenados em todo o território nacional, permitindo a realização de pesquisa por código postal ou circunscrição geográfica, conforme o disposto em regulamento.

§3º O acesso às informações de que trata este artigo deverá ser precedido de cadastro e registro no sítio eletrônico, para o qual se exigirão informações capazes de assegurar a correta identificação e localização do consulente.<sup>116</sup>

---

<sup>116</sup> SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei do Senado n. 338, de 2009**. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=628790&disposition=inline>>. Acesso em 13 mai. 2018.

Além disso, o projeto de lei acrescia à Lei n. 8.069/90 o artigo 241-F, que previa uma pena de um a dois anos de detenção, e multa, aos que deixassem de fornecer ou atualizar as informações de que tratavam o artigo 258-A.

Não bastando invadir a privacidade dos condenados, tornando obrigatória a divulgação ao público em geral informações pessoais extremamente específicas, incluindo o endereço residencial, de trabalho e de estudo, o referido projeto de lei encarregava-se, ainda, de criar um tipo penal.

A pena imposta aos que não cumprissem o disposto no artigo 258-A, se comparada às penas previstas no Código Penal vigente, é consideravelmente alta. Para se ter uma ideia, é a mesma pena quantitativa aplicada a crimes como assédio sexual (artigo 216-A do Código Penal)<sup>117</sup>, entrega de filho menor a pessoa inidônea (artigo 245 do Código Penal)<sup>118</sup> e a modalidade culposa do crime de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios, previsto no §2º do artigo 272<sup>119</sup>.

Na justificativa de tal projeto de lei, a ex-Senadora Marisa Serrano afirmou que a *"pedofilia não se resume a uma simples questão de segurança pública ou de direito penal, mas sim, de saúde pública"*.<sup>120</sup> Isso em razão da pedofilia ser uma doença que exige um tratamento psiquiátrico, não desaparecendo com a simples punição penal. *"Em outras palavras, o efeito ressocializador da pena, aplicada a um pedófilo, é discutível e, portanto, não se pode compará-lo a um condenado comum"*.<sup>121</sup>

Segundo Marisa Serrano, a ideia central de tal projeto de lei era usar como mecanismo de "defesa social" o sistema já usado nos Estados Unidos – supostamente, nas palavras da ex-senadora – com sucesso. Isso porque

(...) trata-se do direito de qualquer pessoa ter acesso a informações sobre pedófilos condenados, em caráter definitivo, pela Justiça (...) O objetivo é simples: permitir aos pais tomar conhecimento da existência de pedófilos condenados residindo próximo à sua própria residência ou à escola de seus

<sup>117</sup> **Art. 216-A.** Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos.

<sup>118</sup> **Art. 245.** Entregar filho menor de 18 (dezoito) anos a pessoa em cuja companhia saiba ou deva saber que o menor fica moral ou materialmente em perigo. Pena - detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos.

<sup>119</sup> **Art. 272.** Corromper, adulterar, falsificar ou alterar substância ou produto alimentício destinado a consumo, tornando-o nociva à saúde ou reduzindo-lhe o valor nutritivo. Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. (...) § 2º - Se o crime é culposo: Pena - detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.

<sup>120</sup> SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei do Senado n. 338, de 2009.** Disponível em:

<<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=628790&disposition=inline>>. Acesso em 13 mai. 2018.

<sup>121</sup> SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei do Senado n. 338, de 2009.** Disponível em:

<<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=628790&disposition=inline>>. Acesso em 13 mai. 2018.

filhos, com a possibilidade de identificá-los fisicamente. Esse recurso substantiva-se, para as pessoas em geral, em direito de defesa social, e, para o Estado, em reforço da segurança pública. Afinal, positiva o *caput* do art. 144 da Constituição Federal: a segurança pública é dever do Estado e *direito e responsabilidade de todos*.<sup>122</sup>

Quando o assunto tange ao âmbito estadual, no Mato Grosso os pedófilos já são registrados. Desde 2015, com a Lei n. 10.315, o Estado mantém um banco de dados semelhante ao da Lei de Megan. Em sucintos cinco artigos, tal lei limitou-se a ressaltar os dados mínimos que devem constar no cadastro e quem os pode acessar.<sup>123</sup>

Já no Estado do Mato Grosso do Sul, a situação é semelhante. Sancionada em 31 de julho de 2017, a Lei n. 5.038 regulamenta o cadastro de pedófilos no Estado. Ao contrário do Estado do Mato Grosso, a presente lei foi adiante e definiu o que se entende por "pedófilo".

Nos termos da referida lei, interpreta-se como pedófilo aquele que tenha contra sua pessoa decisão transitada em julgado em processo de apuração dos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, além dos crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, que tenham conotação sexual.<sup>124</sup>

O último Estado a sancionar lei no mesmo sentido foi o Rio Grande do Sul, em janeiro de 2018.<sup>125</sup> Com redação semelhante à das leis que a precederam em outros Estados, o Rio Grande do Sul tomou tal posição principalmente em razão de um episódio específico ocorrido em Capão da Canoa, onde uma criança de cinco anos foi sequestrada, agredida e estuprada, fato inclusive citado pelo deputado estadual Maurício Dziedricki em sua justificativa para o oferecimento do referido projeto de lei.

Para o deputado, o cadastro, além de auxiliar nas investigações policiais, facilitaria o monitoramento, até mesmo pelos pais. Segundo ele, *"saber hoje quem são os pedófilos é de*

---

<sup>122</sup> SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei do Senado n. 338, de 2009**. Disponível em:

<<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=628790&disposition=inline>>. Acesso em 13 mai. 2018.

<sup>123</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Lei n° 10.315, de 15 de setembro de 2015**. Disponível em: <[http://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei\\_13626.pdf](http://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei_13626.pdf)>. Acesso em: 06 mai. 2018.

<sup>124</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Lei n° 5.038, de 31 de julho de 2017**. Disponível em:

<<http://www.pc.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/87/2015/09/LEI-Nº-5038-CADASTRO-ESTADUAL-DE-PEDOFILOS-NO-MS-1.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2018.

<sup>125</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto de Lei 16/2016**.

Disponível em:

<<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao/tabid/325/SiglaTipo/PL/NroProposicao/16/AnoProposicao/2016/Origem/Px/Default.aspx>>. Acesso em: 06 mai. 2018.

*suma importância, pois as autoridades e cidadãos poderão realizar um controle e adotar medidas de prevenção, como por exemplo, uma simples orientação dos pais a seus filhos".*<sup>126</sup>

Na Paraíba, o Projeto de Lei n. 1.352/2017, apresentado pela deputada estadual Camila Toscano, foi além. O projeto de lei pretende não só regulamentar o banco de dados com informações sobre os condenados por crimes sexuais, mas também estabelecer que os indivíduos com o nome inscrito em tal cadastro serão impedidos de prestar concursos na área da saúde e educação.<sup>127</sup>

Em São Paulo, o cenário é parecido. O Projeto de Lei n. 795/2016<sup>128</sup>, também sucinto, com somente quatro artigos, faz a mesma ressalva em seu artigo 3º: os indivíduos com nome inscrito em tal cadastro igualmente serão proibidos de prestar concurso em determinadas áreas.

Santa Catarina também não ficou em silêncio quando o assunto é o cadastro de criminosos sexuais. Desde maio de 2016 tramita na Assembleia Legislativa do Estado o Projeto de Lei n. 0134.3/2016, de autoria do deputado estadual Neodi Saretta, que dispõe sobre a criação do Cadastro Estadual de Crimes de Pedofilia e Violência Sexual no Estado de Santa Catarina.<sup>129</sup>

Segundo o projeto de lei, em termos semelhantes às leis já sancionadas nos Estados supramencionados, tal cadastro será disponibilizado no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Segurança Pública, sendo que as Polícias Militar e Civil, conselhos tutelares, membros do Ministério Público, do Poder Judiciário e outras autoridades, além de qualquer cidadão, poderão ter acesso ao mesmo, nos termos do artigo 7º, incisos I e II, do referido projeto de lei.<sup>130</sup>

---

<sup>126</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto de Lei 16/2016.**

Disponível em:

<<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao/tabid/325/SiglaTipo/PL/NroProposicao/16/AnoProposicao/2016/Origem/Px/Default.aspx>>. Acesso em: 06 mai. 2018.

<sup>127</sup> PORTAL CORREIO. **Paraíba vai ter cadastro com nomes de pedófilos.** Disponível em

<<https://portalcorreio.com.br/al-aprova-projeto-que-implementa-cadastros-para-pedofilos/>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

<sup>128</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Projeto de Lei 795/2016.** Disponível em:

<<http://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000007586>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

<sup>129</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Projeto de Lei 0134.3/2016.**

Disponível em: <[http://www.alesc.sc.gov.br/expediente/2016/PL\\_\\_0134\\_3\\_2016\\_Original.pdf](http://www.alesc.sc.gov.br/expediente/2016/PL__0134_3_2016_Original.pdf)>. Acesso em: 04 mai. 2018.

<sup>130</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Projeto de Lei 0134.3/2016.**

Disponível em: <[http://www.alesc.sc.gov.br/expediente/2016/PL\\_\\_0134\\_3\\_2016\\_Original.pdf](http://www.alesc.sc.gov.br/expediente/2016/PL__0134_3_2016_Original.pdf)>. Acesso em: 04 mai. 2018.

O deputado autor do projeto em Santa Catarina justifica a sua criação em razão da complexidade do crime de estupro, ao argumento de que tal cadastro facilitaria as investigações e monitoramento por parte das autoridades. A Sociedade, com acesso a algumas informações, teria papel na prevenção, monitoramento e proteção de seus familiares e de sua comunidade.

No projeto de lei catarinense, assim como nas leis já em vigor em outros Estados, há uma restrição positiva: aos cidadãos em geral serão fornecidas somente a identificação e foto do infrator, enquanto os servidores dos órgãos públicos indicados no parágrafo anterior terão acesso aos dados integrais, consistentes em dados pessoais, características físicas, idade, grau de parentesco entre agente e vítima, circunstância e local onde o crime foi cometido, endereço atualizado, histórico de crimes e controle de entrada e saída de estabelecimentos penitenciários, nos termos do artigo 5º, incisos I ao VII, do projeto de lei em questão.

Entretanto, no projeto de lei tramitando em Santa Catarina – assim como nos outros projetos de lei e leis sancionadas já citados – existe uma palavra que deixou margem para discussão. Ao tratar de quais dados poderão constar nos bancos de dados – no caso do projeto de lei catarinense, tal assunto foi tratado em seu artigo 5º – a redação, com algumas pequenas modificações de Estado para Estado, é a seguinte:

Art. 5º O Cadastro Estadual de Crimes de Pedofilia e Violência Sexual do Estado de Santa Catarina será constituído, **no mínimo**, dos seguintes dados:

- I - dados pessoais, foto do agente e características físicas;
- II - grau de parentesco e/ou relação entre agente e vítima;
- III - idade do agente e da vítima;
- IV - circunstâncias e local em que o crime foi praticado;
- V - endereço atualizado do agente;
- VI - histórico de crimes; e
- VII - controle de entrada e saída de estabelecimentos penitenciários.

(grifou-se).<sup>131</sup>

Observa-se, então, que a expressão "no mínimo" deixa claro que o rol que segue é somente exemplificativo. Ou seja, os Estados terão autonomia para decidir se, além das informações citadas no rol, deverão constar ainda outras, aumentando a invasão da seara pessoal dos condenados.

Outra falha nítida nas leis e projetos de leis vigorando e/ou tramitando no Brasil é a ausência de informações como, por exemplo, o prazo pelo qual os dados ficarão disponíveis

---

<sup>131</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Projeto de Lei 0134.3/2016.**

Disponível em: <[http://www.alesc.sc.gov.br/expediente/2016/PL\\_\\_0134\\_3\\_2016\\_Original.pdf](http://www.alesc.sc.gov.br/expediente/2016/PL__0134_3_2016_Original.pdf)>. Acesso em: 04 mai. 2018.



para acesso ao público. No Direito Penal brasileiro, ao contrário do americano, as penas perpétuas são vedadas – ao menos no plano teórico – nos termos do artigo 5º, inciso XLVII, alínea "b", da Constituição Federal. O não estabelecimento de um tempo de duração desse cadastro pode ocasionar com que o banco de dados resulte em uma pena sem limite, fazendo com que o mesmo caia em proibição em razão de ser incompatível com a Constituição.

Tais leis e projetos de lei estaduais dividiram opiniões, como era de se esperar. Há quem defenda a inconstitucionalidade de tal cadastro, abrindo lugar para a vingança social, situação que já ocorre nos Estados Unidos, conforme será demonstrado no tópico seguinte.

Percebe-se que legislações no estilo da americana Lei de Megan só encontrariam respaldo no ordenamento brasileiro

(...) sob o viés ético e simbólico, por produzir no cidadão comum uma falsa sensação de segurança ao execrar o criminoso publicamente e satisfazer, ainda que sem nenhuma eficácia, o apelo popular pela existência desta espécie de norma.<sup>132</sup>

Nas palavras do deputado estadual do Mato Grosso do Sul, Coronel David, autor do projeto de lei sobre o assunto no referido Estado, a aplicação de tal legislação no Brasil é uma questão de prioridades e escolhas. *"A população tem que fazer uma opção: opção pela proteção da família ou proteção da identidade do criminoso"*.<sup>133</sup>

Uma justificativa que apela para o sentimentalismo barato de escolher entre a segurança de sua família por cima dos direitos de outras pessoas – afinal, queria ou não, os condenados por qualquer crime que seja ainda são pessoas e portadores de direitos, ao menos, na teoria – tratando-se apenas de uma justificativa com a intenção de empregar expedientes ilegais para a obtenção de certo fim, supostamente legítimo.

## **2.4 Além da pena perpétua: casos onde a Lei de Megan provou ser fomentadora de “espêtáculos penais”**

Além da efetividade duvidosa e do custo exorbitante, sem contar na violação escancarada ao direito à privacidade, conforme constatado nos tópicos anteriores, a Lei de Megan demonstrou, na prática, diversas consequências extremamente alarmantes. Hoje, por

<sup>132</sup> PRAZERES, Deivid Willian dos. **A criminalização midiática do sex offender: a questão da Lei de Megan no Brasil**. Florianópolis: Empório do Direito, 2016, p. 90.

<sup>133</sup> ESTADÃO. **Mato Grosso do Sul terá cadastro com nome e foto de pedófilos**. Disponível em <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,mato-grosso-do-sul-tera-cadastro-com-nome-e-foto-de-pedofilos,70001919883>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

exemplo, como resultado das informações pessoais facilmente acessadas por todos em razão de tal lei, não é raro encontrar bairros reservados exclusivamente aos criminosos sexuais.

Isso porque a exclusão social gerada pela divulgação de seu endereço, foto, características e vida pregressa, restou por empurrar os ditos *sex offenders* para as periferias das cidades. Tais cidadãos (se é que ainda podem ser chamados assim, visto que são poucos os direitos que ainda lhes cabem) se encontram num beco sem saída, onde a possibilidade de recomeçar a vida sem ser ligado aos seus crimes pregressos – cujas penas legalmente impostas já foram cumpridas – inexistem.

Constituir uma família, conseguir um emprego, alugar um imóvel, são tarefas árduas para quem possui seu nome ligado aos bancos de dados geridos pela Lei de Megan. Assim, tais cidadãos de menor importância viram clandestinos, marginalizados pelo próprio sistema e punidos mais uma vez por quem já o puniu com a privação da liberdade.

Como já citado, de acordo com a lei do Estado da Flórida, notado por sua legislação extremamente severa quando se trata de crimes sexuais, os criminosos condenados por tais delitos devem se eximir de morar a menos de 300 metros de localidades usualmente frequentadas por crianças, como escolas e parques. Algumas cidades aumentaram tal distância para 760 metros, incluindo também locais como piscinas públicas, pontos de ônibus e bibliotecas.<sup>134</sup>

O resultado de tais restrições é apenas um: os condenados por crimes sexuais estão morando em seus próprios vilarejos, afastados da cidade. É o caso do Miracle Village, também conhecido como City of Refuge<sup>135</sup> – Cidade dos Refugiados –, localizado no sul da Flórida, onde metade da população é formada pelos ditos criminosos.<sup>136</sup>

Tal vilarejo foi fundado em 2009, como um refúgio para os ditos *sex offenders*. Com US\$ 500,00 (quinhentos dólares) por mês, os ex-condenados podem alugar um apartamento,

---

<sup>134</sup> "If the victim was under the age of 18, a prohibition on living within 1,000 feet of a school, child care facility, park, playground, designated public school bus stop, or other place where children regularly congregate. A releasee who is subject to this subparagraph may not relocate to a residence that is within 1,000 feet of a public school bus stop. Beginning October 1, 2004, the commission or the department may not approve a residence that is located within 1,000 feet of a school, child care facility, park, playground, designated school bus stop, or other place where children regularly congregate for any releasee who is subject to this subparagraph". UNITED STATES OF AMERICA. **The 2017 Florida Statutes, Title XLVII, Chapter 948.30, (b)**. Disponível em <<http://www.leg.state.fl.us/statutes/>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

<sup>135</sup> **City Of Refuges official website**. Disponível em <<http://www.matthew25ministries.org/index.html>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

<sup>136</sup> BBC. **Metade da população de vilarejo é de criminosos sexuais**. Disponível em <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/08/130805\\_vilarejo\\_criminosos\\_sexuais\\_an](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/08/130805_vilarejo_criminosos_sexuais_an)>. Acesso em: 14 mai. 2018.

pelo tempo que precisarem. Ali, teoricamente, os mesmos "reaprendem" a conviver em sociedade: são oferecidos cursos, palestras, oficinas, com o intuito de fazer com que os moradores recuperem pelo menos uma parte da vida que perderam enquanto permaneceram encarcerados. Mas, tudo isso, distantes aproximadamente oito quilômetros da cidade mais próxima.

Miracle Village, na verdade, não deixa de ser uma prisão fora da prisão. Além do isolamento, o toque de recolher no Estado da Flórida para os infratores sexuais é às 22h. Alguns moradores, por motivos especiais, devem recolher-se às 19h. Alguns outros usam tornozeleiras eletrônicas com GPS, enquanto outros tantos são proibidos de fazer uso de celulares e ter acesso a internet.<sup>137</sup> Todos, entretanto, devem manter seus endereços atualizados perante as autoridades locais. Isso sem contar que nem a morte extinguirá de imediato tal "pena" imposta: muitos permanecerão registrados nos bancos de dados da Lei de Megan até um ano após morrerem.

Sofia Valiente, no decorrer de 2013, entrevistou e fotografou diversos residentes do local, trabalho que restou publicado em forma de livro no ano de 2014.<sup>138</sup> Alguns moradores contaram suas experiências, suas tentativas de se reinserir na Sociedade e como a mesma os trata ao saber de suas condenações passadas.

Gene, morador de Miracle Village na época da pesquisa, afirmou que não pode mais confiar em ninguém. *"Isso porque algum dia elas (as pessoas) podem estar de mau humor, cansadas de ter que lidar comigo ou simplesmente irritadas. Tudo que elas precisam fazer é ligar para a polícia e dizer que um sex offender as incomodou e bang! Eu estou na cadeia"*.<sup>139</sup>

Uma moradora identificada como Rose ressaltou, ainda, os empecilhos de possuir suas informações pessoais divulgadas na internet: *"eu estou na internet para o resto da minha vida. As pessoas te julgam, você é um monstro. Antes isso me incomodava, agora não mais."*

---

<sup>137</sup> UNITED STATES OF AMERICA. **The 2017 Florida Statutes, Title XLVII, Chapter 948: PROBATION AND COMMUNITY CONTROL**. Disponível em <<http://www.leg.state.fl.us/statutes/>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

<sup>138</sup> **Sofia Valiente website**. Disponível em <<http://sofiavaliente.samexhibit.com/home>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

<sup>139</sup> "As a sex offender, I cannot trust anyone," says Gene. "Because maybe someday they could be in a bad mood, tired of dealing with me or just mad. All they have to do is call 911 and say a sex offender has bothered them and Bang! I am in jail". QUARTZ. **110 convicted sex offenders live in harmony in this small Florida town**. Disponível em <<https://qz.com/344508/110-convicted-sex-offenders-live-in-harmony-in-this-small-florida-town/>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

*Se você pensa que eu sou, se te faz sentir melhor, vá em frente".*<sup>140</sup> Rose afirma ter sido acusada injustamente, depois de seu ex-marido ter supostamente inventado que ela molestava seus filhos.<sup>141</sup>

Jay Kirk, escritor americano, também realizou uma pesquisa em Miracle Village, consistente em uma imersão de alguns dias no local, conhecendo e conversando com os moradores. Conforme constatou Kirk, o motivo pelo qual vários jovens estão ali é o mesmo: ter relações sexuais com suas namoradas de 15-16 anos quando eles já possuíam 18 ou 19. Por falta de distinção na lei, conforme já visto,<sup>142</sup> esses jovens terminam por passar diversos anos presos, além de serem registrados como *sex offenders* pelo resto de suas vidas.

Glenn, também morador do local, afirmou que sua "verdadeira casa" é em Palm Beach Gardens, onde ele possui uma jacuzzi, piscina e árvores frutíferas. Mas ele não pode morar lá. Muito menos trabalhar em uma rede de fast-food, onde havia conseguido um emprego recentemente, pois lá trabalharia com menores de idade, violando os termos de sua liberdade condicional.<sup>143</sup>

O que se constata ao analisar as informações sobre Miracle Village e seus moradores é simples: a rotulagem de *sex offender* vai acompanhá-los por décadas, se não por toda a sua vida. Quando você é registrado como *sex offender* na América, você perde o direito por lei de escolher onde quer morar. Seu passado não importa, nem a natureza do crime praticado ou os seus motivos. Você é simplesmente exilado da Sociedade, e em somente alguns poucos lugares você será bem-vindo.<sup>144</sup>

---

<sup>140</sup> "I'm on the internet for the rest of my life. People judge you, you're a monster. Before it bothered me, it don't bother me now. If you think I am, if it makes you feel better go ahead". QUARTZ. **110 convicted sex offenders live in harmony in this small Florida town**. Disponível em <<https://qz.com/344508/110-convicted-sex-offenders-live-in-harmony-in-this-small-florida-town/>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

<sup>141</sup> "My ex-husband put the charges on me," says Rose, 48. "He lied against me about it, that I had molested my children". QUARTZ. **110 convicted sex offenders live in harmony in this small Florida town**. Disponível em <<https://qz.com/344508/110-convicted-sex-offenders-live-in-harmony-in-this-small-florida-town/>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

<sup>142</sup> Vide capítulo 2.1 da presente monografia.

<sup>143</sup> "I can't live there," he says. "I have a house in Palm Beach Gardens I can't go to." He shows me pictures on his phone. "A swimming pool. Jacuzzi. Banana trees." (...) "But where are we supposed to go? How are we supposed to get a job?" Glenn pauses to spit in his water bottle. "I spoke to my probation officer this morning. I had a job lined up, I was going to work in the fast-food industry just to make ends meet. But because there was gonna be minors working with me, I couldn't". GQ. **The American City Where Sex Offenders Live**. Disponível em <<https://www.gq.com/story/sex-offender-community>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

<sup>144</sup> "When you are a registered sex offender in America, you lose the right to choose where you want to live. By law. Your backstory doesn't matter. Nor does the nature of your crime or your excuse. You are exiled from society, and only a few places will welcome you". GQ. **The American City Where Sex Offenders Live**. Disponível em <<https://www.gq.com/story/sex-offender-community>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

Tantas restrições destinadas aos chamados *sex offenders*, principalmente no Estado da Flórida, vem aumentando a procura de locais como Miracle Village. Em contato com Ted Roadarm, diretor executivo do local, em março de 2018, o mesmo forneceu a informação de que atualmente existem 120 condenados por crimes sexuais morando na comunidade. E os números só crescem: todo mês são recebidas aproximadamente 25 novas inscrições, sendo que somente uma em cada dez normalmente são aceitas.

Roadarm afirma que o foco é fornecer assistência preferencialmente aos não-reincidentes e aos que cometeram seu crime sem violência. Normalmente, a instituição que gere Miracle Village oferece, aos que não conseguem vaga no local, ajuda para localizar outros locais para moradia, que sejam perto de suas famílias e de oportunidades de emprego.

A aplicação das leis de residência é custosa. E há dúvida se as restrições realmente deixam a população mais segura. Ativistas dizem que não há evidência empírica para mostrar que os índices de reincidência são mais baixos entre os criminosos sexuais que vivem longe de lugares como escolas.

<sup>145</sup>

O que também preocupa, além da violação de direitos e dos valores altíssimos gastos para os resultados duvidosos alcançados após tanto tempo, é o efeito reverso causado pela lei. Com o objetivo declarado de “evitar crimes”, ela vem provocando alguns tantos.

Apesar de a própria "Lei de Megan" proibir expressamente a utilização de dados constante nos registros para fins que não sejam exclusivamente informacionais, diversos casos de assassinatos e agressões físicas a delinquentes sexuais a ela submetidos foram registrados nos Estados Unidos da América nos últimos anos.

Estes incidentes demonstram que, a pretexto de proteger potenciais vítimas, a "Lei de Megan" coloca em situação de vulnerabilidade toda a população a ela submetida, criando um novo problema de segurança pública, consistente na contenção de atos de violência arbitrariamente praticados por "justiceiros" contra criminosos sexuais.<sup>146</sup>

Foi o caso, por exemplo, de Stephen Marshall. Marshall ganhou as manchetes americanas em 2006<sup>147</sup>, após fazer pesquisas nos registros de criminosos sexuais americanos condenados no Estado de Maine, pegar seus endereços e, em seguida, “caçá-los”. Stephen

---

<sup>145</sup> BBC. **Metade da população de vilarejo é de criminosos sexuais**. Disponível em <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/08/130805\\_vilarejo\\_criminosos\\_sexuais\\_an](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/08/130805_vilarejo_criminosos_sexuais_an)>. Acesso em: 14 mai. 2018.

<sup>146</sup> PRAZERES, Deivid Willian dos. **A criminalização midiática do sex offender: a questão da Lei de Megan no Brasil**. Florianópolis: Empório do Direito, 2016, p. 62.

<sup>147</sup> CBS NEWS. **Sex offender murder suspect kills self**. Disponível em: <<http://www.cbsnews.com/news/sex-offender-murder-suspect-kills-self/>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

Marshall chegou a matar duas pessoas, antes da polícia encontrá-lo e ele cometer suicídio. Os policiais descobriram posteriormente que Marshall possuía anotados outros 29 endereços, pegos no banco de dados da Lei de Megan, junto consigo.

Uma das vítimas de Marshall, William Elliot, de 24 anos, estava listado nos registros da Lei de Megan do Estado de Maine por ter feito sexo com a namorada alguns dias antes de ela completar 16 anos,<sup>148</sup> caracterizando estupro de acordo com as leis de tal Estado. Elliot já havia cumprido a pena de quatro meses na prisão, mas seus dados continuavam disponíveis ao público por meio do website autorizado pela Lei de Megan.

Caso semelhante foi o de Michael Anthony Mullen, que no ano de 2005 foi preso após confessar o assassinato de dois estupradores condenados. Suas vítimas, Hank Eisses, 49 anos, e Victor Vasquez, 68 anos, foram encontradas mortas no apartamento onde ambos moravam.

Mullen contou aos policiais que ele escolheu pelo menos uma das duas vítimas após verificar seus dados no website mantido pela Lei de Megan. Eisses e Vasquez estavam "classificados" no website como "agressores sexuais com maior propensão a voltar a delinquir", conhecidos como infratores de grau três.<sup>149</sup>

Os corpos foram encontrados pelo colega de quarto de Eisses e Vasquez, também já condenado por crimes sexuais, que confirmou que Mullen chegou na residência das vítimas alegando ser do FBI, afirmando estar ali pois um dos moradores do local estava listado em uma "hit list" em um site na internet.<sup>150</sup>

Em uma carta escrita por Michael Mullen e enviada para um jornal, o mesmo afirmou que só não assassinou o terceiro condenado por crimes sexuais que morava com as vítimas pois queria que um dos infratores permanecesse vivo para espalhar a mensagem de que o uso e abuso de crianças não seria mais tolerado.<sup>151</sup>

Na mesma carta, Mullen acrescentou que o homem que o inspirou a cometer tais crimes foi Joseph Edward Duncan III, serial killer e agressor sexual americano, que enfrenta

---

<sup>148</sup> ABC NEWS. **Sex offender registries: putting lives at risk?** Disponível em: <<http://abcnews.go.com/US/story?id=1855771&page=1>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

<sup>149</sup> "They were both classified as the type of sex offenders considered most likely to reoffend". CBS NEWS. **Man Claims Child Rapist Murders.** Disponível em:

<<https://www.cbsnews.com/news/man-claims-child-rapist-murders/>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

<sup>150</sup> CBS NEWS. **Man Claims Child Rapist Murders.** Disponível em:

<<https://www.cbsnews.com/news/man-claims-child-rapist-murders/>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

<sup>151</sup> "(...) I wanted one alive to spread the message that 'we' will not tolerate 'our' children being used and abused". THE SEATTLE TIMES. **Letter tells killer's reasoning for slaying 2 pedophiles.** Disponível em: <<https://www.seattletimes.com/seattle-news/letter-tells-killers-reasoning-for-slaying-2-pedophiles/>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

uma possível pena de morte no estado de Idaho, principalmente por ter assassinado uma família com o intuito de sequestrar seus dois filhos. A filha mais nova foi resgatada com vida semanas depois. Já o corpo do filho mais velho, Dylan, foi encontrado despejado em um acampamento, brutalmente assassinado, após ter sido abusado sexualmente.<sup>152</sup>

Os detalhes mórbidos de tal crime praticado por Duncan teriam levado Mullen a assassinar Eisses e Vazquez como forma de fazer "justiça", visto que ambos também já teriam sido condenados por crimes sexuais.

Nota-se, claramente,

(...) a linha tênue que separa o *hate speech* (discurso de ódio) punitivo e a liberdade de expressão, bem como o efeito negativo desta falsa sensação de impunidade criada pelos meios de comunicação e sua contribuição à "justiça" feita pelas próprias mãos. Cria-se uma paranoia social, e estimula-se uma vingança que não tem proporção com o que acontece na realidade da sociedade.<sup>153</sup>

Eis novamente o conceito de "justiça com as próprias mãos" causando mais vítimas. As penas impostas à Eisses e Vazquez pelo devido processo penal já haviam sido cumpridas. E, mesmo a "justiça" regularmente e legalmente prevista já tendo sido devidamente feita, as informações imprudentemente providas de forma eterna em um banco de dados fez mais duas vítimas. Afinal, fazer justiça não é suficiente, é preciso que se veja que a mesma foi feita.<sup>154</sup>

---

<sup>152</sup> THE SEATTLE TIMES. **Letter tells killer's reasoning for slaying 2 pedophiles**. Disponível em: <<https://www.seattletimes.com/seattle-news/letter-tells-killers-reasoning-for-slaying-2-pedophiles/>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

<sup>153</sup> PRAZERES, Deivid Willian dos. **A criminalização midiática do sex offender: a questão da Lei de Megan no Brasil**. Florianópolis: Empório do Direito, 2016, p. 41.

<sup>154</sup> MOREIRA, José Carlos Barbosa. **A Justiça no limiar de novo século**, in *Temas de direito processual: 5. série*. São Paulo: Saraiva, 1994, p. 33.

### 3 OS BANCOS DE DADOS E A PENA PERPÉTUA

De maneira simples, um banco de dados nada mais é do que um conjunto de informações organizadas e estruturadas de tal maneira que um computador – ou um ser humano, de maneira manual – possa facilmente localizar as informações que deseja.

Neste capítulo, o foco será dado aos chamados banco de dados, suas funções e violações. Apesar do termo ter se popularizado com o advento da internet, engana-se quem acredita que os bancos de dados surgiram apenas nas últimas décadas.

Desde o começo da humanidade, temos a necessidade de registrar eventos e informações que consideramos importantes, seja com técnicas de pinturas, como nas épocas pré-históricas, hieróglifos, papiro e, finalmente, a escrita e o papel. Entretanto, a tecnologia permitiu que os registros de informações se tornassem mais populares e facilitados: a era computacional trouxe a criação da fita de papel perfurada, posteriormente sucedida pelo cartão perfurado, ambos os sistemas idealizados por Hermam Hollerith.<sup>155</sup>

Praticidade, eficiência, rapidez na consulta e confiabilidade das informações foram os fatores principais que levaram ao desenvolvimento dos bancos de dados computadorizados. Mas é possível encontrar diversas formas de bancos de dados não computadorizados em nosso dia a dia. (...) Com a invenção dos computadores tudo ficou bem mais fácil. Essa maravilha tecnológica permite que qualquer informação seja armazenada e recuperada com grande rapidez e facilidade.<sup>156</sup>

Entretanto, a disseminação e o uso recorrente dos bancos de dados também afeta de modo direto o universo jurídico, fazendo-se necessária a criação de diplomas legais que tutelem os limites de tal ferramenta, que pode, conforme já visto no primeiro capítulo da presente monografia, confrontar o direito à privacidade.

O parlamento sueco, em 1973, emanou a primeira lei orgânica na europa que tratava sobre a tutela do direito à privacidade e o controle dos bancos de dados, tanto públicos como privados, conhecida como Datalegen (Lei n. 289). Entretanto, o primeiro país que tratou em nível constitucional sobre o direito dos cidadãos de ter ciência dos próprios dados contidos em um banco de dados foi Portugal, no ano de 1977.<sup>157</sup>

Em 1978, a Espanha, em sua constituição, garantiu o direito à intimidade como um direito fundamental do homem. Em seu artigo 18, inciso IV, *"remete a uma lei ordinária os limites no uso da informática para garantir a honra e a intimidade pessoal dos cidadãos e*

<sup>155</sup> ALVES, William Pereira. **Banco de Dados**. São Paulo: Érica, 2014, p. 13.

<sup>156</sup> ALVES, William Pereira. **Banco de Dados**. São Paulo: Érica, 2014, p. 13.

<sup>157</sup> PAESANI, Líliliana Minardi. **Direito e Internet: Liberdade de Informação, Privacidade e Responsabilidade Civil**, 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 36.



*seus familiares*".<sup>158</sup> Após, entre 1978 e 1981, diversos países europeus e do mundo produziram normas a respeito do tema.

Apesar da existência de legislações que regulam tal ferramenta, o presente capítulo irá analisar o quanto um registro em um banco de dados pode prejudicar – quando não inviabilizar – a devida execução penal, regida no Brasil pela Lei n. 7.210/84.

### 3.1 A violação ao sigilo por parte dos bancos de dados

Conforme já visto, nunca foi tão complicado estabelecer um limite entre a publicidade e a privacidade das pessoas. Hoje, a memória humana não se limita mais ao potencial biológico, visto que os registros, principalmente informáticos, garantem que as sanções aplicadas não sejam jamais esquecidas.

A humanidade sempre buscou obter e guardar o maior número de informações, já que não é possível se lembrar de tudo com vivacidade de detalhes. Pelo contrário, o cérebro transforma as experiências do passado em algumas lembranças simples. Não se trata de limitação biológica, mas de mecanismo que, ao invés de permitir serem revividas as memórias continuamente, possibilita que cada indivíduo perdoe e esqueça, cresça e mude, sem estar eternamente ligado ao passado.

Entretanto, as mudanças tecnológicas potencializaram a alteração desse panorama, de maneira que a regra, agora, são computadores e aparelhos eletrônicos que permitem a lembrança de tudo.<sup>159</sup>

Os acontecimentos do passado, agora, são capazes de serem lembrados e guardados eternamente, mesmo que a mente humana os tenha esquecido. Assim, limitar a incidência de informações de fatos que já ocorreram é um novo desafio ao direito. Entretanto, como estabelecer um "prazo de validade" para se desvincular de ser relacionado com algum fato desabonador?

Hoje, a pior situação já vivenciada por determinada pessoa pode ser vinculada como a primeira e mais importante informação sobre si<sup>160</sup>, criando o risco de um indivíduo ser representado por um único dado ao seu respeito. Isso não é incomum, basta olharmos para como a própria Sociedade enxerga diferente quem carrega, por exemplo, uma condenação penal.

---

<sup>158</sup> PAESANI, Liliana Minardi. **Direito e Internet: Liberdade de Informação, Privacidade e Responsabilidade Civil**, 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 36.

<sup>159</sup> SCHREIBER, Anderson (Org.); COSTA, André Brandão Nery. **Direito e Mídia - Direito ao esquecimento na Internet: a scarlet letter digital**. São Paulo: Atlas, 2013, p. 185.

<sup>160</sup> SCHREIBER, Anderson (Org.); COSTA, André Brandão Nery. **Direito e Mídia - Direito ao esquecimento na Internet: a scarlet letter digital**. São Paulo: Atlas, 2013, p. 185.

Por isso, principalmente devido a disseminação e distorção rápida, as informações registradas em banco de dados são, em maioria, protegidas pelo chamado sigilo de dados, que é trazido como norma constitucional, de maneira recente, com o advento da Constituição Federal de 1988. Previsto no artigo 5º, inciso XII, do referido diploma legal, tal previsão complementa o inciso X do mesmo artigo, que prevê o direito à vida privada e intimidade.

Tércio Sampaio Ferraz Júnior nos ensina que

a inviolabilidade do sigilo de dados (art. 5º, XII) é correlata ao direito fundamental à privacidade (art. 5º, X). Em questão está o direito de o indivíduo excluir do conhecimento de terceiros aquilo que a ele só é pertinente e que diz respeito ao seu modo de ser exclusivo no âmbito de sua vida privada.<sup>161</sup>

Existem doutrinadores que sustentam a interpretação de que a defesa do sigilo de dados, nos termos do artigo 5º, inciso XII, da Carta Magna, também engloba, por exemplo, o tão polêmico sigilo bancário. Tal pensamento se baseia no fato de que a Constituição Federal teria delegado à regulamentação infraconstitucional somente a interceptação das ligações telefônicas, vedando-se, absolutamente, a quebra do sigilo das correspondências, das comunicações telegráficas e dos dados.

Essa interpretação levaria ao entendimento, um tanto controverso, de que as correspondências e os dados seriam protegidos de forma maior do que o próprio direito à vida, visto que esse último é excepcionado, por exemplo, na alínea "a", inciso XLVII, do extenso artigo 5º.

Assim, diante de interpretações divergentes do texto de tal inciso, o judiciário brasileiro vem buscando firmar entendimentos que se adaptem ao ordenamento pátrio. Para Tércio Sampaio Ferraz Júnior,

toma seu correto sentido o disposto no inciso XII do art. 5 da CF. quando ali se admite, apenas para a comunicação telefônica e, assim mesmo, só para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, por ordem judicial, a quebra do sigilo. Conquanto haja quem caminhe para uma interpretação literal deste texto, não nos parece razoável aceitá-la na sua inteira singeleza. Note-se, antes de mais nada, que dos quatro meios de comunicação ali mencionados - correspondência, telegrafia, dados, telefonia

<sup>161</sup> FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Sigilo de dados: o direito à privacidade e os limites à função fiscalizadora do Estado**. Disponível em:

<[https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&ved=0ahUKEwinwrL0\\_9HbAhVImJAKHbpoDu8QFghFMAQ&url=http://www.journals.usp.br/rfdusp/article/download/67231/69841&usg=AOvVaw0D6L6jHeaIDLzdHmNTz1Gd](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&ved=0ahUKEwinwrL0_9HbAhVImJAKHbpoDu8QFghFMAQ&url=http://www.journals.usp.br/rfdusp/article/download/67231/69841&usg=AOvVaw0D6L6jHeaIDLzdHmNTz1Gd)>. Acesso em: 06 jun. 2018.

- só o último se caracteriza por sua instantaneidade. Isto é, a comunicação telefônica só é enquanto ocorre.<sup>162</sup>

Desse modo, a comunicação telefônica seria a única que não deixa vestígios após encerrada, proibindo o legislador da entrada de terceiros na comunicação. Entretanto, tal vedação não significa que, diante da existência de interesse público, *"não se possa ter acesso a posterior identificação dos sujeitos e ao relato das mensagens comunicadas. Por exemplo, o que se veda é uma autorização judicial para interceptar correspondência, mas não para requerer busca e apreensão de documentos"*.<sup>163</sup>

Mesmo com tais polêmicas interpretações, observamos que a quebra desse sigilo – seja em relação a conversas telefônicas, correspondências, dados, etc. – é a exceção, devendo seguir as normas dispostas nas legislações correspondentes. Isso porque a divulgação de tais dados pode – de maneira irreversível – lesionar os direitos dos envolvidos.

Cabe, mais uma vez, ao órgão julgador sopesar, no caso concreto, a relevância do conhecimento geral de certas informações, fatos ou dados, o que gera, sem dúvidas, certa insegurança jurídica.

Tudo isso mostra, em síntese, que, quando a Constituição garante a inviolabilidade do sigilo, o princípio do sopesamento exige que o intérprete saiba distinguir entre o devassamento que fere o direito à privacidade, no seu objeto, em relação com outros objetos de outros direitos também protegidos pelo sigilo.<sup>164</sup>

É por essa razão que a criação de bancos de dados penais é um assunto delicado. Instituir um banco de dados, sob o argumento de que ele só será acessado por autoridades competentes, faz com que se nasça a necessidade de regulamentá-los, para que a exceção, que é a divulgação da informação que ali está registrada, não vire regra, pois não há dúvida,

---

<sup>162</sup> FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Sigilo de dados: o direito à privacidade e os limites à função fiscalizadora do Estado**. Disponível em:

<[https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&ved=0ahUKEwinwrL0\\_9HbAhVImJAKHbpoDu8QFghFMAQ&url=http://www.journals.usp.br/rfdusp/article/download/67231/69841&usg=AOvVaw0D6L6jHeaIDLzdhmNTz1Gd](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&ved=0ahUKEwinwrL0_9HbAhVImJAKHbpoDu8QFghFMAQ&url=http://www.journals.usp.br/rfdusp/article/download/67231/69841&usg=AOvVaw0D6L6jHeaIDLzdhmNTz1Gd)>. Acesso em: 06 jun. 2018.

<sup>163</sup> FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Sigilo de dados: o direito à privacidade e os limites à função fiscalizadora do Estado**. Disponível em:

<[https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&ved=0ahUKEwinwrL0\\_9HbAhVImJAKHbpoDu8QFghFMAQ&url=http://www.journals.usp.br/rfdusp/article/download/67231/69841&usg=AOvVaw0D6L6jHeaIDLzdhmNTz1Gd](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&ved=0ahUKEwinwrL0_9HbAhVImJAKHbpoDu8QFghFMAQ&url=http://www.journals.usp.br/rfdusp/article/download/67231/69841&usg=AOvVaw0D6L6jHeaIDLzdhmNTz1Gd)>. Acesso em: 06 jun. 2018.

<sup>164</sup> FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Sigilo de dados: o direito à privacidade e os limites à função fiscalizadora do Estado**. Disponível em:

<[https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&ved=0ahUKEwinwrL0\\_9HbAhVImJAKHbpoDu8QFghFMAQ&url=http://www.journals.usp.br/rfdusp/article/download/67231/69841&usg=AOvVaw0D6L6jHeaIDLzdhmNTz1Gd](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&ved=0ahUKEwinwrL0_9HbAhVImJAKHbpoDu8QFghFMAQ&url=http://www.journals.usp.br/rfdusp/article/download/67231/69841&usg=AOvVaw0D6L6jHeaIDLzdhmNTz1Gd)>. Acesso em: 06 jun. 2018.

portanto, de que o desrespeito ao sigilo de dados constitucionalmente protegido acarretaria violação a diversas garantias constitucionais. Isso pois

tanto a privacidade quanto a inviolabilidade de sigilo de dados, inseridas no art. 5º da Constituição Federal, são uma peça fundante da própria cidadania, ao lado de outros direitos fundamentais ali expressos. O sigilo, nesse sentido, tem a ver com a segurança do cidadão, princípio cujo conteúdo valorativo diz respeito à exclusão do arbítrio, não só de parte da sociedade como sobretudo do Estado que só pode agir submisso à ordem normativa que o constitui.<sup>165</sup>

Quando o assunto são os bancos de dados públicos, a situação torna-se ainda mais preocupante. O livre acesso indiscriminado à informações pessoais, como já visto no decorrer do presente trabalho, vem conjuntamente com uma sensação de autotutela, onde o cidadão se vê compelido não só a usar essas informações a seu favor – evitando morar perto de ex-condenados por crimes sexuais, por exemplo – mas também a repassar essa informação ao maior número de pessoas possíveis, criando uma sensação de pânico generalizado.

No caso da Lei de Megan, por exemplo, além de ser um banco de dados público, o mesmo encarrega-se de trazer informações de cunho extremamente pessoal e perigoso quando divulgadas, como foto, descrições físicas, além de endereço residencial e profissional do condenado.

A instituição de bancos de dados ainda requer, quando os mesmos não forem de acesso público, como os bancos de dados sobre agressores sexuais que foram instituídos ou pretendem ser instituídos em diversos Estados brasileiros, certo cuidado a respeito do vazamento de dados. Não é incomum que ocorram invasões e até mesmo a venda de certas informações e arquivos privados.<sup>166</sup>

Em conjunto com o suposto interesse público em ser informado e ter ciência dos fatos passados, lembrando-os quando conveniente, promovendo-se uma sociedade transparente, na tentativa de se gerar, a todo custo, uma sociedade mais "segura" e "informada", há quem se

---

<sup>165</sup> FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Sigilo de dados: o direito à privacidade e os limites à função fiscalizadora do Estado**. Disponível em:

<[https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&ved=0ahUKEwinwrL0\\_9HbAhVImJAKHbpoDu8QFghFMAQ&url=http://www.journals.usp.br/rfdusp/article/download/67231/69841&usg=AOvVaw0D6L6jHeaIDLzdHmNTz1Gd](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&ved=0ahUKEwinwrL0_9HbAhVImJAKHbpoDu8QFghFMAQ&url=http://www.journals.usp.br/rfdusp/article/download/67231/69841&usg=AOvVaw0D6L6jHeaIDLzdHmNTz1Gd)>. Acesso em: 06 jun. 2018.

<sup>166</sup> DENUNCIO. **Criminosos compram acesso a banco de dados de segurança pública do Brasil**. Disponível em:

<<http://www.denuncio.com.br/noticias/criminosos-compram-acesso-a-banco-de-dados-de-seguranca-publica-do-brasil/18386/>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

esqueça de que o direito de não ser perseguido ao longo de toda sua vida por um acontecimento específico e pretérito também existe.

Isso porque não há dúvidas quanto à prejudicialidade que certas informações – ainda mais quando relacionadas ao âmbito penal, tão estigmatizador na Sociedade – podem causar na vida de alguém se acessadas e divulgadas indiscriminadamente pela população. Podem, inclusive, interferir na já deficitária execução penal, que culminará com a reinserção do convívio do condenado à Sociedade.

### 3.2 Os empecilhos da execução penal nos moldes do sistema brasileiro

Não é surpresa que a execução penal no Brasil está longe de atingir sua finalidade, deixando muito a desejar. Hoje, a matéria é regulada em nosso ordenamento pela lei de execuções penais – Lei n. 7.210/84 – que, com seus 9 títulos e 204 artigos, busca regulamentar a execução das penas privativas de liberdade, restritivas de direitos, multas e medidas de segurança.

Tal lei busca regulamentar, ainda, os direitos e deveres do condenado, vigiando os excessos e incidentes ocorridos durante o cumprimento de pena. Isso porque *"não basta condenar, é fundamental fazer cumprir a decisão condenatória. Nesse sentido, pode-se afirmar que a execução da pena é ponto culminante da persecução criminal. De nada adiantaria, nem adianta, uma condenação sem que haja a execução do julgado"*.<sup>167</sup>

Assim, a execução penal, nos termos do artigo 1º da referida lei, *"tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado"*.<sup>168</sup>

Entretanto, apesar das belas palavras do supracitado artigo, a lei de execuções penais, na prática, esbarra em inúmeros empecilhos que impedem sua correta aplicação, desde problemas legislativos até estruturais.

A pena, sanção no direito penal, pode possuir diversas finalidades, de acordo com a corrente adotada, podendo a atuação do Estado aplicar sanções penais de natureza retributiva, preventiva especial ou geral. Quando se fala em caráter retributivo da pena, trata-se de uma

---

<sup>167</sup> NUNES, Adeildo. **Comentários à Lei de Execução Penal**. São Paulo: Forense, 2016, p. 03.

<sup>168</sup> BRASIL. **Lei 7.210**, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm)>. Acesso em: 08 jun. 2018.

retribuição à ação proibida que foi realizada, como a Lei de Talião, conhecida por sua máxima "olho por olho, dente por dente", onde um mal deve ser combatido com outro mal.

Com o surgimento do Estado, aquele que detém o legítimo poder para uso da força, a autotutela não é mais a regra. Assim, a pena pode assumir a função preventiva geral, que

têm como fim a prevenção de delitos incidindo sobre os membros da coletividade social. Quanto ao modo de alcançar este fim, as teorias da prevenção geral são classificadas atualmente em duas versões: de um lado, a prevenção geral negativa ou intimidatória, que assume a função de dissuadir os possíveis delinquentes da prática de delitos futuros através da ameaça de pena, ou predicando com o exemplo do castigo eficaz; e, de outro lado, a prevenção geral positiva que assume a função de reforçar a fidelidade dos cidadãos à ordem social a que pertencem.<sup>169</sup>

Já a teoria da prevenção especial visa o infrator, objetivando que este não pratique mais outros delitos. Assegura, com a prisão, o isolamento dos delinquentes em face da comunidade, intimidando, por meio da pena, para que os mesmos não cometam futuros delitos. Busca preservar o infrator da reincidência, surgindo aí a tão polêmica ideia de ressocialização.

Embora consagrados penalistas e penitenciaristas entendam que a ressocialização é um mito enquanto ideal de perfeição, a intenção da Lei de Execução Penal brasileira ainda é a de consagrar a reintegração social como finalidade da pena. O que se sabe é que essa ressocialização continua sendo uma utopia, muito mais por falta de vontade política por parte dos responsáveis pelas nossas prisões. Enquanto 85% das pessoas que cumprem pena privativa de liberdade voltam a delinquir, a reincidência é reduzida em relação aos que cumprem as penas restritivas de direitos. A falha, portanto, está no ambiente prisional, que deve ser completamente remodelado.<sup>170</sup>

Assim, a lei de execuções penais preconiza a busca pelos meios necessários para a ressocialização e reintegração positiva do condenado na sociedade, após cumprida a pena. Entretanto, estudos e a prática já nos mostram que a lei não tem garantido a efetividade deste objetivo. E os motivos são vários.

Primeiro, não podemos negar a situação deplorável dos presídios brasileiros. Seja pela quantidade de presos acima da capacidade prisional<sup>171</sup> – sendo grande parte desses presos

<sup>169</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal Vol. 1**. 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 153.

<sup>170</sup> NUNES, Adeildo. **Comentários à Lei de Execução Penal**. São Paulo: Forense, 2016, p. 04.

<sup>171</sup> UOL NOTÍCIAS. **Cadeias brasileiras superam limite de superlotação estipulado pelo Ministério da Justiça**. Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/12/09/superlotacao-nas-cadeias-viola-resolucao-de-conselho-do-ministerio-da-justica.htm>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

provisórios<sup>172</sup>, ou seja, aqueles que ainda não possuem uma sentença penal transitada em julgado contra si – ou pela infraestrutura defasada<sup>173</sup>, os presídios espalhados pelo país refletem a falta de recursos humanos, financeiros, infraestruturais, assistência médica e educacional, entre outras responsabilidades estabelecidas pela legislação, que busca o cumprimento adequado da pena e a garantia do retorno do apenado à sociedade.

A falta de gestão e superlotação dos presídios reflete em outra violação à lei de execuções penais: os presos acabam sendo misturados, inclusive os que ainda aguardam julgamento, ferindo o disposto no artigo 84 e seus parágrafos, da Lei n. 7.210/84.

Seja pela superlotação, falta de infraestrutura ou lentidão do judiciário em definir a situação dos presos provisórios, o relatório mundial da Humans Rights Watch de 2017 classificou a situação dos presídios no Brasil como um "absoluto desastre".<sup>174</sup>

De acordo com o relatório, nosso país não vai conseguir construir presídios suficientes para atender a demanda, pois a solução passa pelo sistema judiciário. *"Entrar num presídio no Brasil é uma volta no tempo, quase à Idade Média. São celas escuras, sem ventilação, absolutamente insalubres (...)".*<sup>175</sup>

Outro ponto que faz com que a execução penal seja falha no Brasil é a crença na famosa ressocialização. A prisão, evidentemente, fracassa nessa sua obrigação, dependendo do ponto de vista. Isso porque, de outro lado, ela é um sucesso, visto que o discurso de ressocialização legitima o sistema penal.

A criminologia crítica nos mostra que a criminalização deve ser entendida como repercussão da história e do modelo socioeconômico adotado pelo nosso país, já que

a prisão surgiu como uma necessidade do sistema capitalista, como um instrumento eficaz para o controle e a manutenção desse sistema. Há um nexó histórico muito estreito entre o cárcere e a fábrica. A instituição carcerária, que nasceu com a sociedade capitalista, tem servido como instrumento para reproduzir a desigualdade e não para obter a

<sup>172</sup> BRASIL DE FATO. **Quase 66% da população carcerária do Ceará são presos provisórios**. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2018/02/01/quase-66-da-populacao-carceraria-do-ceara-sao-presos-provisorio>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

<sup>173</sup> CONJUR. **Menos de 1% dos presídios estão em excelente estado, diz pesquisa do CNJ**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-jun-07/presidios-sao-excelentes-aponta-pesquisa-cnj>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

<sup>174</sup> ESTADÃO. **Lei de drogas superlotou presídios, aponta Human Rights Watch**. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,lei-de-drogas-superlotou-presidios-aponta-human-rights-watch,10000099664>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

<sup>175</sup> ESTADÃO. **Lei de drogas superlotou presídios, aponta Human Rights Watch**. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,lei-de-drogas-superlotou-presidios-aponta-human-rights-watch,10000099664>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

ressocialização do delinquente. A verdadeira função e natureza da prisão está condicionada à sua origem histórica de instrumento assegurador da desigualdade social.<sup>176</sup>

Assim, os estabelecimentos prisionais, que deveriam proporcionar aos condenados a condição para a ocorrência da ressocialização, fornecendo aos que foram retirados à força do convívio social oportunidades para que voltem a participar da vida social, estão longe de atingir sua finalidade legal.

Não é difícil encontrar notícias sobre práticas carcerárias que em nada colaboram com a chamada ressocialização. O tratamento oferecido pelo Estado ao presidiário é frequentemente humilhante, sob o argumento de disciplina, aplicando-se de forma habitual os maus tratos e privações de direitos, situação que alimenta a desesperança do condenado antes mesmo de ser liberado do sistema prisional.

E, mesmo que as conhecidas cadeias estivessem preparadas para receber os condenados, falar em ressocialização ainda assim seria complicado. Isso porque, como bem elucida Vera Regina Pereira de Andrade<sup>177</sup>, o ex-presidiário sempre estará em posição de desvantagem em comparação aos demais cidadãos, pois foi estigmatizado ao ser "selecionado" pelo sistema penal, estigma este que os acompanhará para sempre.

Na situação prisional atual, como bem elucida Alessandro Baratta,

a comunidade carcerária tem (...) características constantes, predominantes em relação às diferenças nacionais, e que permitiram a construção de um verdadeiro e próprio modelo. As características deste modelo, do ponto de vista que mais nos interessa, podem ser resumidas no fato de que os institutos de detenção produzem efeitos contrários à reeducação e reinserção do condenado, favoráveis a sua estável reinserção na população criminosa.<sup>178</sup>

Desse modo, embora claramente defendida pela lei e pelo ordenamento jurídico brasileiro, a ressocialização não é efetivamente a finalidade verdadeira da pena privativa de liberdade. Operada pela "eficácia invertida" deste sistema, a pena cumpre a função de perpetrar o crime, estigmatizar o condenado e incentivar a reincidência.<sup>179</sup>

Assim, sob o olhar da criminologia crítica,

<sup>176</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal Vol. 1**. 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 610.

<sup>177</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

<sup>178</sup> BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e crítica do direito penal**: introdução a sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 1999, p. 183.

<sup>179</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A construção social dos conflitos agrários como criminalidade**. In: Introdução crítica ao estudo do sistema penal: elementos para a compreensão da atividade repressiva do Estado. SANTOS, Rogério Dutra dos (Org). Florianópolis: Diploma Legal, 1999, p. 23-52.



qualquer reforma que se possa fazer no campo penitenciário não terá maiores vantagens, visto que, mantendo-se a mesma estrutura do sistema capitalista, a prisão manterá sua função repressiva e estigmatizadora. Em realidade, a Criminologia Crítica não propõe o desaparecimento do aparato de controle, pretende apenas democratizá-lo, fazendo desaparecer a estigmatização quase irreversível que sofre o delinquente na sociedade capitalista.<sup>180</sup>

Se anos atrás falar em ressocialização já era uma utopia, hoje em dia é ainda mais complicado. Em um mundo onde, como já visto anteriormente, vivemos sob influência das mídias e de opiniões sociais, retornar ao convívio humano sem que existam consequências e rótulos sociais é tarefa impossível.

Parece-nos que o estudioso do Direito Penal e Processual Penal precisa debruçar-se sobre os caminhos a seguir nesse dicotômico ambiente de *retribuição* e *restauração*. No entanto, deve fazê-lo de maneira objetiva, aberta, comunicando-se com a sociedade e, acima de tudo, propondo meios e instrumentos eficientes para se atingir resultados concretos positivos. Por vezes, notamos a atuação legislativa vacilante e ilógica, atormentada pela mídia e pela opinião pública, sem qualquer critério científico ou, no mínimo, razoável.<sup>181</sup>

Desse modo, as falhas na prática da execução penal brasileira são evidentes. E, ao invés de humanizá-la e criar caminhos facilitadores para que a pena seja executada de forma mais adequada, com a finalidade de tentar chegar o mais próximo possível da inatingível ressocialização, estamos criando legislações de exceção com viés constitucional duvidoso, dificultando (ainda mais) a reinserção dos condenados no meio social.

Em vez de discutirmos melhorias, incentivamos leis como a já tratada Lei de Megan e os bancos de dados penais, criadores de um rótulo – muitas vezes, perpétuo – que persegue quem os recebe, em prol de uma falsa sensação de segurança.

### 3.3 Os bancos de dados penais como caracterizadores de uma sanção penal perpétua

O Brasil, seguindo o entendimento evolutivo dos direitos humanos, veda expressamente as penas perpétuas, de morte e cruéis, nos termos do artigo 5º, inciso XLVII, da Carta Magna, com base no princípio da humanidade das penas. Tal princípio defende, em linhas gerais, que o poder punitivo do Estado não pode impor sanções que possam vir a ferir a dignidade da pessoa humana.

<sup>180</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal Vol. 1.** 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 611.

<sup>181</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal.** 14ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 78.

A proscrição de penas cruéis e infamantes, a proibição de tortura e maus tratos nos interrogatórios policiais e a obrigação imposta ao Estado de dotar sua infra-estrutura carcerária de meios e recursos que impeçam a degradação e a dessocialização dos condenados são corolários do princípio de humanidade, que não se compatibiliza compenas perpétuas.<sup>182</sup>

Nosso ordenamento atual não permite projetos de lei ou emendas constitucionais que busquem revogar o supramencionado dispositivo, classificando tais propostas de revogação como inconstitucionais. Entretanto, a pena de morte já foi permitida no nosso país, tendo sido abolida com a Constituição de 1889, mantendo-se a referida pena para crimes militares cometidos em tempo de guerra. A figura das penas cruéis voltou a aparecer durante os regimes conhecidos como Estado Novo e Ditadura Militar, como sanção para alguns crimes civis e militares.

Porém, no Brasil, o uso de tais penas denominadas como cruéis foi sendo, gradativamente, abolido. No mundo, a prisão perpétua ainda é permitida em diversos países, geralmente em substituição à pena de morte nos países onde esta foi extinta. Na Itália, por exemplo, a "pena di morte" está abolida desde 1994, tendo sido substituída pelo "ergastolo", que é perpétua.<sup>183</sup> Portugal, por sua vez, foi o primeiro país do mundo a erradicar definitivamente a pena de prisão perpétua, em 1884, através da chamada Nova Reforma Penal, conhecida como Reforma de Sampaio e Melo.<sup>184</sup>

O Código Penal brasileiro, em sintonia com o disposto na Constituição Federal, estabelece, em seu artigo 75, o tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade, que não pode ser superior a 30 anos. Assim, mesmo que o sujeito seja condenado a cumprir uma pena superior a tal limite, o tempo de duração dela não será superior a 30 anos, sendo tal regra

---

<sup>182</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Pena de prisão perpétua**. Disponível em:

<<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/22371-22373-1-PB.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

<sup>183</sup> **Art. 21. Pena di morte.** L'articolo che così recitava: "La pena di morte si esegue, mediante la fucilazione, nell'interno di uno stabilimento penitenziario ovvero, in un altro luogo indicato dal ministro della giustizia. L'esecuzione non è pubblica, salvo che il ministro della giustizia disponga altrimenti" è stato abrogato dall'art. 1, D.Lgs.Lgt. 10 agosto 1944, n. 224, che ha sostituito la pena di morte con l'ergastolo. Codice Penale. **Art. 22. Ergastolo.** La pena dell'ergastolo è perpetua, ed è scontata in uno degli stabilimenti a ciò destinati, con l'obbligo del lavoro e con l'isolamento notturno. Il condannato all'ergastolo può essere ammesso al lavoro all'aperto. ITALIA. **Codice Penale.** Disponível em: <<http://www.altalex.com/documents/news/2015/01/15/delle-pene>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

<sup>184</sup> MOURA, Joana Chaves Álvares de. **Reflexões sobre o instituto da prisão perpétua**. 2012. 50 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2012. Disponível em: <[https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9012/1/TESE Prisão Perpétua.pdf](https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9012/1/TESE%20Pris%C3%A3o%20Perp%C3%A9tua.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2018.

aplicada tanto nos casos de condenação única em concurso material, como nos de condenações resultantes de vários processos.

Essa limitação existe com a finalidade de respeitar a proibição constitucional de prisão perpétua, evitando que se permita a soma ilimitada de diversas condenações. A própria exposição de motivos da Lei n. 7.209/84, que trouxe alterações a dispositivos do Código Penal, preceitua que *"as penas devem ser limitadas para alimentarem no condenado a esperança da liberdade e a aceitação da disciplina, pressupostos essenciais da eficácia do tratamento penal"*.<sup>185</sup>

Além disso, não se pode negar que a pena perpétua é uma medida extrema, uma pena severa de segurança, onde a Sociedade afasta de seu seio, de forma definitiva, aquele que delinuiu. Ela priva o condenado *"não só da liberdade, mas da esperança da liberdade, que poderia encorajá-lo e tornar-lhe suportável a servidão penal"*<sup>186</sup>, retirando totalmente a função atribuída, de início, à pena: a reinserção social do indivíduo. Assim, ela não terminará em uma data fixada em sentença, e sim perdurará enquanto o chamado delinquente existir.

Apesar de afirmarmos com tranquilidade que no Brasil não existem penas perpétuas, esquecemos – ou ignoramos – o fato de que, como bem leciona Zaffaroni, uma pena perpétua não é necessariamente a privativa de liberdade. Segundo o autor, deve ser considerada inconstitucional *"qualquer pena ou consequência do delito que crie uma deficiência física (morte, amputação, castração ou esterilização, intervenção neurológica etc.), como também qualquer consequência jurídica inapagável do delito"*.<sup>187</sup>

É com base nesse conceito de perpetuidade da pena que, ao analisarmos a constitucionalidade dos bancos de dados penais, nos deparamos com diversas incompatibilidades. Podemos tomar como exemplo a implementação de bancos de dados de material genético, cada vez mais populares, regulados no Brasil após a Lei n. 12.654/12, que permitiu a coleta de perfil genético como forma de identificação criminal.

Tal legislação trouxe um novo dispositivo à lei de execução penal, o artigo 9-A, que assim preceitua:

os condenados por crime praticado, dolosamente, com violência de natureza grave contra pessoa, ou por qualquer dos crimes previstos no art. 1º da Lei nº

<sup>185</sup> BRASIL. **Exposição de motivos nº 211, de 9 de maio de 1983**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7209-11-julho-1984-356852-exposicaodemotivos-148879-pl.html>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

<sup>186</sup> LUISI, Luiz Benito Viggiano. **Tribunal Penal Internacional - Pena de Prisão Perpétua**. Revista CEJ, 2000.

<sup>187</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Manual de Derecho Penal – Parte General**. Buenos Aires:Ediar, 1991, p. 139.

8.072, de 25 de julho de 1990, serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA - ácido desoxirribonucleico, por técnica adequada e indolor.

O parágrafo primeiro do referido dispositivo complementa: *"a identificação do perfil genético será armazenada em banco de dados sigiloso, conforme regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo"*.

Desse modo, após ser colhido o material genético e anexado ao banco de dados, tais informações poderão ser acessadas pela autoridade policial, seja estadual ou federal, com autorização judicial prévia. Assim, a Lei n. 12.654/12 deposita uma grande tarefa ao poder público: zelar pelo caráter sigiloso de tais informações, ao possibilitar que se armazene os dados genéticos de condenados.

Entretanto, a lei não explicitou por quanto tempo esses dados, neste caso, ficarão disponíveis. Como bem assinala Aury Lopes Júnior,

Andou mal o legislador, pois gera condições para um estigma de natureza perpétua. Mas, partindo de uma política de redução de danos “no” e “do” processo penal, pensamos ser sustentável a aplicação, por analogia, do instituto da “reabilitação” (arts. 93 e s. do CP), permitindo-se a retirada dos registros após decorridos dois anos do dia em que for extinta, de qualquer modo, a pena ou terminar sua execução. Mas essa tese encontrará sérias resistências e tende a ser minoritária...<sup>188</sup>

Assim, percebe-se que manter um banco de dados de perfis genéticos de condenados vai contra o escopo maior do direito penal – a reinserção social –, incentivando uma pena perpétua (vedada, como visto, pela nossa Constituição) de reclusão moral.

Quando se trata da Lei de Megan, profundamente analisada no segundo capítulo do presente trabalho, a situação não é diferente. Como visto, os registros nos bancos de dados em tal lei, via de regra na maioria dos Estados americanos, só se extinguem com a morte do condenado. Entretanto, tal situação não encontra – ou, ao menos, não deveria encontrar – guarida no ordenamento jurídico brasileiro.

Isso porque,

no caso da "Lei de Megan", ao submeter o ofensor sexual ao constrangimento de se registrar num banco de dados de consulta pública após o cumprimento da respectiva sanção criminal, rotulando-o por um erro cometido no passado e devidamente liquidado com a sociedade, acaba-se por violar a cláusula pétreia que, diferentemente dos Estados Unidos da América,

<sup>188</sup> LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 438.

proíbe penas de caráter perpétuo e cruéis no Brasil (art. 5º, XLVII, "b" e "e", CRFB).<sup>189</sup>

Tal incompatibilidade com o ordenamento jurídico brasileiro, inclusive, já foi levantada pelo ex-deputado Pery Taborelli, na ocasião da discussão do veto ao Projeto de Lei n. 276/2013, veto esse que restou derrubado, aprovando a criação de um cadastro de condenados por pedofilia em Mato Grosso.

Para o ex-deputado, que subiu na tribuna para apontar a inconstitucionalidade do projeto de lei em questão, o cadastro cria uma espécie de pena perpétua, algo proibido pela Constituição Federal. Taborelli, no fim, foi o único deputado a votar pela manutenção do veto.

A Constituição diz que não haverá penas perpétuas. Isso é cláusula pétrea, ou seja, não pode ser mexida. Se essa lei for promulgada, ela será derrubada facilmente com uma Adin (ação direta de inconstitucionalidade). Aprovando esse cadastro, estamos colocando o nome de um ser humano em pena perpétua, ainda que seja infame o ato praticado. Além disso, essa matéria tem que ser regulada pelo Congresso Nacional e não pela Assembleia Legislativa. Só uma nova Constituinte pode mudar isso.<sup>190</sup>

O restante dos deputados defenderam o afastamento da alegada inconstitucionalidade, fazendo uso de argumentos genéricos, reforçando a ideia da importância em criar um cadastro desse tipo no Mato Grosso, ou afirmando que *"a assembleia ficaria desmoralizada se não derrubasse esse veto"*.<sup>191</sup>

Outro argumento semelhante, normalmente invocado quando se discute a constitucionalidade de legislações controversas, foi levantado: o de que o interesse público, em tal situação, seria preponderante à alegada inconstitucionalidade. *"Se alguém que abusa de crianças não pode estar numa lista, então a Constituição Federal está toda errada. E quem*

---

<sup>189</sup> PRAZERES, Deivid Willian dos. **A criminalização midiática do sex offender: a questão da Lei de Megan no Brasil**. Florianópolis: Empório do Direito, 2016, p. 76.

<sup>190</sup> LUCATELLI, Laíse. **Deputados derrubam veto e criam cadastro de pedófilos; Taborelli diz que é inconstitucional**. Disponível em: <[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Deputados\\_derrubam\\_veto\\_e\\_criam\\_cadastro\\_de\\_pedofilos\\_Taborelli\\_diz\\_que\\_e\\_insconstitucional&id=406230](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Deputados_derrubam_veto_e_criam_cadastro_de_pedofilos_Taborelli_diz_que_e_insconstitucional&id=406230)>. Acesso em: 16 jun. 2018.

<sup>191</sup> LUCATELLI, Laíse. **Deputados derrubam veto e criam cadastro de pedófilos; Taborelli diz que é inconstitucional**. Disponível em: <[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Deputados\\_derrubam\\_veto\\_e\\_criam\\_cadastro\\_de\\_pedofilos\\_Taborelli\\_diz\\_que\\_e\\_insconstitucional&id=406230](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Deputados_derrubam_veto_e_criam_cadastro_de_pedofilos_Taborelli_diz_que_e_insconstitucional&id=406230)>. Acesso em: 16 jun. 2018.

*entrar com ADIN contra esse cadastro é que tem que se explicar à Sociedade*”<sup>192</sup>, afirmou o deputado Oscar Bezerra.

As justificativas para a derrubada do veto não foram apenas de cunho constitucional, passando também para a questão da reincidência dos criminosos sexuais – que, como já visto, não difere de maneira discrepante em relação às taxas de reincidência de crimes de outra natureza – e para a questão relativa a sanidade mental dos condenados<sup>193</sup>. “*É uma atrocidade não derrubar esse veto. Você já viu pedófilo não reincidir no crime? Se vocês conhecem algum que não reincidiu, me mostrem*”<sup>194</sup>, desafiou a deputada Janaina Riva.

Tais argumentos, em sua maioria de natureza jurídica vazia, insistem na mesma questão: a periculosidade do *sex offender* em relação aos condenados por crimes de outra natureza. Muitos trazem, inclusive, a questão da sanidade mental, levantando a bandeira da impossibilidade de um criminoso sexual estar "curado" após o cumprimento da pena de reclusão.

Todas essas afirmações só reforçam a ideia de que, apenas pelo fato isolado de ter sido condenado por um crime sexual, a Sociedade já dificulta, naturalmente, a reinserção do indivíduo ao convívio social. Não faltam exemplos, inclusive no presente trabalho, de o quanto uma condenação penal é estigmatizadora, ainda mais quando relacionada com um crime o qual já é, por natureza, moralmente mais reprovável do que outros.

Os resultados raramente são diversos, e não podemos esperar que no Brasil os mesmos sejam diferentes: marginalizados, aos *sex offenders* resta o retorno ao crime – praticando, inclusive, delitos de outra natureza – e a exclusão social, criando bairros e regiões exclusivos para condenados por crimes sexuais residirem, como o já estudado Miracle Village, na Flórida.

---

<sup>192</sup> LUCATELLI, Laíse. **Deputados derrubam veto e criam cadastro de pedófilos; Tadorelli diz que é inconstitucional**. Disponível em:

<[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Deputados\\_derrubam\\_veto\\_e\\_criam\\_cadastro\\_de\\_pedofilos\\_Tadorelli\\_diz\\_que\\_e\\_inconstitucional&id=406230](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Deputados_derrubam_veto_e_criam_cadastro_de_pedofilos_Tadorelli_diz_que_e_inconstitucional&id=406230)>. Acesso em: 16 jun. 2018.

<sup>193</sup> “Não existe remédio para tratar pedófilo. Essas pessoas não podem estar próximas de crianças, pois na grande maioria das vezes, elas vão ter recaídas. O Estado tem que tomar uma atitude em relação a isso. Alguns países optam pela castração química, em outros os indivíduos condenados por abusar de crianças são monitorados”.

LUCATELLI, Laíse. **Deputados derrubam veto e criam cadastro de pedófilos; Tadorelli diz que é inconstitucional**. Disponível em:

<[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Deputados\\_derrubam\\_veto\\_e\\_criam\\_cadastro\\_de\\_pedofilos\\_Tadorelli\\_diz\\_que\\_e\\_inconstitucional&id=406230](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Deputados_derrubam_veto_e_criam_cadastro_de_pedofilos_Tadorelli_diz_que_e_inconstitucional&id=406230)>. Acesso em: 16 jun. 2018.

<sup>194</sup> LUCATELLI, Laíse. **Deputados derrubam veto e criam cadastro de pedófilos; Tadorelli diz que é inconstitucional**. Disponível em:

<[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Deputados\\_derrubam\\_veto\\_e\\_criam\\_cadastro\\_de\\_pedofilos\\_Tadorelli\\_diz\\_que\\_e\\_inconstitucional&id=406230](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Deputados_derrubam_veto_e_criam_cadastro_de_pedofilos_Tadorelli_diz_que_e_inconstitucional&id=406230)>. Acesso em: 16 jun. 2018.

Assim, em se tratando de bancos de dados penais, especialmente a Lei de Megan, não se pode admitir que se perpetue a etiqueta de delinquente sexual, desestimulando a reinserção – já dificultosa – do sujeito ao convívio social, incentivando, consequentemente, a reincidência delitiva.

Afinal, se tal legislação não demonstra resultados significativos nem mesmo nos Estados Unidos, onde o ordenamento jurídico permite a aplicação de penas perpétuas, o que nos faz pensar que no Brasil, onde tal lei seria claramente inconstitucional, o resultado seria diverso?

Colocamos em confronto, de maneira arbitrária, as garantias constitucionais de uma parcela de indivíduos, menos relevantes para a Sociedade, em prol da (falsa) sensação de segurança que legislações como a Lei de Megan nos trazem: a sensação de autotutela da população e de que somos capazes de promover "justiça" com as próprias mãos.

Assim, incentivar e aprovar legislações de exceção, como a Lei de Megan, nada mais é do que criar uma pena perpétua de maneira velada. Além do mais, importar e permitir a criação de leis semelhantes no ordenamento jurídico brasileiro é admitir a falência de todo o sistema penal, já que, para tentar justificar a criação de um registro de criminosos sexuais, o Estado tem que admitir a total ineficiência da sanção penal na recuperação do comportamento desviante, ao afirmar ser necessário manter vigilância constante sobre pessoas que deveriam, supostamente, sair do sistema prisional regeneradas.<sup>195</sup>

---

<sup>195</sup> PRAZERES, Deivid Willian dos. **A criminalização midiática do *sex offender*: a questão da Lei de Megan no Brasil**. Florianópolis: Empório do Direito, 2016, p. 77-78.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em tempos complexos. Não podemos, de fato, negar que as benesses trazidas com a disseminação rápida de informações facilitam – e muito – o nosso dia a dia. Entretanto, ainda estamos em uma fase transitória, de adaptação, observando as consequências e remediando-as na medida em que surgem.

O presente trabalho buscou, de forma geral, apontar os problemas que a exposição midiática em excesso trouxe para o âmbito do direito penal, processando, opinando e julgando, muitas vezes até mesmo antes do fato ser ao menos constatado pela autoridade judiciária competente para tal. Hoje, a sobreposição da sanção social em relação à sanção penal é algo comum, sendo que chegamos até a temer mais a primeira do que a última.

Enfrentamos tempos onde o desafio é delimitar o direito à privacidade de alguém em relação ao direito à informação de outrem, em uma Sociedade imediatista, somando-se a isso o fato de que, quando se trata de execução penal, a notícia sempre vai atrair os olhos da população.

Não se pode negar que a mídia tornou-se uma ferramenta de suma importância para o Estado democrático de Direito, aumentando a socialização dos acontecimentos, oportunizando à população em geral que tome ciência dos eventos que ocorrem no mundo inteiro. O perigo reside no fato da mídia ter tomado para si o papel de julgador, condenando sem que haja o devido processo legal, prolatando uma sentença que jamais será extinta e, provavelmente, nem esquecida.

As mídias, que visam o lucro, acompanham as normas ditadas pelo sistema capitalista, investigando e julgando, dando determinado enfoque aos crimes que elas – e, como consequência, a população – acreditam ser mais merecedores de enfoque. E os crimes sexuais, por diversos motivos, são um prato cheio para o fenômeno midiático.

No caso da Lei de Megan americana, um dos maiores empecilhos que a legislação enfrenta – empecilho esse registrado, inclusive, pelas autoridades policiais estadunidenses, conforme visto – é a própria definição de crime sexual, que não difere muito quem praticou ato sexual de forma consensual com um menor e quem, com uso de violência, forçou alguém a praticar tais atos. Sob os olhos da Lei de Megan, são todos taxados como *sex offenders* sujeitos ao registro nos bancos de dados normatizados pela referida lei. A legislação equivoca-se, assim, ao tentar regular situações tão diversas com leis que se destinam a coibir os casos mais perigosos.



Após tal pesquisa, ainda podemos observar que a Sociedade possui a convicção de que, por serem doentes, os criminosos sexuais não saem do cárcere regenerados, e por isso voltarão, muito provavelmente, a delinquir. Se a pena privativa de liberdade, para tais casos, é ineficiente, insistimos nela apenas por questões históricas, incapacitando e excluindo do convívio social os ditos *sex offenders*, punindo-os de maneira contínua e perpétua por seus crimes, enfatizando a premissa de que quanto mais punição, menores as chances do delinquente voltar a cometer delitos.

Entretanto, enquanto nos preocupamos com a reincidência dos condenados sexuais, não nos atentamos que a Lei de Megan trouxe problemas sociais muito maiores, desde a criação de bairros exclusivos para os denominados *sex offenders* até cidadãos que resolveram fazer justiça com as próprias mãos utilizando-se das informações fornecidas pelo banco de dados em questão.

Com essa necessidade de reprimir a qualquer custo os crimes sexuais, observamos que a tendência de registrar os criminosos sexuais está se espalhando pelo mundo, inclusive no Brasil. Entretanto, ao contrário dos Estados Unidos, onde os empecilhos relacionam-se mais com o direito à privacidade dos condenados, no nosso ordenamento os problemas são de ordem maior.

Os projetos de lei que foram aprovados ou que ainda tramitam no Brasil, conforme largo estudo realizado na presente monografia, tentam importar a ideia implementada pela Lei de Megan americana. Porém, os mesmos olvidaram que, ao contrário do ordenamento estadunidense, as penas perpétuas são vedadas no Brasil. A ausência de informações como, por exemplo, o prazo pelo qual os dados ficarão disponíveis, mostra que tais legislações foram criadas com o intuito de suprir os anseios da Sociedade, sem se preocupar com as consequências que podem ser trazidas a longo prazo.

Admitir a existência de bancos de dados penais – ainda mais públicos – é assinar a decretação de falência do nosso atual sistema prisional. É admitir de forma velada uma pena perpétua – que, apesar de vedada pela Constituição Federal, é socialmente aceita, pois a pena perpétua não é só a privativa de liberdade – e admitir que a pena de reclusão não atinge o escopo maior do direito penal: a reinserção social do condenado.

A combinação da execução penal falida brasileira com um registro perpétuo possui todos os ingredientes para um resultado semelhante – provavelmente pior – do que o

americano: (mais) segregação, pânico social e histórias de vingança com roteiros dignos de novelas.

Não se defende aqui, em momento algum, a ausência de pena para os que cometeram crimes sexuais, mas sim que essa punição respeite as garantias constitucionais, não sendo desmedida e perpétua. Atitudes devem sim ser tomadas, porém não de maneira precipitada, com a criação de legislações que, além de inconstitucionais, destroem – ainda mais – a vida de quem já pagou ao Estado seus débitos com a justiça.

Afastamos as garantias constitucionais de uma parcela de indivíduos, em favor da falsa sensação de segurança que legislações como a Lei de Megan trazem: o sentimento de que a própria população pode se autotutelar, sendo capaz de promover "justiça" com as próprias mãos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC NEWS. **Sex offender registries: putting lives at risk?** Disponível em: <<http://abcnews.go.com/US/story?id=1855771&page=1>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

ALVES, William Pereira. **Banco de Dados**. São Paulo: Érica, 2014.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

\_\_\_\_\_. **A construção social dos conflitos agrários como criminalidade**. In: Introdução crítica ao estudo do sistema penal: elementos para a compreensão da atividade repressiva do Estado. SANTOS, Rogério Dutra dos (Org). Florianópolis: Diploma Legal, 1999.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução Roberto Raposo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Lei nº 10.315, de 15 de setembro de 2015**. Disponível em: <[http://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei\\_13626.pdf](http://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei_13626.pdf)>. Acesso em: 06 mai. 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Lei nº 5.038, de 31 de julho de 2017**. Disponível em: <<http://www.pc.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/87/2015/09/LEI-Nº-5038-CADASTRO-ESTADUAL-DE-PEDOFILOS-NO-MS-1.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto de Lei 16/2016**. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao/tabid/325/SiglaTipo/PL/NroProposicao/16/AnoProposicao/2016/Origem/Px/Default.aspx>>. Acesso em: 06 mai. 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Projeto de Lei 0134.3/2016**. Disponível em: <[http://www.ale.sc.gov.br/expediente/2016/PL\\_\\_0134\\_3\\_2016\\_Original.pdf](http://www.ale.sc.gov.br/expediente/2016/PL__0134_3_2016_Original.pdf)>. Acesso em: 04 mai. 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Projeto de Lei 795/2016**. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000007586>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e crítica do direito penal**: introdução a sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

BARROSO, Luís Roberto. **A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial**. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

BATISTA, Nilo. **Mídia e sistema penal no capitalismo tardio**. 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/batista-nilo-midia-sistema-penal.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2018.

BBC. **Metade da população de vilarejo é de criminosos sexuais**. Disponível em <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/08/130805\\_vilarejo\\_criminosos\\_sexuais\\_an](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/08/130805_vilarejo_criminosos_sexuais_an)>. Acesso em: 14 mai. 2018.

BELL, Randall. **The Impact of Megan's Law on Real Estate Values**. Disponível em: <<http://www.landmarkresearch.com/PDFs/MegansLaw.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

BITTAR, Carlos Alberto. **Os Direitos da Personalidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Código Penal Comentado**. 9ª ed. São Paulo: Forense Saraiva, 2015.

\_\_\_\_\_. **Pena de prisão perpétua**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/22371-22373-1-PB.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Tratado de Direito Penal Vol. 1**. 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 592**, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0592.htm?TSPD\\_101\\_R0=072e0e3370728d6035d7052ec81ea7dezS80000000000000000025ae43c9ffff0000000000000000000000005ad3e61100651801bb](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm?TSPD_101_R0=072e0e3370728d6035d7052ec81ea7dezS8000000000000000025ae43c9ffff0000000000000000000000005ad3e61100651801bb)>. Acesso em: 15 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei 3.689**, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei 7.210**, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei 12.037**, de 1º de outubro de 2009. Lei de Identificação Criminal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12037.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Exposição de motivos nº 211, de 9 de maio de 1983.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7209-11-julho-1984-356852-exposicao-demotivos-148879-pl.html>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Superior Tribunal de Justiça. RECURSO ESPECIAL Nº 1.334.097 - RJ (2012/0144910-7).** Relator MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO, julgado em 28-05-2013. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201201449107&dt\\_publicacao=10/09/2013](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201201449107&dt_publicacao=10/09/2013)>. Acesso em: 03 mai. 2018.

BRASIL DE FATO. **Quase 66% da população carcerária do Ceará são presos provisórios.** Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/02/01/quase-66-da-populacao-carceraria-do-ceara-sao-presos-provisorios/>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

BURNEY, Nathaniel. **Registering the Wrong People.** Disponível em: <<http://burneylawfirm.com/blog/2011/01/03/registering-the-wrong-people/>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

BUSINESS INSIDER. **7 Surprising Things That Could Make You A Sex Offender.** Disponível em: <<http://www.businessinsider.com/surprising-things-that-could-make-you-a-sex-offender-2013-10>>. Acesso em 19 mai. 2018.

CAPEZ, Fernando. PRADO, Stela. **Código Penal Comentado.** São Paulo: Saraiva, 2012.

CASARA, Rubens R. R.. **Processo Penal do espetáculo.** Florianópolis: Empório do Direito, 2015.

\_\_\_\_\_. **Mitologia Processual Penal.** São Paulo: Saraiva, 2015.

CBS NEWS. **Sex offender murder suspect kills self.** Disponível em: <<http://www.cbsnews.com/news/sex-offender-murder-suspect-kills-self/>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Man Claims Child Rapist Murders.** Disponível em: <<https://www.cbsnews.com/news/man-claims-child-rapist-murders/>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

CHILDHOOD BRASIL. **Maioria das crianças sofre abuso sexual do pai ou padrasto.** Disponível em: <<http://www.childhood.org.br/maioria-das-criancas-sofre-abuso-sexual-do-pai-ou-padrasto>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

CITIZENS INFORMATION. **Sex Offenders Register.** Disponível em: <[http://www.citizensinformation.ie/en/justice/criminal\\_law/criminal\\_trial/sex\\_offenders\\_register.html](http://www.citizensinformation.ie/en/justice/criminal_law/criminal_trial/sex_offenders_register.html)>. Acesso em: 30 mai. 2018.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Convenção Americana sobre Direitos do Homem**. 1969. Disponível em:

<[https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao\\_americana.htm](https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2018.

CONJUR. **Menos de 1% dos presídios estão em excelente estado, diz pesquisa do CNJ**. Disponível em:

<<https://www.conjur.com.br/2017-jun-07/presidios-sao-excelentes-aponta-pesquisa-cnj>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

CORRÊA, Gasparino. **Quer você queira ou não, os direitos humanos são para todos**.

Disponível em:

<<http://justificando.com/2015/07/31/quer-voce-queira-ou-nao-os-direitos-humanos-sao-para-todos/>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

DENUNCIO. **Criminosos compram acesso a banco de dados de segurança pública do Brasil**. Disponível em:

<<http://www.denuncio.com.br/noticias/criminosos-compram-acesso-a-banco-de-dados-de-seguranca-publica-do-brasil/18386/>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro, V. I**. 22ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005.

ESTADÃO. **Confira o histórico do caso de Isabella Nardoni**. Disponível em

<<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,confira-o-historico-do-caso-de-isabella-nardon-i,527680>>. Acesso em: 05 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Entenda o caso do goleiro Bruno**. Disponível em

<<https://oglobo.globo.com/rio/entenda-caso-do-goleiro-bruno-20975301>>. Acesso em: 05 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Mato Grosso do Sul terá cadastro com nome e foto de pedófilos**. Disponível em

<<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,mato-grosso-do-sul-tera-cadastro-com-nome-e-foto-de-pedofilos,70001919883>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei de drogas superlotou presídios, aponta Human Rights Watch**. Disponível em:

<<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,lei-de-drogas-superlotou-presidios-aponta-human-rights-watch,10000099664>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Convenção Europeia dos Direitos do Homem**. 1950. Disponível em:

<[https://www.echr.coe.int/Documents/Convention\\_POR.pdf](https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2018.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Sigilo de dados: o direito à privacidade e os limites à função fiscalizadora do Estado**. Disponível em:

<[https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&ved=0ahUKEwi nwrL0\\_9HbAhVImJAKHbpoDu8QFghFMAQ&url=http://www.journals.usp.br/rfdusp/article/download/67231/69841&usg=AOvVaw0D6L6jHeaIDLzdHmNTz1Gd](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&ved=0ahUKEwi nwrL0_9HbAhVImJAKHbpoDu8QFghFMAQ&url=http://www.journals.usp.br/rfdusp/article/download/67231/69841&usg=AOvVaw0D6L6jHeaIDLzdHmNTz1Gd)>. Acesso em: 06 jun. 2018.

FERREIRA, Maria Mariante, AZAMBUJA, Maria Regina de. **Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FRANCIS, David R.. **Megan's Law Hits Local Property Prices**. Disponível em <<http://www.nber.org/digest/jun06/w12253.html>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

GQ. **The American City Where Sex Offenders Live**. Disponível em <<https://www.gq.com/story/sex-offender-community>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

HEIL, Danielle Mariel. **Lei de Megan nos EUA – Pânico e consultas frenéticas: combate ativo e suficiente?** Disponível em <<http://emporiiodireito.com.br/leitura/lei-de-megan-nos-eua-panico-e-consultas-freneticas-c ombate-ativo-e-suficiente>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

HUMAN RIGHTS WATCH. **No Easy Answers: Sex Offender Laws in the US** . Disponível em <<https://www.hrw.org/report/2007/09/11/no-easy-answers/sex-offender-laws-us>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Raised on the Registry: the Irreparable Harm of Placing Children on the Sex Offender Registries in the US** . Disponível em <<https://www.hrw.org/report/2013/05/01/raised-registry/irreparable-harm-placing-children-se x-offender-registries-us>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

ITALIA. **Codice Penale**. Disponível em: <<http://www.altalex.com/documents/news/2015/01/15/delle-pene>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

KHALED, Salah H.; ROSA, Alexandre Moraes da. **In dubio pro hell: profanando o sistema penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

\_\_\_\_\_. **Direito Processual Penal Esquematizado**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

LUCATELLI, Laíse. **Deputados derrubam veto e criam cadastro de pedófilos; Taborelli diz que é inconstitucional**. Disponível em: <[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Deputados\\_derrubam\\_veto\\_e\\_cri am\\_cadastro\\_de\\_pedofilos\\_Taborelli\\_diz\\_que\\_e\\_inconstitucional&id=406230](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Deputados_derrubam_veto_e_cri am_cadastro_de_pedofilos_Taborelli_diz_que_e_inconstitucional&id=406230)>. Acesso em: 16 jun. 2018.

LUISSI, Luiz Benito Viggiano. **Tribunal Penal Internacional - Pena de Prisão Perpétua**. Revista CEJ, 2000.

MASCARENHAS, Oacir Silva. **A influência da mídia na produção legislativa penal brasileira.** In *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 83, dez. 2010. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8727&revista\\_caderno=3](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8727&revista_caderno=3)>. Acesso em: 20 mai. 2018.

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Sevilha. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito.** 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MOLEIRO, Raquel. **Lista de pedófilos de acesso restrito.** Disponível em: <<http://www.asjp.pt/2015/03/14/lista-de-pedofilos-de-acesso-restrito/>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** 33ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **A Justiça no limiar de novo século**, in *Temas de direito processual: 5ª série*. São Paulo: Saraiva, 1994.

MOURA, Joana Chaves Álvares de. **Reflexões sobre o instituto da prisão perpétua.** 2012. 50 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2012. Disponível em: <[https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9012/1/TESE Prisão Perpétua.pdf](https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9012/1/TESE%20Pris%C3%A3o%20Perp%C3%A9tua.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2018.

NEW JERSEY DEPARTMENT OF CORRECTIONS. **Megan's Law: Assessing the practical and monetary efficacy.** Disponível em: <<https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/grants/225370.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

NEW JERSEY STATE POLICE. **Megan's Law.** Disponível em: <[http://www.nj.gov/njsp/spoff/megans\\_law.html](http://www.nj.gov/njsp/spoff/megans_law.html)>. Acesso em: 27 mai. 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado.** Rio de Janeiro: Forense, 16ª ed., 2017.

\_\_\_\_\_. **Manual de Processo Penal e Execução Penal.** Rio de Janeiro: Forense, 14ª ed., 2017.

\_\_\_\_\_. **Provas no Processo Penal.** Rio de Janeiro: Forense, 4ª ed., 2015.

NUNES, Adeildo. **Comentários à Lei de Execução Penal.** São Paulo: Forense, 2016.

OMS. **Manual da Classificação Estatística Internacional de Doenças, Lesões e Causas de Óbito.** 1980. Disponível em: <[http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/70943/ICD\\_10\\_1980\\_v1\\_pt\\_1.pdf;jsessionid=35A3D1A1ED7074ED6679C0C09762F19A?sequence=4](http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/70943/ICD_10_1980_v1_pt_1.pdf;jsessionid=35A3D1A1ED7074ED6679C0C09762F19A?sequence=4)>. Acesso em: 20 mai. 2018.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos do Humanos.** 1948. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2018.



PAESANI, Liliana Minardi . **Direito e Internet: Liberdade de Informação, Privacidade e Responsabilidade Civil**, 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PAULO FILHO, Pedro. **Grandes advogados, grandes julgamentos – no júri e noutros tribunais**. 4ª ed. São Paulo: Jh Mizuno, 2015.

POLICE SCOTLAND. **Supporting Children and Young People**. Disponível em: <<http://www.scotland.police.uk/keep-safe/young-people/supporting-children-and-young-people/sex-offender-community-disclosure-scheme/>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

PORTER, Jill. **The danger of Megan's Law: giving parents false sense of security**. The Free Lance-Star, Virginia, 9 jan. 1995. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?id=QOgyAAAAIIBAJ&sjid=vAcGAAAAIIBAJ&hl=pt-BR&pg=2335%2C1198555>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

PRAZERES, Deivid Willian dos. **A criminalização midiática do sex offender: a questão da Lei de Megan no Brasil**. Florianópolis: Empório do Direito, 2016.

PUBLICO. **Ministra da Justiça é favorável à referenciação de pedófilos através de chips**. Disponível em <<https://www.publico.pt/2012/05/25/sociedade/noticia/ministra-da-justica-e-favoravel-a-referenciacao-de-pedofilos-atraves-de-chips-1547661>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

QUARTZ. **110 convicted sex offenders live in harmony in this small Florida town**. Disponível em <<https://qz.com/344508/110-convicted-sex-offenders-live-in-harmony-in-this-small-florida-town/>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

ROSA, Alexandre Moraes da. **Guia Compacto do Processo Penal Conforme a Teoria dos Jogos**. 3ª ed. Florianópolis: Empório do Direito, 2016.

\_\_\_\_\_. **Efeito CSI – Crime Scene Investigation – no Processo Penal ostentação**. Disponível em <<http://emporiiododireito.com.br/backup/?p=15027>>. Acesso em 09 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Agressores sexuais: uma Lei de Megan for Brazil vale a pena?** Disponível em <<http://emporiiododireito.com.br/backup/?p=13986>>. Acesso em 09 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. FILHO, Sylvio Lourenço da Silveira Filho. **Para um Processo Penal Democrático: Crítica à Metástase do Sistema de Controle Social**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

RUDOLFO, Fernanda Mambrini. **A era em que defensorar se torna ilícito**. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2015/10/21/a-era-em-que-defensorar-se-torna-ilicito>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

SALSMAN, Andrea Paige. **Police perception of the effectiveness of Megan's Law against sex offenders.** Disponível em [http://libres.uncg.edu/ir/asu/f/Salsman,%20Andrea\\_2014\\_Thesis.pdf](http://libres.uncg.edu/ir/asu/f/Salsman,%20Andrea_2014_Thesis.pdf). Acesso em: 15 mar. 2018.

SCHREIBER, Anderson. **Direito e Mídia.** São Paulo: Atlas, 2013.

SEIXAS, Maria Cláudia de; GASPAROTO, Gustavo dos Santos. **O poder midiático e a relativização do direito à privacidade.** 2017. Disponível em: <https://www.revide.com.br/editorias/servico-das-leis/o-poder-midiatico-e-relativizacao-do-direito-priva/>. Acesso em: 07 abr. 2018.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei do Senado n. 338, de 2009.** Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=628790&disposition=inline>. Acesso em 13 mai. 2018.

SIBILIA, Paula. **O Show do Eu - A intimidade como espetáculo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** São Paulo: Malheiros, 2011.

SOARES, Ricardo Freire. **O Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana.** São Paulo: Saraiva, 2009.

STATE OF CALIFORNIA DEPARAMENT OF JUSTICE. **Megan's Law Home.** Disponível em <http://meganslaw.ca.gov/>. Acesso em: 25 mai. 2018.

SZANIAWSKI, Elimar. **Direitos de personalidade e sua tutela.** São Paulo: RT, 2002.

THE BUBBLE. **After Long Wait, Argentina Puts Regulation on National Sex Offender Registry into Practice.** Disponível em <http://www.thebubble.com/after-long-wait-argentina-puts-regulation-on-national-sex-offender-registry-into-practice/>. Acesso em 28 mai. 2018.

THE SEATTLE TIMES. **Letter tells killer's reasoning for slaying 2 pedophiles.** Disponível em: <https://www.seattletimes.com/seattle-news/letter-tells-killers-reasoning-for-slaying-2-pedophiles/>. Acesso em: 13 mai. 2018.

THE SUN. **What is Sarah's Law? Sarah Payne's murder in 2000 led to the child sex offender disclosure scheme.** Disponível em <https://www.thesun.co.uk/news/4036966/sarahs-law-sarah-payne-murder-child-sex-offender-disclosure-scheme/>. Acesso em: 30 mai. 2018.

UNITED STATES OF AMERICA. **California Penal Code.** Disponível em: <https://leginfo.legislature.ca.gov/faces/codesTOCSelected.xhtml?tocCode=PEN>. Acesso em: 25 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Jacob Wetterling Crimes Against Children and Sexually Violent Offenders Registration Improvements Act.** Disponível em:  
<<https://www.congress.gov/bill/105th-congress/house-bill/1683>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **The 2017 Florida Statutes, Title XLVII, Chapter 948: PROBATION AND COMMUNITY CONTROL.** Disponível em <<http://www.leg.state.fl.us/statutes/>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **2011 Louisiana Laws Revised Statutes. TITLE 15 — Criminal procedure RS 15:542.1 — Notification of sex offenders and child predators.** Disponível em  
<<https://law.justia.com/codes/louisiana/2011/rs/title15/rs15-542-1/>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

UOL NOTÍCIAS. **Cadeias brasileiras superam limite de superlotação estipulado pelo Ministério da Justiça.** Disponível em:  
<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/12/09/superlotacao-nas-cadeias-viola-resolucao-de-conselho-do-ministerio-da-justica.htm>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE. **National sex offender public website.** Disponível em:  
<<https://www.nsopw.gov/en-US>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Passports and International Megan's Law.** Disponível em  
<<https://travel.state.gov/content/travel/en/News/passports/passports-and-international-megans-law.html>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. **Processo Penal e Mídia.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos - A onda punitiva.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Manual de Derecho Penal – Parte General.** Buenos Aires: Ediar, 1991.